

Gilberto Dupas - Carlos Oliva Campos - Ana Maria Stuart - Viviane
Rios Balbino - Lená Medeiros de Menezes - Luis Fernando Ayerbe -
Clodoaldo Meneguello Cardoso - José Blanes Sala

Idéias e cultura nas Relações Internacionais

Célia Tolentino - Lídia M. Vianna Possas - Rodrigo Alves Correia (Organizadores)



Organizadores:

Célia Ap. Tolentino
Lídia M. Vianna Possas
Rodrigo Alves Correia

IDÉIAS E CULTURA
NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Oficina Universitária
Marília
2007

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

Copyright© 2007 dos organizadores

© 2007 Oficina Universitária

Diretor: Prof. Dr. Tullo Vigevani
Vice-Diretora: Dra. Maria Candida Soares Del Masso

Coordenação Geral

Lidia Maria Vaianna Possas (Unesp/Marília)
Célia Aparecida Ferreira Tolentino (Unesp/Marília)

Comissão Científica

Tullo Vigevani (Unesp/Marília)
Clodoaldo Bueno (Unesp/Assis)

Comissão Organizadora

Célia Aparecida Ferreira Tolentino (Unesp/Marília)
Lidia Maria Vaianna Possas (Unesp/Marília)
José Marangoni Camargo (Unesp/Marília)
Marco Tadeu Del Roio (Unesp/Marília)
Sérgio Domingues (Unesp/Marília)
Luis Antônio Francisco de Souza (Unesp/Marília)
Rodrigo Alves Corrêa (Unesp/Marília)
Suzeley Kalil Mathias (Unesp/Franca)
Meire Mathias (UEM/Maringá)

Ficha catalográfica

Serviço de Biblioteca e Documentação – Unesp - Campus de Marília

I19 Idéias e Cultura nas Relações Internacionais / organização de
Célia Ap. Tolentino, Lúcia M. Vianna Possas e Rodrigo
Alves Correia. – Marília : Editora Oficina Universitária,
2007.
130 p. ; 22 cm.

ISBN: 978-85-60810-02

1.Relações Internacionais. 2. Cultura. I. Tolentino, Célia
Ap., org. II.Possas, Lúcia Maria Vianna , org. III. Correia,
Rodrigo Alves, org. IV. Título.

CDD: 330.9

Sumário

PREFÁCIO I

AUTORES III

PARTE I - IDÉIAS E CULTURA

APRESENTAÇÃO

As idéias e a cultura nas Relações Internacionais: novos desafios do presente
Célia Aparecida Tolentino 3

CAPÍTULO 1

Idéias e cultura nas Relações Internacionais
Gilberto Dupas 7

CAPÍTULO 2

La nueva configuración política de América Latina:
auntes para un debate abierto
Carlos Oliva Campos 25

CAPÍTULO 3

O papel dos valores e das idéias nas Relações Internacionais:
a contribuição do enfoque construtivista.
Ana Maria Stuart 41

PARTE II QUESTÕES DE GÊNERO

APRESENTAÇÃO

Diplomacia e gênero
Lidia M. Vianna Possas 57

CAPÍTULO 4

A mulher na carreira diplomática brasileira
Viviane Rios Balbino 61

CAPÍTULO 5

Um outro olhar sobre a diplomacia e as Relações Internacionais: o tráfico de mulheres
como estudo de caso
Lená Medeiros de Menezes 75

PARTE III - CONFLITOS E TENSÕES NO MUNDO MODERNO

APRESENTAÇÃO

Convivência entre culturas e a relação oriente-ocidente Rodrigo Alves Correia	87
--	----

CAPÍTULO 6

Choque de Civilizações: Uma Ideologia Nacional na Ordem Global Luis Fernando Ayerbe	93
--	----

CAPÍTULO 7

Diálogo internacional na crise da universalidade dos valores Clodoaldo Meneguello Cardoso	105
--	-----

CAPÍTULO 8

Uma Reflexão Jurídica Sobre o Papel das Idéias e dos Valores na Política Internacional da Atualidade. José Blanes Sala	117
--	-----

REFERÊNCIAS	123
--------------------------	------------

Prefácio

Este livro é o resultado dos frutíferos debates realizados durante a III Semana de Relações Internacionais ocorrida em agosto de 2005, no âmbito da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, Câmpus de Marília. As chamadas "Semanas de RI" tiveram início em 2003 junto ao curso de Relações Internacionais do Câmpus de Franca e podemos dizer que, apesar de recentes como evento acadêmico-científico, vem construindo uma trajetória de êxito ao contribuir para a consolidação desta área do conhecimento no Brasil, ainda carente de debates e aprofundamento teórico.

A proposta temática da III Semana de Relações Internacionais procurou incorporar a discussão do papel das "Idéias" e da "Cultura" nas RI visando ampliar as discussões e vislumbrar novas perspectivas na formulação de políticas externas.

Para tanto, a III Semana trouxe para o centro do debate o papel das Idéias na construção dos paradigmas e perspectivas analíticas evidenciando a inserção dos intelectuais que as promovem e da Cultura enquanto práticas, comportamentos e valores que distinguem os grupos, as sociedades e nações em escala planetária.

É de fundamental importância observar as relações de poder, as políticas econômicas e estratégicas de ação diante da pluralidade social e cultural, característica mais evidenciada no início do século XXI, revendo conceitos e categorias e aprofundando o debate dos modelos que estruturam os sistemas explicativos e que norteiam o cenário internacional.

A presença atual de uma situação em que o poder da maior potência do planeta vem crescendo de forma alarmante, especialmente do ponto de vista militar, juntamente com a atitude desta de não se submeter a nenhuma forma de controle, vem colocando os organismos internacionais numa inquietante encruzilhada. A atual política e seus tradicionais parceiros militares de guerra total contra o terrorismo e a conseqüente estratégia de implantação à força da democracia em outros povos e culturas apresenta, sem dúvida, ameaças flagrantes ao projeto global de fortalecimento do multilateralismo, de democratização dos processos decisórios e de respeito às especificidades culturais de povos e nações.

O Brasil em um redirecionamento de sua política externa, através do Chanceler Celso Amorim, vem defendendo a ONU e o Multilateralismo como forma necessária de ampliação da democracia e de diminuição das desigualdades. Uma vez enraizadas nas organizações internacionais, essas idéias podem mudar o cenário atual, marcado pela perspectiva belicista sediada na Casa Branca e pela cartilha econômica do Consenso de Washington, primores do pensamento e das idéias que sustentam a suposição de que os EUA são a “potência indispensável”.

O tema da III Semana de RI adquiriu maior relevância ao pensarmos sobre o que escreveu Karl Mannheim em *Ideologia e Utopia* (1936) com relação à condição do intelectual e a sua necessidade de enfrentar a crítica da mídia sobre sair do “silêncio incômodo da academia”. Pensar alternativas, rever conceitos, valores e práticas sociais e, principalmente, como propõe o diplomata e cientista político Sérgio Paulo Rouanet, retomar o urgente debate sobre “a crise dos paradigmas universais”. Neste sentido, esperamos contribuir para o aprofundamento desta reflexão e também para a produção científica da área, trazendo à baila novas questões e contribuições originais para as Relações Internacionais não somente enquanto política externa, mas fronteiras possíveis de atuação para os intelectuais e sua participação nos assuntos do país de modo a vislumbrar um efetivo “horizonte de espera” em um futuro próximo.

Para tanto a III Semana de RI da UNESP, atividade conjunta dos Cursos de RI de Marília e Franca, recebeu o apoio das agências de fomento FAPESP, CAPES e FUNDUNESP, do Programa de Pós Graduação Santiago Dantas (Consórcio da UNESP/PUC/UNICAMP), do Mestrado em Ciências Sociais da UNESP/Marília, bem como do Mestrado em História da UNESP/Franca, além da adesão em forma de participação de alunos de vários cursos de Graduação em Relações Internacionais do Estado de São Paulo.

O material que ora apresentamos neste livro é a súmula dos trabalhos realizados durante este evento, são contribuições originais de parte dos intelectuais que participaram da discussão sobre o papel das idéias e da cultura nas Relações Internacionais.

Tullo Vigevani¹

¹ Presidente da comissão científica e organizadora da III Semana de Relações Internacionais.

PARTE I - IDÉIAS E CULTURA

DUPAS, Gilberto

Coordenador da Área de Assuntos Internacionais e membro do Conselho Deliberativo do Instituto de Estudos Avançados da USP - e professor da Fundação Dom Cabral. É membro dos Conselhos do CEBRAP e da Fundação de Estudos do Comércio Exterior.

CAMPOS, Carlos O.

Pesquisador do Centro de Estudos sobre os Estados Unidos da Universidade de Havana.

STUART, Ana M.

Professora assistente doutora da Universidade Estadual Paulista, pesquisadora do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) e membro titular do Grupo de Análise da Conjuntura Internacional (GACINT/ USP).

PARTE II - QUESTÕES DE GÊNERO

BALBINO, Viviane R.

Diplomata, terceira secretária do Itamaraty, servindo atualmente em Buenos Aires.

MENEZES, Lená.

Professora Titular de História Contemporânea da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

PARTE III - CONFLITOS E TENSÕES

AYERBE, Luís F.

Professor adjunto da Universidade Estadual Paulista, e no Programa San Tiago Dantas de Relações Internacionais da Unesp, Unicamp e PUC/SP, onde dirige o Observatório das Relações Estados Unidos - América Latina (OREAL). Coordenador do Grupo de Política Externa da Red de Integración Latinoamericana y Caribeña (REDIALC) .

CARDOSO, Clodoaldo M.

Professor assistente doutor da FAAC - Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Unesp-Campus de Bauru. Coordena o "Núcleo Pela Tolerância" e é pesquisador associado ao LEI - Laboratório de Estudos sobre a Intolerância - USP.

SALA, José B.

Pesquisador vinculado a projeto temático do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea - CEDEC e professor titular da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP.

Parte I

Idéias e cultura

Idéias e cultura nas relações internacionais

As idéias e a cultura nas Relações Internacionais: novos desafios do presente

Célia Tolentino¹

Os desafios do presente e a nova configuração mundial recolocam temas e questões para o âmbito das Relações Internacionais assim como para as teorias que norteiam o estudo dos internacionalistas. No contexto da III Semana de Relações Internacionais os debates protagonizados por Gilberto Dupas, Ana Maria Stuart e Carlos Oliva apontam para os dilemas tanto da história como do pensamento político nos dias atuais.

Na conferência de abertura que aqui apresentamos na íntegra, Gilberto Dupas, discute *“as idéias e a cultura nas Relações Internacionais”* traçando um perfil dos novos atores em cena e das novas demandas que adentram o campo da política mundial, colocando em evidência novíssimas questões que desafiam as abordagens tradicionais assim como o campo clássico da política. Mostrando como a relação entre capital/trabalho se transformou e a sociedade civil passou a ser uma sociedade de consumidores, sugere que, ainda que com potencial de formar uma espécie de poder paralelo, os consumidores desorganizados não atuam, mas sofrem as conseqüências do mercado transnacional. Enquanto na modernidade clássica as relações capital/trabalho circunscreviam o poder de luta dos trabalhadores, em tempos de capital flutuante e desconectado dos solos nacionais impõe-se a necessidade de formular outras perspectivas de luta ou outras formas de ação e consciência política. Se o capital se globalizou e tornou-se transnacional, a luta dos proletários do mundo ainda não foi capaz de organizar associações com o mesmo poder de fogo.

¹ Professora do Depto. de Sociologia e Antropologia e membro da Comissão Organizadora da III Semana da Relações Internacionais.

Ao mesmo tempo, o trabalho assumiu uma escala mundial, mas, como observa Dupas, a chegada do “outro” para exercê-lo, ou para fugir da miséria da guerra ou da miséria econômica, recoloca a questão da tolerância e da hospitalidade. Questionando o próprio termo tolerância, que inclui uma espécie de paternalismo de origem judaico cristã, o autor observa que a re-significação do seu conteúdo não poderia vir senão de uma re-significação da política e da própria sociedade civil em escala global, sugerindo que se pense a necessidade de uma espécie de “coabitação global tolerante”.

Enquanto a reflexão de Dupas sugere que da Europa herdamos uma perspectiva humanista enquanto da América uma lógica de mercado, a análise de Ana Maria Stuart nos convida a pensar sobre o sentido social dos termos clássicos, observando que as teorias são caudatárias da sua origem social e os relatos em curso pedem reflexão profunda como já o fizeram, não necessariamente numa perspectiva propositiva, os pensadores chamados pós-modernos – ou aqueles que colocaram em causa os termos da modernidade exigindo a sua relativização.

Observando que as novas controvérsias políticas em escala mundial também geram conseqüências para a dimensão da teoria e exigem dos pensadores uma tomada de posição – pois a própria filiação a uma ou outra “escola” implica esta escolha de campo – sugere que é tempo de superar a controvérsia clássica em termos de “explicar” ou “compreender”, ou objetivismo e subjetivismo, para que se possa construir análises que ultrapassem as dimensões estritamente conjunturais e garantam uma reflexão de novo tipo que contemple termos como alteridade, pluralidade, diversidade e diferença.

Questionando todo relativismo absoluto, a autora parte da idéia de que se tudo é política, tudo é também economia cultura e que esta última não é inata, mas construída historicamente e perpassada de questões universais para além das suas singularidades, como gostariam de crer algumas análises. E, diante deste quadro, Ana Maria Stuart propõe que as teorias das Relações Internacionais se abram para uma abordagem de novo tipo, capaz superar a dicotomia conflito *versus* cooperação, núcleos explicativos do realismo e do liberalismo, para pensar outras “causalidades” que permitam desvendar a complexidade do mundo de hoje. E, lembrando que estas idéias podem ainda conduzir a um campo de “areias movediças”, a autora propõe na sua reflexão apontar para um eixo referencial que contribua para discutir a intersecção entre os atores clássicos – identidades construídas em tempos de alta modernidade – e os novos e novíssimos atores no cenário mundial.

O texto de Carlos Oliva Campos, *La nueva configuración política de América Latina: apuntes para un debate abierto*, partindo de uma perspectiva

mais clássica, trata a história recente da América Latina e a nova configuração de forças estabelecidas nos últimos anos com ascensão de atores novos para o cenário latino americano. Observa a ascensão de partidos de esquerda, forças neoliberais associadas a um quadro de democracia e ou redemocratização e a novidade de alguns países figurarem como protagonistas no quadro econômico mundial e continental.

Os três textos no seu conjunto pretendem dar uma contribuição para as reflexões das RI e, particularmente os dois primeiros, encaram o desafio de pensar a necessidade de colocar algumas “verdades universais” em causa. Talvez pudéssemos dizer que ao colocarmos os termos “idéias de cultura nas relações internacionais” intentávamos, na condição de proponentes da Semana, inserir no quadro dos debates políticos econômicos, questões que comumente – e equivocadamente – ficam a cargo das pesquisas sociológicas e antropológicas. Talvez pudéssemos aqui parafrasear Octávio Ianni quando escrevia que sem estas duas disciplinas o mundo seria menos compreensível e é o que transparece nos textos aqui apresentados. Ou ainda, como escreve Giacomo Marramao, todo questionamento é frutífero porque gera diferentes respostas ou projetos e, ao mesmo tempo, toda lógica normativa corre o risco de envelhecer se não questionar o tempo. Isto porque estamos nos caminhando em direção a formas de conflito muito distintas daquelas que nos propuseram a alta modernidade. A natureza do conflito hoje, observa este autor, é ao mesmo tempo pós nacional e transcultural, ultrapassa os confins do Estado-nação e perpassa as identidades culturais e lingüísticas a partir de uma globalização que homologa, mas não universaliza, comprime, mas não unifica. E, portanto, diante da proliferação das chamadas identidades étnicas no mundo, uma consequência que considera reativa às últimas transformações mundiais, nos exorta a não perder de vista um dos resultados mais preciosos do século XX: a capacidade de relativizar e colocar em xeque toda certeza apriorística de validade universal dos nossos valores e estilos de vida. Deixando em debate as idéias do autor, podemos terminar com a afirmação provocativa que norteou o espírito que animou a organização desta semana: não só as teorias estão em causa, juntamente com os projetos de intervenção, mas o próprio Ocidente e suas idéias hegemônicas.

Idéias e cultura nas relações internacionais

CAPÍTULO 1

Idéias e cultura nas Relações Internacionais

Gilberto Dupas¹

Duas tendências haviam se afirmado durante a transição à pós-modernidade: do lado europeu, a social-democracia representava a concretização dos direitos civis e políticos universais no campo social, incluindo as garantias coletivas ao trabalho; já na vertente norte-americana, inaugurou-se uma sociedade de caráter organizacional corporativo, com características decisórias e programáticas de alta eficácia operacional. Essa vertente norte-americana prevaleceu, transformando as grandes empresas em atores muito importantes na esfera política e no espaço público da sociedade neoliberal: suas decisões sobre padrões e vetores tecnológicos definem, além dos produtos que se transformarão em objeto do nosso desejo, as características do mercado de trabalho, da oferta de emprego e do fluxo de capitais.

De maneira esquemática, podemos agrupar os atores do jogo global em torno de três áreas principais: a área do capital (incluindo corporações, sistema financeiro, associações empresariais, acionistas); a sociedade civil (incluindo indivíduos e organizações sociais não governamentais); e a área do Estado (incluindo judiciário e partidos políticos). Após o 11 de setembro, os grupos terroristas adquiriram definitivamente o *status* de novos atores mundiais, concorrendo com os Estados, a economia e a sociedade civil e disputando com os Estados o monopólio da violência. Vale ressaltar um ator muito especial

¹ **Gilberto Dupas** é coordenador-geral do Grupo de Conjuntura Internacional da USP e presidente do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais. É autor, entre outros livros, de *Economia Global e Exclusão Social* (Paz e Terra); *Ética e Poder na Sociedade da Informação* (UNESP); *Hegemonia, Estado e Governabilidade* (Senac); *Tensões Contemporâneas entre o Público e o Privado* (Paz e Terra); *Renda, Consumo e Crescimento* (PubliFolha) e *Atores e Poderes na Nova Ordem Global* (UNESP).

dentro da nova lógica econômica global, que, em tese, teria espaço para assumir um papel fundamental no equilíbrio futuro do poder, e que ainda está fora do jogo: o consumidor, o gigante adormecido, que teoricamente poderia transformar seu ato de compra em um voto ou um veto sobre o papel político dos grandes grupos em escala mundial, lutando com as armas desses próprios grupos: o dinheiro e a recusa de comprar.

Na realidade, a partir das duas décadas finais do século XX passou a imperar um novo tipo de jogo de poder que introduz imensos desafios à prática da política mundial e tem características bem mais complexas que as que vigoravam anteriormente. Incorporando uma nomenclatura de Ulrich Beck, chamemos essa nova realidade de *metajogo*, no sentido do que *vai além*, do que *transcende*. O *metajogo* introduz no exercício político novos e múltiplos paradoxos: as regras não são mais relativamente estáveis, modificam-se no curso da partida, confundindo categorias, cenários, dramas e atores.

Os Estados deixam de constituir-se nos atores mais relevantes da ação coletiva e não mais regulam os sistemas de regras da ação política que definem o exercício do poder e modificam os cenários das ações coletivas. O novo jogo despreza as fronteiras e é extremamente imprevisível. Seria como se as peças principais do antigo *jogo de damas* adquirissem repentinamente a liberdade de movimentos permitida em um *jogo de xadrez*, utilizando movimentos inusitados e pulando outras peças. Melhor ainda seria trabalhar com a idéia de Gilles Deleuze (apud SCHÖPKE, 2004) sobre o *jogo*. Embora com muito mais mobilidade que o jogo de damas, o xadrez ainda é por excelência, um jogo de Estado; cada uma de suas peças possui qualidades intrínsecas e natureza interior, portanto codificadas e dotadas de movimentos limitados. Já no *go*, um jogo da *potência nômade*, suas peças não têm qualquer qualidade intrínseca que os impeça de se movimentar livremente. Seus movimentos são dirigidos ao sabor da situação, sem código pré-estabelecido. Dou alguns exemplos desses *graus de liberdade* do novo jogo global afrontadores da ordem antiga: a Espanha decide julgar um ex-presidente chileno por crime contra a humanidade; os EUA inventam o conceito de guerra preventiva, mentem sobre armas de destruição em massa e invadem o Iraque à revelia da ONU; uma corporação transnacional tenta controlar sozinha o genoma da espécie humana; presidentes de empresas globais dependentes de *softwares* desenvolvidos na Índia tentam evitar que ela se envolva em guerra contra o Paquistão e compliquem as operações de seus sistemas.

O antigo jogo nacional-internacional era dominado por regras de direito internacional no qual os Estados poderiam fazer o que quisessem com os seus cidadãos dentro de suas fronteiras. Essas regras tendem a ser

progressivamente contestadas. Nesse novo contexto, o nacionalismo como conceito metodológico pode tornar-se extremamente custoso e obstruir a visão prospectiva, impedindo que se descubram novas estratégias e recursos de poder. A primeira condição para desobstruir essa visão, e ampliar os espaços do olhar, é aceitar a realidade de que estamos definitivamente inseridos numa nova – e muitas vezes perversa - realidade global. É essa atitude realista que maximiza as possibilidades de ação dos jogadores do *metajogo*. Revertendo o princípio marxista, é essa nova essência que determinará a consciência do futuro espaço de ação.

Esse cenário define vários conflitos de interesse. Um deles dispõe corporações multinacionais contra movimentos sociais. As grandes corporações – com seu imenso poder - definem a direção dos vetores tecnológicos, os locais de produção e o grau de empregabilidade da economia e, portanto, são inevitavelmente expostas às conseqüências negativas que se pode atribuir a esse enorme poder, a saber: a degradação ambiental, as conseqüências da utilização de transgênicos e produtos químicos na alimentação, o desemprego e o crescimento da informalidade, a propaganda enganosa ou mentirosa, e assim por diante. Essas corporações precisam, pois, de contínua legitimação pelas sociedades e pelos movimentos sociais onde localizam suas atividades. O poder de legitimação dos movimentos sociais repousará, por sua vez, sobre sua credibilidade a longo prazo no papel de testemunhas de fatos e reveladores das verdades que as grandes corporações querem esconder. Por decorrência, quanto mais essas empresas gigantes crescerem e se concentrarem, mais estarão a depender da legitimação dos atores públicos (agências reguladoras, atores da sociedade civil, serviços de proteção ao consumidor, etc) para manterem seu espaço mercadológico e sua margem de lucro.

Outro conflito de fundo é o da economia global contra os Estados nacionais. Os agentes do capital são muito fortes e não têm necessidade de se organizar num ator capitalista global para fazer jogar seu poder contra os Estados. Além do mais, o capital alia-se freqüentemente com seus Estados-nacionais de origem buscando o apoio deles para estender sua influência mundo afora. A estratégia ideal do capital seria fundir-se com o Estado sob a forma do Estado neoliberal. Inversamente, o objetivo da sociedade civil seria construir uma aliança entre ela e o Estado, sob a forma de um Estado Social. O programa neoliberal gosta de se imaginar regulando-se e legitimando-se autonomamente. Já o programa da sociedade civil dependerá sempre da confiança que suas organizações inspiram em seus cidadãos como seus legítimos defensores. A definição de estratégias nesse complexo novo jogo exige uma abordagem interativa, tanto da reciprocidade quanto do antagonismo, entre os múltiplos atores em busca de seus espaços de ação e de poder.

O principal instrumento de poder das corporações transnacionais e do capital global é a capacidade de dizer não: *saio, não entro, levo meus investimentos para outro lugar*. Essa decisão constitui-se num ato político por excelência e basta para originar imensos traumas. O critério de *dizer sim* segue um padrão: orientação neoliberal do governo, tamanho relativo e ritmo de crescimento das dívidas interna e externa, ortodoxia monetária e fiscal, etc. O metapoder da economia mundial face aos Estados nacionais consiste, pois, na *opção-saída*.

Os atores da economia global são extremamente eficazes e flexíveis no exercício desse poder, operando com sanções e recompensas. O poder de não investir é brandido como uma imensa ameaça. O que legitima esse poder é o *princípio da não alternativa*. A economia neoliberal é o que há disponível para se fazer parte do mundo global. No entanto, a vulnerabilidade desse imenso poder reside, repito, na sua legitimação social. O metapoder da economia global é extensivo, difuso e não autorizado, já que não dispõe de legitimidade própria. A utilização continuada das formas de ameaça e sanção por parte dos capitais e investimentos globais abre espaço para crises de legitimidade do próprio capital. O poder a longo prazo não pode, pois, prescindir de legitimidade. Daí decorre o papel essencial das instituições democráticas, não na legitimação geral do poder e da dominação dos mais fortes, mas na obtenção de um consenso que sancione o exercício do poder e da dominação em benefício de uma governança que seja entendida como socialmente benéfica.

Na teoria política clássica, incorporada ao inconsciente coletivo das sociedades, o espaço público era equivalente ao espaço da liberdade dos cidadãos que exerciam sua participação crítica na gestão dos assuntos comuns, sob o princípio da deliberação; era um espaço que se opunha, portanto, ao espaço privado regido pela dominação do poder.

O desenvolvimento de uma extraordinária competência do *agir técnico* acabou correspondendo à progressiva impotência da sociedade civil e dos poderes públicos em resolver politicamente os problemas coletivos da humanidade, tais como a desigualdade, a miséria e a degradação do meio-ambiente.

Passamos de uma sociedade política a uma sociedade organizacional, de gestão sistêmica e tecnocrática que se autopresume capaz de legitimar os direitos da pessoa; a liberdade, portanto, passou a ser definida de maneira totalmente privada. A identidade política universalista, à qual correspondia o conceito de cidadania, diluiu-se e fragmentou-se, permitindo a proliferação de identidades coletivas não somente particulares, mas parciais e truncadas.

Esse mundo novo é o da crescente influência das lógicas organizacionais e das redes, onde o processo de dessimbolização do mundo passa a ter o *economicismo* e o *tecnocratismo* como referências centrais, e o controle sobre o indivíduo e a sociedade assume características eletrônico-digitais. A crise da civilidade e a intensificação do narcisismo levam a uma emancipação do indivíduo de todo enquadramento normativo, a uma aversão à esfera pública e a sua conseqüente degradação. A liberdade passa a ser percebida como possível unicamente na esfera privada e gera a progressiva privatização da cidadania. Por outro lado, agora num mundo totalmente estruturado em redes pelas tecnologias da informação, a vida social contemporânea passa a ser composta por uma infinidade de encontros e conexões temporárias. A integração dos diferentes elementos da nova ordem capitalista global – viabilizada pelas tecnologias da informação – é assegurada pela utilização das redes como dimensão sistêmica e suporte organizacional, criando a possibilidade de trabalhar e colaborar à distância no seio de estruturas organizacionais flexíveis e pouco hierárquicas. O *projeto* é a ocasião única e o pretexto da conexão; os indivíduos que não têm projetos e não exploram as conexões da rede estão ameaçados de exclusão permanente, já que a metáfora da rede torna-se progressivamente a nova representação da sociedade.

De um lado, emerge um mundo da interconexão: *estar ou não conectado*, eis a questão à qual tende a se resumir a inclusão e a exclusão. O mundo da interconexão dilui a distinção entre a vida privada e a vida profissional. Em um *mundo em rede*, a vida social é composta por uma multidão de encontros e conexões temporárias com diversos grupos de diferentes distâncias sociais, profissionais, geográficas e culturais. Os *grandes* dominam os novos contratos na *sociedade em rede* e criam as regras para a inserção dos *pequenos* no mundo da interconexão. Os pequenos entram e saem das redes sem deixar vestígio, pois a existência neste mundo é um atributo relacional. Se, por um lado, abre-se espaço aos pequenos por serem flexíveis, essa flexibilidade é fonte para sua própria exploração. Os grandes contentam-se em subcontratar terceiros para tarefas, enquanto utilizam suas marcas e direitos intelectuais, vendendo através da internet e apropriando-se da maior parte da mais-valia gerada pelo conjunto da nova cadeia de produção.

De outro lado, nessas sociedades baseadas em redes e no conhecimento, a vigilância torna-se o modo básico de governança. As observações, registros e controles dos nossos passos e rastros são classificados por categorias relacionadas a conceitos de risco ou oportunidade; os códigos admitem ou excluem, conferem crédito ou desacreditam. Nesse contexto, paradoxalmente, a forma básica de exclusão significa recusar-se a integrar as novas regras do jogo. As tecnologias da informação criam imensas

possibilidades de estocagem e processamento de dados em tempo real. Uma das decorrências é a crescente transformação da vigilância em modo de governança das sociedades baseadas no conhecimento. Os olhos eletrônicos estão em toda parte, sem autorização e percepção do cidadão controlado. A relativa “porosidade” dos containeres de informação pessoal em relação aos antigos registros de dados pessoais garante a circulação de acordo com assimetrias de poder organizacional e social. A privacidade – elemento fundamental da dignidade humana – se erode, sendo impossível saber quando se está só. As tecnologias da informação facilitam a convergência das práticas de vigilância em diferentes áreas institucionais, bem como entre governo e setor privado.

A força das novas tecnologias leva o *olho* a se tornar uma arma do desejo – insaciável por mais informação –, transformando os detentores do poder – Estados, empresas e indivíduos – em delirantes *voyeurs*. Basta lembrar as cerca de 4 mil câmaras distribuídas pelas ruas de Manhattan colhendo imagens de pessoas 24 horas por dia. Os cidadãos comuns conformam-se ou imitam, instalando olhos eletrônicos para controle de *baby sisters*, entregando telefones celulares a seus filhos na esperança de controlá-los ou assistindo a ampla oferta midiática, como programas ao estilo de *reality shows*. Investindo pesadamente na onda do controle (ou autocontrole) individual, o novo produto de ponta da Microsoft é uma microcâmera digital do tamanho de um pequeno distintivo de lapela que registra continuamente som e imagem da vida diária do usuário. No lançamento do produto, Bill Gates avisou que já está “colocando-as” em seus jovens filhos.

Numa sociedade em que o *medo* e a busca da *segurança* são o tema mobilizador por excelência, o controle das informações transformou-se em elemento central de vigilância através de mecanismos automatizados de classificação social e discriminação via construção de *perfis de risco*. Os produtos dessa vigilância tanto definem categorias de consumidores para o setor privado – como nas companhias de seguros – como avaliam a *ameaça social* para os *centros de inteligência*, rastreiam supostos terroristas a partir de universos amplos e balizam a ordem social, definindo novos excluídos e incluídos. Os “diferentes” são sempre a triagem principal, tornando o “outro” um suspeito perigoso.

No entanto, o conceito de cidadania engloba necessariamente o enfrentamento da complexidade dos conflitos por direitos advindos de uma sociedade fragmentada pela multiplicação das desigualdades sociais. A condição essencial para a prática da cidadania é a explicitação dos conflitos, e sua mediação pela sociedade política. Cidadania se adquire por cooperação,

negociação, convergência de interesses e tentativa de apaziguamento desses conflitos inerentes à sociedade contemporânea.

A luta pela cidadania é um embate por significados, pelos direitos à fala e à política. É na sociedade civil que se segrega e se produz a ideologia, cimento amalgamador do consenso, permanentemente contestado pelo dissenso. A sociedade civil passou a designar nos discursos das ONGs refletidos nas mídias, porém, um lugar do não-conflito e da concertação, onde os interesses particulares não apareceriam. Essa visão é conceitualmente falsa, bem como o é na prática social e política. Ela reduz, mais uma vez, a sociedade civil ao âmbito dos interesses e dos atores privados centrados em seus micro-objetivos.

O discurso das entidades filantrópicas privadas, sobretudo os da nova ética empresarial, operam o reducionismo do espaço público moderno que, segundo Habermas, deveria ser o *lugar não-privado do privado*. Far-se-ia necessário, pois, introduzir nessas novas organizações a dimensão universal; ou seja, trazer para dentro delas o conflito, as grandes divisões da sociedade, os crivos principais que dividem, hierarquizam, estruturam, discriminam e privam.

O desafio contemporâneo é, pois, tentar constituir uma nova identidade coletiva da sociedade civil, num contexto em que as utopias se foram e a idéia de *formar* parte de um *todo* se desacreditou junto com as noções de missão, crença e nação; o que acentua a necessidade inerente ao ser humano de dar sentido à vida e à sua transitoriedade. É isso que, em parte, explica a nova força dos fundamentalismos. O caminho democrático, cada vez mais imperioso, passa a ser a busca do equilíbrio entre a afirmação das liberdades individuais e o direito de identificar-se – seja com uma coletividade social, nacional ou religiosa particular – sem com isso degenerar em comunitarismo agressivo e sectário. Indivíduos e segmentos crescentes da sociedade civil parecem tentar resistir a essa banalização da política. Isso pressupõe investigar a nova relação de forças do metajogo global e descobrir um papel que possa ser eficaz nesse jogo.

A força do capital – e sua perspectiva – se impõe de modo absoluto e autônomo, tomando o espaço estratégico principal do poder global. Dentro dessa ótica, o que é bom para o capital acaba determinando o que deve ser bom para todos. A maximização do poder do capital se configuraria numa espécie de *socialismo neoliberal* onde os Estados nacionais tornar-se-iam desnecessários. A modificação das regras passa a ser um privilégio do capital – todos os outros devendo concordar com elas – já que o falso pressuposto é que todos se beneficiarão. Dentro desse complexo jogo assimétrico de forças, como seria possível criar um contrapoder ao capital globalizado?

No jogo antigo do capital e do trabalho, as relações de poder e contrapoder eram pensadas em termos dialéticos de “patrão e empregado”. O contrapoder era eventualmente privar o capital da força do trabalho, expresso pela greve organizada. Mas o pressuposto para fazer uma greve é *ter um trabalho* e, de preferência, um contrato de trabalho. Essa dialética “patrão x empregado” tem sido cada vez mais minada pela nova mobilidade mundial do capital. Quando uma grande corporação alemã faz seus operários trabalharem mais tempo pagando menos, a lógica do capital, a mídia econômica e até alguns sindicatos aplaudem dizendo ser o único caminho para a recuperação competitiva da Europa. E, com isso, a Alemanha – um rico Estado-providência – se ajustará para ficar mais próxima da realidade de trabalho da Hungria e da República Tcheca.

Diante desse complexo jogo de forças, o contrapoder da sociedade civil teria uma munição potencial central, a saber, o *consumidor politizado*; em tese, ele poderia se recusar a comprar. Claro que este poder está a depender de inúmeras condições, tais como: haver produtos alternativos; existir informação e convicção suficientes; aceitar comprar outras marcas, eventualmente mais caras. A depender desses e de outros condicionantes há, teoricamente, condição de penalizar determinado produto ou grupo. Os consumidores livres de suas amarras, e organizados em escala transnacional, poderiam ser uma arma perigosa contra corporações que fossem consideradas “danosas” (ao meio-ambiente, aos países pobres, ao mercado de trabalho). Para isso, seriam necessários sólidos objetivos que pudessem aglutinar pressões e campanhas a serem desencadeadas. O recente filme sobre os prejuízos à saúde eventualmente ocasionados pela rede McDonald’s é um pequeno exemplo desse amplo espaço a trilhar. Mas há enormes limites e dificuldades claras a esse exercício de poder. Quais os alvos da luta: o sistema, algumas corporações? Quais resultados visaria? Como organizar e validar demandas globais ou locais? Como obter recursos amplos para campanhas que exigem escala e mídia global?

As estratégias do capital operam numa zona cinzenta, entre o legal e o metalegal, que faz ressaltar assimetrias crescentes entre dominação e necessidade de legitimação. A instauração e a consolidação da dominação no espaço transnacional – o que vale tanto para os agentes econômicos quanto para os Estados hegemônicos – caminha em paralelo com um crescente déficit de legitimação. A desnacionalização e a transnacionalização da economia e do Estado provocam e acentuam o questionamento e o desconforto social da dominação, criando o grande dilema da era global: a legitimação democrática depende dos Estados nacionais e dos parlamentos, que estão – por sua vez – em claro declínio de poder real; o novo metajogo de poder da política mundial

impõe, pois, uma redefinição de dominação e de política no espaço transnacional. À medida que os atores fundamentais da sociedade global saírem dos espaços nacionais da legitimação democrática, surgirão problemas crescentes envolvendo aprovação e rejeição. Mas a perda de vigor das democracias entra em conflito com as exigências de referendo democrático, dificultando ainda mais os processos de legitimação.

Qual a condição de exercício efetivo de contrapoder dos movimentos da sociedade civil diante de um capital poderoso e arrogante, desconectado dos interesses sociais e que diz legitimar-se a si mesmo? Seria um consumidor global organizado em ONGs civis e globais, com estruturas eficazes e com armas próprias dos grandes grupos, dizendo não a determinados produtos numa espécie de greve global do consumidor politizado? Esse caminho não seria uma quimera? Para verificar o quão distantes estamos dessas possibilidades, basta ver os medíocres resultados de campanhas do tipo “um dia sem tv” ou “um dia com seu carro na garagem”. Por outro lado, campanhas cívicas amplas e bem feitas – em momentos de emergência – mostram alguns bons resultados; foi o caso recente da redução do consumo doméstico de eletricidade na crise energética de 2002.

Certas estratégias de opinião pública permitem jogar Estados e grandes grupos uns contra os outros, articulando coalizões, provocações e confrontações. Seu poder é o de legitimação ou deslegitimação. A Conferência do Rio de 1992 definiu um princípio universalmente recomendado: o chamado “princípio da precaução”, que diz: “Em caso de *risco* de dano grave ou irreversível, a ausência de certeza científica absoluta não deve servir de pretexto para deixar para depois a adoção de medidas efetivas visando prevenir a degradação do meio-ambiente”. O argumento do risco – entendido aqui como probabilidade razoável – dá ensejo a grupos defensores do meio-ambiente de exigir laudos científicos e medidas protetoras de alto impacto nas corporações referentes aos efeitos de ondas eletromagnéticas emitidas por telefones celulares e outros equipamentos, alertas e defesas contra alimentos transgênicos, exames médicos invasivos etc. A esse respeito, vale lembrar pesquisa recente do Institut Karolinska concluindo que o risco do desenvolvimento de tumores benignos causadores de surdez progressiva e problemas de equilíbrio dobrou após o uso, por mais de dez anos, de telefones celulares da primeira geração (NMT). Também deve se assinalar a crescente preocupação das autoridades francesas com os alimentos processados por grandes corporações globais que, por seu conteúdo excessivo de gorduras e açúcar, são apontados como responsáveis pelo expressivo crescimento do percentual de crianças e adultos obesos. Apesar da alegação dessas corporações de que estão pesquisando intensamente soluções alternativas,

um especialista da Associação Internacional de Estudos de Obesidade declarou: “Há muito discurso e pouquíssima ação”.

A fragilidade maior para a legitimação é a confiança. As margens de lucro das grandes empresas, no longo prazo, não repousam unicamente na globalização da produção, mas principalmente na estabilidade e crescimento do consumo. Dado que os mercados dos países ricos estão já saturados por uma imensa quantidade de produtos – que vão de calças *jeans* a telefones celulares – a expansão dos mercados dos países periféricos é essencial para a manutenção de taxas adequadas de retorno do capital. Isso faz desses mercados uma oportunidade estratégica para as grandes corporações, desde que eles cresçam, e uma fonte de poder para a sociedade civil desses Estados na luta para conter o lado nocivo do capital. Esse é o calcanhar de Aquiles do capital. Mas esse poder só se viabilizaria se fosse coordenado a uma ação transnacional que evite que esses Estados se digladiem entre si, competindo por quem ofereça mais ao capital. O poder de legitimação exigiria, assim, uma concepção de responsabilidade cosmopolita que transcenda fronteiras, capacitando-se a forjar coalizões e confrontações em escala global, única forma adequada de lidar com atores também globais (corporações, *marketing* etc.).

O poder dos movimentos sociais depende de sua capacidade de ser reconhecido como exibindo a “verdade” e transformar essa competência em fator político, dramatizando-a para atingir objetivos também políticos. O poder dessas organizações surge da maneira calculada com a qual dirigentes de empresas silenciam sobre fatos graves e manipulam a opinião pública pelo *marketing*. Propaganda é um recurso clássico, nos negócios ou na política, para iludir e manipular. Em última análise, a propaganda existe – para além do ponto de vista das agências, que insistem em apenas querer divulgar “virtudes” de seus produtos – para fazer o consumidor comprar aquilo que não pretendia, criando uma nova necessidade a partir de identificações projetivas e mensagens subliminares. A arte da propaganda cultiva a dominação translegal. Os poderes econômico e político mentem, dissimulam os fatos, divulgam o que interessa e ocultam o que convém. O patrimônio de legitimação das organizações sociais depende da credibilidade de oferecer informações confiáveis que vão se confirmando em longo prazo. A crescente e cada vez mais inquestionável degradação ambiental causada em grande parte pelo estilo de desenvolvimento e pelos agentes econômicos é o grande patrimônio de legitimidade de movimentos tipo Greenpeace, por exemplo.

A característica incontrolável do risco global define um déficit de legitimação crônica que pode ameaçar em longo prazo a realização dos lucros das corporações e gerar incertezas incalculáveis. É o caso dos alimentos

geneticamente modificados. O sucesso da genética aplicada leva corporações e Estados a decisões muito graves em zonas de grande risco, fundadas em bases muito precárias. As empresas, interessadas no lucro, avançam no escuro, mas as companhias de seguros, preocupadas com seus prejuízos de longo prazo mantêm pesadas restrições nas coberturas das apólices, quando raramente as aceitam, evidenciando a lógica sólida do capital e a desproteção da sociedade. Se algum governo se dispõe a confrontar os gigantes agroalimentares nos transgênicos, sofre pressões insuportáveis, é acusado de retrógrado e contrário ao progresso e ao “barateamento dos preços” dos produtos agrícolas.

Ao se tratar do poder da sociedade civil, não se pode deixar de dar uma palavra sobre o papel a que os sindicatos estão reduzidos, após terem se constituído em contrapoder fundamental ao capital durante a maior parte do século XX, especialmente quando da consolidação do capitalismo. A intensa automação – gerando desemprego crescente – e a flexibilização do mercado de trabalho, resultante da forte tendência à terceirização, levaram as redes sindicais a uma posição defensiva da qual não mais puderam sair. A perda progressiva de postos de trabalho e renda – que a linguagem neoliberal gosta de chamar de “elevação da produtividade da mão-de-obra” – em setores amplos e paradigmáticos, tais como o automotivo e o bancário, encurralou os movimentos sindicais. Se um contingente crescente de trabalhadores desempregados está disposto a trabalhar com menor remuneração – inclusive de maneira não-formal –, substituindo o atual trabalhador formal, como estruturar uma estratégia sólida para o sindicalismo na era global? Os líderes sindicais contemporâneos devem lutar por salários ou por empregos? E, finalmente, como sindicalizar trabalhadores informais se esses, por definição, aceitam trabalhar sem vínculos?

São questões sem solução e que limitam profundamente o papel que o movimento sindical poderia ter como contrapoder. Além do mais, em países com governos de esquerda de origem trabalhista, a ascensão de grande contingente de antigos líderes sindicais a posições da burocracia pública – limitados que estarão pelas restrições neoliberais que condicionam as políticas monetárias e econômicas em tempos atuais – também não favorece o fortalecimento dos movimentos sindicais. Portanto, parece ser necessário reinventar – se é que será possível – novas bandeiras e novas lógicas para testar a possibilidade de reabilitar esse instrumento que teve um papel histórico tão importante na lógica capitalista e na estruturação do *welfare state* dos anos do pós-guerra.

Finalmente, façamos algumas considerações sobre o terrorismo, reafirmado nos últimos anos como forte instrumento de contrapoder. Juntamente com o crescimento da ansiedade, fruto da degradação crescente no mundo do trabalho – aumento do desemprego e da informalidade, em conjunto com a queda da renda média – o medo e a intolerância têm aumentado substancialmente neste início de século. O *outro* – personificado pelo *diferente*, pelo *estrangeiro* ou pelo muçulmano – passa a ser potencialmente um inimigo que pode fazer mal, seja o vizinho estranho, seja o imigrante que fazia um trabalho que você não queria, mas que – agora – pode ser a sua alternativa de trabalho, seja o brasileiro pacífico do metrô de Londres.

Parece fundamental aprofundarmos as raízes da intolerância. Habermas lembra que a tolerância é a virtude política central de uma cultura liberal. Mas tolerância não deve ser confundida com disposição para a cooperação e o compromisso, pois, em caso de conflito, a pretensão à verdade de cada um não é negociável. A recusa a aceitar crenças diferentes é que torna necessária a tolerância; se apreciamos ou somos indiferentes às concepções do outro, não necessitamos de tolerância. A tolerância, pois, pressupõe a não-aceitação de uma diferença cognitiva entre convicções e atitudes que perdura de maneira racional. Se alguém rejeita negros ou muçulmanos, não vamos exigir dele tolerância, e sim que supere seu racismo ou preconceito religioso, pois se trata de uma questão de igualdade de direitos e não de tolerância. O pressuposto é a aceitação de que todos são *iguais* ou de “mesmo valor” na coletividade política. Essa é a norma universal que precisa ser aceita antes que possamos exigir tolerância recíproca.

A prática da intolerância pode ser procurada na longa história dos conflitos religiosos, a partir do cisma da Igreja. Charles Boxer, analisando o período imperialista português, lembra que – durante o século XV – o cristão ibérico médio raramente se referia às crenças muçulmana e judaica sem acrescentar alguma injúria. As bulas papais, promulgadas na época do infante dom Henrique, autorizavam o rei de Portugal a atacar, conquistar e submeter sarracenos, pagãos e outros infiéis considerados inimigos de Cristo, capturar seus bens e territórios, reduzi-los à escravidão perpétua e transferir seu patrimônio ao rei de Portugal e seus sucessores. Concediam também à Ordem de Cristo, da qual dom Henrique era administrador, jurisdição espiritual sobre todas as regiões conquistadas pelos portugueses no presente ou no futuro.

Começando pela destruição em massa de templos hindus em Goa, em 1540, as autoridades portuguesas promulgaram várias leis repressivas para impedir a prática de hinduísmo, budismo e islamismo; o nome de Maomé não podia ser invocado e todos os sacerdotes e homens santos não-cristãos

deveriam ser expulsos e seus livros sagrados destruídos. Governos absolutistas podem determinar por ato de lei autoritário a tolerância religiosa. Habermas argumenta que a tolerância com minorias religiosas foi justificada inicialmente em função de ponderações mercantilistas ou de manutenção da ordem.

Toda religião é originariamente uma imagem única e abrangente do mundo – uma *comprehensive doctrine*, segundo John Rawls (apud HABERMAS, 2003). – reivindicando autoridade para estruturar a vida em seu todo. Essa pretensão é que precisa ser renunciada quando o crente se resigna a ter uma *religião entre outras*. Isso implica a renúncia à violência e a aceitação da opção voluntária. As doutrinas missionárias, entre as quais o cristianismo e o islamismo, mantêm com os heterodoxos, por princípio, uma relação de intolerância. O amor ao indivíduo inclui a obrigação de salvar sua alma. Em Tomás de Aquino, por exemplo, a salvação eterna – que exige a conversão à fé correta e à proteção contra a heresia – não exclui o emprego da violência e goza de prioridade sobre todos os outros bens.

A tolerância recíproca com a fé alheia no plano social requer uma diferenciação de papéis entre o membro da comunidade e o cidadão, num conflito administrado de lealdades. Esses conflitos ainda são muito atuais nos grandes países do ocidente; é o caso do *juízo do crucifixo* ocorrido na Alemanha em 1995 – o dever de colocar o crucifixo nas salas de aula de escolas públicas – ou as intolerâncias dos fundamentalismos protestantes nos Estados Unidos. Se os sinos das igrejas católicas soam nos vilarejos pela Europa, por que não aceitar o direito ao *muezin* e a chamada dos *minaretes* das mesquitas para a reza cinco vezes ao dia? E o véu islâmico não pode ser entendido como elemento identificador tão legítimo quanto a cruz no colar? Com a despolitização das religiões e sua inclusão nas minorias da comunidade política, o alargamento da tolerância no interior da democracia faz do pluralismo religioso um fecundo fermento para a reivindicação de outros grupos discriminados. O que provoca o fértil debate democrático sobre o multiculturalismo incluindo, por exemplo, a questão das datas de feriados nacionais e das línguas oficiais.

É preciso analisar com muito cuidado a radicalização da intolerância em todo o mundo a partir dos atentados terroristas aos Estados Unidos, da reação norte-americana e da decorrente deterioração da situação no Oriente Médio, coroada pela brutal guerra contra o Iraque. Trata-se de um elemento novo na análise da pós-modernidade, eventualmente destinado a estabelecer uma descontinuidade no comportamento dos ciclos históricos recentes. O terrorismo praticado em escala global acabou se constituindo em nova e importante força no metajogo de poder, e precisa ser investigado a fundo.

Toda doutrina religiosa se baseia em um cerne dogmático de crença. A modernidade traz à cena tal pluralidade de nações e tamanho crescimento em complexidade social e política que a exclusividade de reivindicações torna-se simplesmente insustentável.

O grande problema é que a globalização dividiu a sociedade mundial em vencedores, beneficiários e perdedores. Nessa nova visão de mundo altamente polarizada várias tendências espirituais buscam resistir à influência ocidental. Nesse contexto, o terrorismo pode ser entendido como efeito do trauma da modernização e do consumismo que se espalhou pelo mundo em uma velocidade patológica. O terrorismo global aparece, portanto, como elemento traumático intrínseco à experiência moderna, cujo foco está sempre no futuro, na promessa, na esperança. Para Habermas, “do ponto de vista moral, não há desculpa para os atos terroristas. Todo assassinato é em demasia”. No entanto, ele lembra que o ocidente vive em sociedades pacíficas e prósperas que contêm uma grande violência *estrutural* à qual estamos razoavelmente acostumados: a desigualdade social, a miséria no abandono, a discriminação degradante e a marginalização. Nossas relações sociais são permeadas de violência e manipulação. O que é a propaganda, senão manipulação?

A tolerância paternalista que sempre praticamos é a de um monarca soberano ou de uma cultura majoritária que aceita ou suporta práticas divergentes de minorias. Surge, assim, a impressão de que a tolerância contém um cerne de intolerância. É o caso do paradoxo da democracia radical que afirma: nenhuma liberdade para os inimigos da liberdade. Numa verdadeira democracia não sobra espaço para que uma autoridade determine *unilateralmente* as fronteiras do que deve ser tolerado. Acabamos tolerando sem aceitar ou apreciar o valor de outras verdades.

Para Jacques Derrida (apud BORRADORI, 2004) o *11 de setembro* era previsível, certamente não pelas razões apontadas pela CIA. Há algum tempo filmes e videogames vinham antecipando a destruição das duas imensas torres do baixo-Manhattan. Eles visualizavam literalmente os ataques, e lidavam com os sentimentos de amor e ódio, admiração e inveja, que aqueles dois objetos inequivocamente fálicos – ou, na tradição lacaniana, os dois grandes seios a serem destruídos – despertavam no imaginário das sociedades. Na leitura de Derrida, o *11 de setembro* é o sintoma de uma crise auto-imune ocorrida dentro do sistema, que poderia tê-la previsto. Derrida também enfatiza a matriz marcadamente cristã da noção de tolerância, antes de tudo uma espécie de caridade um “remanescente de um gesto paternalista em que o outro não é aceito como um parceiro igual, mas subordinado, talvez assimilado e certamente mal interpretado em sua diferença”.

A tolerância se transforma em uma linha tênue entre integração e rejeição, uma espécie de oposto da hospitalidade. Hospitalidade é ser capaz de estar aberto previamente para alguém que não é esperado nem convidado, um *visitante* absolutamente estranho. Uma democracia participante não pode ser praticada como a razão dos mais fortes e sim como uma área de concessão recíproca de direitos iguais. Nesse sentido, a globalização nada mais é do que um artifício retórico destinado a dissimular a injustiça.

O fundamentalismo islâmico é uma reação de pânico à modernidade global, percebida essa globalização mais como ameaça do que como oportunidade. Durante a guerra fria as democracias liberais e os EUA deram treinamento e armas ao Afeganistão e a inimigos da União Soviética, que agora são inimigos dos Estados Unidos. Defrontamo-nos com a realidade de um conflito assimétrico. A ordem mundial que se sentiu alvo das novas violências terroristas é dominada, sobretudo, pelo idioma anglo-americano, indissociavelmente ligado ao discurso político hegemônico que domina o cenário mundial, a lei internacional, as instituições diplomáticas, a mídia e as maiores potências tecnocientíficas, capitalistas e militares.

Após o fim do comunismo, a precária ordem mundial depende amplamente da solidez e da confiabilidade do poder americano, até mesmo no plano da lógica do discurso que apóia a retórica jurídica e diplomática no mundo inteiro. Os Estados Unidos detêm, diante do mundo, um poder da auto-representação como unidade sistêmica final da força e da lei. A agressão da qual ele é o objeto vem como *se fosse de dentro*, de forças que se utilizam de aviões, combustíveis e tecnologia *high tech* norte-americana para atacar alvos americanos. Esses *seqüestradores* incorporam dois suicídios simultâneos: o deles próprios e o daqueles que os acolheram, armaram e treinaram. Os Estados Unidos treinaram pessoas como Bin Laden criando as circunstâncias político-militares que favoreceram sua mudança de lealdade.

Afinal, o que é o terrorismo? Todo terrorista alega que está reagindo em legítima defesa a um terrorismo anterior da parte do Estado ou do *sistema*. Bem antes dos maciços bombardeios das duas últimas guerras mundiais, ultimados pela tragédia atômica de Hiroshima e Nagasaki, a intimidação das populações civis foi, durante séculos, recurso muito comum. No entanto, os terroristas foram enaltecidos como combatentes da liberdade na ocupação soviética do Afeganistão e na Argélia de 1954 a 1962. Em que ponto um terrorismo deixa de ser denunciado como tal para ser saudado como o único recurso que restou em uma luta legítima? Derrida se pergunta quem é mais terrorista: Estados Unidos, Israel, países ricos e potências coloniais ou imperialistas acusados de praticar terrorismo de Estado, ou Bin Laden e seu

grupo fanático? A argumentação típica seria: “Estou recorrendo ao terrorismo como último recurso, porque o outro é mais terrorista do que eu; estou me defendendo, contra-atacando; o terrorista real, o pior, é aquele que me privou de todo outro meio de reagir antes de me apresentar, o primeiro agressor, como uma vítima”. Afinal, as populações islâmicas têm sofrido uma marginalização e um empobrecimento cujo ritmo é proporcional ao crescimento demográfico. Derrida termina com a questão central: pode-se, então, condenar *incondicionalmente* o ataque de *11 de setembro*, ignorando as condições reais ou alegadas que o tornaram possível?

A tolerância é uma virtude de origem basicamente *católica*. O cristão deve tolerar o não-cristão, porém, ainda mais do que isso, o católico deve deixar o protestante existir. Hoje, embora ainda centrado na questão religiosa, o conceito de tolerância se ampliou para as minorias e os *diferentes*. Assim, tolerância é antes de qualquer coisa uma forma de caridade cristã e está sempre ao lado da “razão dos mais fortes”, sendo um atributo do exercício da boa face da soberania, que fala do alto no tom “estou permitindo que você exista; mas, não se esqueça, é uma concessão minha permitir que viva em minha casa”. Derrida trabalha lado a lado os conceitos de *tolerância* e *hospitalidade*. Seria a tolerância uma condição de hospitalidade ou seu oposto?

Na verdade, se estou sendo hospitaleiro porque sou tolerante, “é porque desejo limitar a minha acolhida, reter o poder e manter o controle sobre os limites do meu *lar*, minha soberania”. Resume-se, então, a tolerância em conceder a alguém permissão de continuar vivendo? Ela é uma espécie de “hospitalidade fiscalizada, sempre sob vigilância, desde que o hóspede obedeça às nossas regras. No entanto, a verdadeira hospitalidade seria aquela aberta previamente para alguém que não é esperado nem convidado, efetivamente para *o outro*. Portanto, ela é praticamente impossível, dado o risco que envolve. “Mas sem a referência dela não teríamos a idéia da *alteridade do outro*, ou seja, daquele que entra em nossas vidas sem ter sido convidado”. Mas não necessitamos de tanto. Para o conceito de paz talvez bastasse a prática da coabitação global tolerante.

O fato é que, para além da necessidade óbvia de condenar o terrorismo como ato criminoso, seja de que inspiração for ou sob que disfarce apareça – e dentro dessa dimensão o ataque preventivo ao Iraque também poderia ser classificado como tal –, tudo indica que esses atos apontam para uma nova força que veio para ficar. O terrorismo se afirma como uma alternativa de poder e começa a influir pesadamente na política, seja por acidente tático – como no caso da derrota de Aznar nas eleições espanholas –, seja por imposição de uma agenda, como na direção do governo George W. Bush no

pós-11 de setembro e na garantia de sua reeleição. E estará cada vez mais legitimado por setores radicais e excluindo quanto mais cresça a convicção de que não há outros caminhos.

Ao encerrar aqui esse rápido panorama de algumas idéias e valores incorporados à cultura desse assustador início de século XXI – e cuja poder transformador depende de cada um de nós e dos caprichos da história – lembrarei uma reflexão de Walter Benjamin que nos acende alguns flashes de esperança. Dizia Benjamin que, numa concepção aberta da história, a ação emancipadora ou revolucionária deriva, em última análise, de uma espécie de *aposta*. Não há menor garantia de sucesso nesse combate. Este é inspirado em um imperativo ético, um imperativo categórico que o jovem Marx formulara assim: lutar para “derrubar todas as condições sociais em que o ser humano é um ser rebaixado, subjugado, abandonado, desprezado. Lutar pela supressão dos sistemas sociais injustos e desumanos”. Diante de uma história escrita pelos vencedores, da celebração do fato consumado, das rotas de mão única, da inexorável vitória dos que triunfaram, é preciso retomar a constatação essencial de que cada presente abre uma multiplicidade de futuros possíveis. A exclusão das mulheres da cidadania durante a Revolução Francesa não era inevitável. A decisão de lançar a bomba atômica sobre Hiroshima também não era nada inevitável. O futuro pode reabrir os dossiês históricos “fechados”, “reabilitar” vítimas caluniadas, reatualizar esperanças e aspirações vencidas, redescobrir combates esquecidos, ou considerados “utópicos”, “anacrônicos” e “na contracorrente do progresso”. Em suma, o futuro é aberto; teoricamente ele tudo pode. Uma parte do que será depende de nós; de cada um de nós.

Idéias e cultura nas relações internacionais

CAPÍTULO 2

La nueva configuración política de América Latina: apuntes para un debate abierto

Carlos Oliva Campos¹

América Latina vive hoy uno de los períodos mas interesantes y a la vez, mas convulsos de su historia reciente. Interesante, porque la fisonomía socio-política regional ha cambiado incuestionablemente. Convulso, por el derrumbe de no pocos paradigmas tradicionales, que lejos de facilitar los cambios ocurridos, complican el parto de un nuevo horizonte regional. Por ello el tratamiento del tema desde una perspectiva histórica, puede contribuir a ordenar la evolución de los acontecimientos y avanzar hacia el encuentro de algunas respuestas pendientes.

De la revisión de los escenarios precedentes se recuperan tres procesos históricos como principales antecedentes a considerar:

1. Los desenlaces de la llamada Crisis Centroamericana de los años 80.
2. El proceso de democratización regional que se activa a mediados de los años 80s en América Latina.
3. El derrumbe de la Unión Soviética y los países socialistas de Europa Oriental.

Cada uno de estos procesos históricos acumula una amplia y variada bibliografía, lo que permite evadir exposiciones detalladas e ir directamente a la identificación de aquellos factores que explican sus conexiones con la actual situación regional.

¹ Coordinador Regional de la AUNA

La crisis centroamericana de los años 80s, fue fruto de una larga historia de subdesarrollo, miseria, tutelaje estadounidense y explotación desmedida de los recursos naturales de la subregión y de la inmensa mayoría de su población por parte de las empresas transnacionales y la oligarquía nativa. Las soluciones, artificiales, triunfaron debido al agotamiento de las fuerzas en pugna y a un universo de factores objetivos y subjetivos resultantes, tanto de las políticas aplicadas por el gobierno de Estados Unidos, como de los errores, antagonismos y contradicciones al interior de las fuerzas guerrilleras. Como es conocido, tras largos años de guerra, en los casos de El Salvador y Guatemala triunfaron procesos de negociaciones en los cuales se pactó la paz, pero las aspiraciones de justicia social y de transformaciones socio-económicas que favorecieran a la mayoría de la población quedaron indefinidamente pospuestas.

Tal vez como mejor ejemplo de todo lo que perdió el movimiento revolucionario centroamericano, tenemos el caso histórico de la Revolución Sandinista, derrotada por medio de elecciones democráticas, cuestión no esperada por sus dirigentes. Ese golpe demoledor para los revolucionarios centroamericanos dejó muchísimas interrogantes y otras tantas lecciones para el futuro, que no pueden ser desestimadas.

El segundo antecedente histórico que debemos considerar, es el proceso de democratización regional que, aparentemente, se activa tomando como punto de inflexión la derrota militar argentina en la guerra de las Malvinas, de abril-junio de 1982. La revisión de los acontecimientos acaecidos demuestra como las transiciones de gobiernos militares a civiles que se sucedieron, fueron el resultado de procesos políticos internos, expresión del agotamiento de los proyectos castrenses. La activación del proceso desencadenó una sucesión de transiciones de gobiernos militares a civiles en Brasil, Bolivia, Perú y Uruguay; a los que se sumaron otros posteriormente. De una historia tan bien conocida deben ser rescatados algunos hechos, por ejemplo, que el modelo democrático emergente de estas transiciones, controladas por las dictaduras militares, resultó funcional a los intereses de Estados Unidos hasta el punto de que fue aplicado, por supuesto con sus particularidades, en países centroamericanos como El Salvador, Honduras y Guatemala; e incluso en el Caribe, con el caso de Haití. Otro hecho importante a destacar es que muchas de las fuerzas políticas revolucionarias emergen a la democracia muy lesionadas por los cruentos años de dictadura y se producen no pocas divisiones internas que en nada favorecieron sus opciones políticas electorales; a diferencia de otras fuerzas políticas tradicionales de derecha, no tan golpeadas por los años de dictaduras militares.

El tercer tema, obviamente con un impacto global a diferencia de los anteriores. tuvo implicaciones para todo el sistema internacional, para la correlación de fuerzas entre las grandes potencias, para las fuerzas de izquierda y para las fuerzas de la derecha más conservadora a nivel internacional liderada por Estados Unidos.

¿Qué conclusiones sacar de estos tres grandes fenómenos, a los efectos del tema que nos convoca?. En primer lugar, que se originó un notable cuestionamiento de la lucha revolucionaria por la vía de las armas, dadas las grandes lecciones extraídas de Centro América,. Después de lo acontecido, el movimiento guerrillero colombiano quedó, prácticamente, como el único beligerante en la región. En segundo lugar, ante el evidente agotamiento de los gobiernos impuestos mediante juntas militares, son los propios mandos castrenses los que aceptan y facilitan la transición a la democracia; abriendo un espacio a los gobiernos civiles que se fortalece además con los nuevos paradigmas de defensa de la democracia y los derechos humanos que se imponen a nivel internacional en la era de la post guerra fría. En tercer lugar, tras la caída de los gobiernos socialistas europeos se abre un proceso amplio y difuso de revisión, cambios y negación en algunos casos de las tradicionales fuerzas de izquierda en América Latina; originando diferentes interpretaciones sobre las nuevas formas de lucha y el papel del gran capital; dando lugar, por tanto, a una mayor fragmentación de esas fuerzas.

AMÉRICA LATINA EN LA POST GUERRA FRÍA

Unido a éstas nuevas realidades, el panorama económico regional se desdobra en diferentes aristas. De una parte, se hace evidente el auge del neoliberalismo, política económica que ha traído traumáticas consecuencias para muchos de los países de la región. De otra, con el lanzamiento de la llamada Iniciativa para las Américas de junio de 1990, por el Presidente George Bush, padre, se va consolidando la idea de crear un Área de Libre Comercio para América del Norte (TLCAN) como base para el proyecto de Área de Libre Comercio para las Américas (ALCA) en el cual queda involucrado todo el continente (a excepción de Cuba), a partir de 1994. En este nuevo escenario abierto para los países del hemisferio, se van imponiendo las tendencias emergentes a nivel internacional en las cuales una nueva tríada de poder se establece y consolida, conformada por las grandes empresas transnacionales, los gobiernos neoliberales, como imprescindibles instrumentos de control y regulación y los organismos internacionales al estilo del Banco Mundial (BM), el Fondo Monetario Internacional (FMI) y para el caso de la región el Banco Interamericano de Desarrollo (BID). Este nuevo poder internacional encuentra

resonancia, apoyo y subordinación en los grandes capitales latinoamericanos que se pliegan a las nuevas políticas.

En contraposición a este poder emergente aparece la lógica reacción de la sociedad que, presionada por los nuevos desafíos y amenazas que tiene que enfrentar alcanza niveles de movilización, organización y articulación nunca antes apreciados a nivel de todo el sistema internacional. Tal es el caso del generalizado movimiento anti-globalizador, con ramificaciones en todos los continentes y que para el caso de América Latina se alimenta de otros contenidos como son la lucha contra el Neo Liberalismo y contra el Proyecto del ALCA. Diversas organizaciones del continente, como la Alianza Social Continental van uniéndose a otras redes de la región y del exterior, organizando múltiples foros para exponer sus posiciones y denunciar las consecuencias de la globalización, el neoliberalismo, el ALCA y las nuevas estrategias de dominación de Estados Unidos sobre los pueblos de la región. Como puntos históricos de inflexión de estas nuevas luchas, aparecen las movilizaciones organizadas contra las Cumbres que realizan las grandes potencias destacándose los casos de Seattle (1999), Cancún (2003) y Miami, en diferentes ocasiones, donde las protestas condicionaron muchos de los resultados que estos países pretendían alcanzar.

A partir de 1989 con la ya inminente caída de la Unión Soviética y los restantes países socialistas europeos, se va abriendo para las relaciones entre Estados Unidos y América Latina una coyuntura excepcionalmente favorable para el desarrollo de las nuevas políticas norteamericanas que serían aplicadas. El nuevo escenario ha sido desarrollado y analizado en un trabajo titulado Estados Unidos-América Latina y el Caribe: Del Panamericanismo al Neo Panamericanismo (PREVOST; CAMPOS, 2002) revelando esencialmente como las nuevas condiciones históricas abiertas por la post guerra fría facilitan el privilegio de gobiernos neoliberales apoyados y estimulados por Estados Unidos; así como la concertación de las grandes empresas transnacionales interesadas en el control y explotación de nuestros recursos naturales y las oligarquías nativas. Sin embargo, paralelamente a este nuevo escenario que se iba gestando e imponiendo, iba naciendo el ya mencionado movimiento popular, anti-globalizador, anti-neoliberal y anti-ALCA y al interior de algunos de nuestros países comenzaban a darse las señales de la reacción y la resistencia social. Así tenemos que en ese propio año de 1989 se genera en Venezuela el llamado "Caracazo", que fue ese conjunto de manifestaciones populares que, aunque no demostraron la existencia de un movimiento político organizado, removieron las cimientos del viejo régimen oligárquico venezolano. Precisamente, la no solución a los graves problemas sociales presentes en Venezuela fue la que originó apenas 3 años después el intento de golpe militar

del Coronel Hugo Chávez, figura que como sabemos triunfó ampliamente en las elecciones de 1998 en ese país.

Pero la reacción de las fuerzas populares comienza a tener expresiones igualmente en otras naciones del hemisferio. Tal es el caso del Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN) que conmocionó a la sociedad mexicana al inicio de 1994, abriendo nuevos paradigmas de lucha contra el gran capital. En este caso hay que recordar como inteligentemente el EZLN transitó del enfrentamiento armado a un modelo de confrontación política original que se ha logrado insertar en el debate político de esa nación. También con el EZLN se abrió un nuevo capítulo de la lucha popular, con la colocación del tema indígena y la reivindicación de los derechos sociales, políticos y económicos de los pueblos originarios, lo que tuvo gran repercusión en países con notable población indígena como Ecuador, Bolivia, y Perú, que avanzaban en su propia organización interna. Para entender la magnitud de esa repercusión, baste recordar que los indígenas ecuatorianos actuaron decididamente para el desplazamiento del poder de dos presidentes en ese país (Jamil Mahuad en 1999 y Abdalá Bucaram en el año 2001). En el caso de Bolivia los movimientos indígenas lograron a partir de su lucha reivindicativa, la salida del poder del presidente Gonzalo Sánchez de Lozada en el año 2003 y de su sucesor, Carlos Mesa (2005).

Paralelamente a estos movimientos étnicos, la crisis económica generada por el neoliberalismo en Argentina, desata un amplio movimiento popular en diciembre del 2001, que dió lugar a la caída de sucesivos presidentes incapaces de contener la crisis, abriendo el escenario nacional a fuerzas políticas no contempladas originalmente dentro de las opciones al poder, como ocurrió con Néstor Kirchner, una figura secundaria del peronismo, pero que ganó consenso mayoritario para derrotar a Carlos Menem. De ese convulsionado escenario destacan dos actores sociales coyunturalmente aliados, la golpeada clase media argentina y el desempleado, conocido por su accionar en la crisis como "piquetero". Este último actor, comienza a destacarse por la incorporación de nuevas formas de lucha social, a partir de la organización a nivel de barrios, de asambleas y comunidades, aportando nuevas fórmulas a las teorías de la lucha popular. Un tema central para este movimiento es el territorio, reinterpretado a partir del escenario de crisis que enfrentan. En este sentido, nos parece importante rescatar la siguiente reflexión de Campione (2004, p. 16):

El territorio, lo 'local' [...] se ha erigido en el espacio de cuestionamiento concreto y directo al modelo de dominación política y social. Se forma un microcosmos reproductivo social que plantea una articulación territorial distinta a la implantada por el capitalismo neoliberal, destructiva de ámbitos y vínculos, promotora de la

individualidad aislada y aislante. Ocupar el territorio es un imperativo estratégico, ocuparlo con cuerpos vinculados solidariamente... la crítica al desempleo no es el eje[...] sino la crítica al trabajo capitalista y a la sociedad que lo sostiene. Desde lo local se cuestiona lo global, no se lucha contra la "exclusión", para volver a "incluirse", sino contra la sociedad alienante y explotadora, en su conjunto.

Un tercer actor social se hace igualmente sobresaliente, al ganar en organización y claridad de sus objetivos y propósitos de lucha, el Movimiento de los Sin Tierra (MST), que aunque encuentra su ámbito principal de intervención en Brasil, tiene expresiones similares en otros países del Cono Sur. ¿Cómo tipificarlo? ¿Cómo campesino desposeído? ¿Cómo trabajador desempleado? Tal vez sea una mezcla de lo uno y lo otro, pues resume al hombre con hambre, sin medios de producción que encuentra su única opción en el trabajo de la tierra. Según Joao Pedro Stedile, fundador del MST, la ocupación de tierras en Brasil es un problema histórico y de tanta trascendencia que la legislación lo incorporó al concepto mismo de propiedad. (BRAVAGENTE, 2001, p. 12).

Mas recientemente (abril-mayo de 2005), este original grupo de actores se vió enriquecido con la incorporación de los autodenominados Forajidos de Ecuador, calificativo con el cual el entonces Presidente Lucio Gutiérrez denominó a sectores de la pequeña y mediana burguesía quiteña, que lo hicieron huir del país y forzaron el ascenso a la Presidencia del Vice-Presidente, Alfredo Palacio.

El análisis de estos cuatro actores, expresión de lo que muy acertadamente Carlos Vilas denomina desafíos institucionales a gobiernos constitucionales – aclarando que eran constitucionalmente inoperantes- (Carlos Vilas. Golpes de pueblo contra el neoliberalismo, en fase de publicación en Análisis de Coyuntura. Edición Especial 2005, AUNA-Cuba), nos brinda una valiosa información sobre cuanto han impactado el neoliberalismo y la globalización en nuestros países, provocando la inclusión de nuevos sectores sociales dentro de la gran masa de desposeídos, como resultado del incremento de la brecha entre ricos y pobres. Sin embargo, y a pesar de ser expresión de la nueva configuración socio-política que se ha desatado en la región, aún no alcanzan la necesaria dimensión como para ser identificados con la tan ansiada alternativa política a la situación existente. Hay que entenderlos como actores con un potencial desempeño importante, cuando esa alternativa pueda materializarse. Son indudables factores del cambio social y político, pero necesitan articularse socialmente, ganar en conciencia política y vincularse con aquellas fuerzas que ya tienen una institucionalidad política para gestar el cambio social.

Por qué no se les concede otra connotación política mayor? Los resultados de sus acciones lo demuestran. En primer lugar, la experiencia por la que pasaron las organizaciones indígenas ecuatorianas agrupadas en la Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador (CONAIE) y su brazo político Pachakutik, debe ser cuidadosamente analizada. Si bien ya nadie duda de como Lucio Gutiérrez utilizó el prestigio y el empuje social de los indígenas para llegar al poder y después provocar divisiones en su interior, desgastándolos políticamente, no quiere esto decir que no puedan ser viables las alianzas de los movimientos indígenas con sectores políticos con intereses y aspiraciones convergentes. Todo lo contrario, este es un factor imprescindible, si se pretende un cambio político que conlleve a un nuevo proyecto de nación. Esta lectura es muy importante no sólo para el movimiento indígena ecuatoriano sino para los movimientos indígenas de otros países como Bolivia, Perú e incluso México. La verdadera reivindicación de los derechos de nuestros pueblos originarios pasa por la necesaria articulación con otros sectores sociales igualmente marginados y socialmente explotados por el gran capital. Somos una multiplicidad de étnias, razas y sus descendencias gracias a la herencia de las épocas de la conquista y la colonización europea; y sin considerar esa diversidad – sin discriminaciones y respetando los derechos de cada cual-, no se puede pensar en la recomposición de nuestras naciones. Toda opción política que desconozca esa realidad, tiene muy escasas probabilidades de éxito.

El caso de los piqueteros argentinos también nos muestra importantes aspectos para el análisis. Hablamos de un movimiento muy heterogéneo, que aunque tiene sectores con un horizonte político mas claro, han sido muy golpeados por el sistema dominante y su rechazo al "gobierno" y, en particular, a su aparato policial es un factor nada fácil de superar. Esto lo ha hecho vulnerable a las manipulaciones políticas, cayendo consciente o inconscientemente en el conflicto por el poder que protagonizan el actual Presidente Kirchner y su antecesor Eduardo Duhalde.

En cuanto a los Forajidos de Ecuador, llama la atención como tras desempeñar un papel decisivo para la salida de Gutiérrez, no lograron la misma efectividad algunos meses después, con las manifestaciones populares convocadas para protestar contra el evidente compromiso de Palacio, con la oligarquía tradicional vinculada al capital transnacional.

DE LA RESISTENCIA A LA TOMA DEL PODER POLÍTICO

A diferencia de los actores mencionados, hay que resaltar la emergencia de otro grupo de actores, organizados mediante partidos políticos

de larga data – Peronismo de Argentina, Partido de los Trabajadores (PT) de Brasil y Frente Amplio de Uruguay-, que tienen como rasgo definitorio el acceso al poder por la vía de las urnas. Un segundo rasgo común a señalar, en una caracterización inicial de estos actores políticos, es que sus gobiernos son resultantes de profundas situaciones nacionales de crisis; expresión de la ingobernabilidad de los partidos tradicionales que habían alcanzado el poder. Por supuesto, no se desconocen las vinculaciones socio-políticas entre ambos grupos de actores – por ejemplo, el apoyo político del MST a Lula en Brasil; de algunos sectores de los piqueteros a Kirchner en Argentina-, pero, no resultaron factores decisivos para el ascenso al poder de los nuevos gobiernos.

Tal vez, en lo que a crisis económica se refiere, Brasil pueda presentarse como un caso a diferenciar, debido a que con el gobierno precedente –Fernando Henrique Cardoso- los indicadores económicos no revelaban los desastrosos resultados que se apreciaban para los casos de Argentina, Venezuela y Uruguay. Pero, los indicadores sociales fueron decisivos para el ascenso del (PT) al poder en enero de 2002. Theotonio dos Santos nos ilustra esta realidad cuando recuerda que en el año 2001, el crecimiento del Producto Interno Bruto brasileño fue de 1.5%, en un país en el cual la población crece al 1.3%, con un mercado de trabajo nacional que absorbe anualmente sólo el 2.3% de la población laboralmente joven del país. Siguiendo este razonamiento cada año se genera una increíble masa de desempleados, fuente inevitable de la violencia social, un tema de máxima urgencia en Brasil. (SANTOS, 2004, p. 486).

Otro rasgo a mencionar, el tercero, está relacionado con el hecho de que todos estos nuevos gobiernos fueron ubicados por la opinión pública dentro del ámbito de la izquierda, lo cual evidenció un superficial análisis del tema. En realidad, tanto Lula con el PT, como Tabaré Vázquez, con el Frente Amplio de Uruguay, debieron negociar con sectores de centro y de la derecha. En cuanto a Kirchner, es obvio que una figura emergente del peronismo, no debía ser ubicada dentro del amplio espectro de la izquierda argentina. En cuanto a Chávez, un ex - militar golpista, se ganó rápidamente el calificativo de izquierdista no sólo por sus tempranos vínculos con Cuba, sino por su inmediato programa de gobierno a favor de las mayorías empobrecidas de su país, que dieron muestras de su respaldo decisivo al nuevo gobierno, en un hecho sin precedentes como el frustrado golpe de estado de abril de 2002. en la medida en que Venezuela y Cuba fueron profundizando sus relaciones, hasta convertirlas en lo que hoy representa una alianza estratégica, Chávez es caracterizado como izquierdista y populista radical. (BLASTS, 2005).

De todas formas, no hay dudas en cuanto al precedente que se ha marcado con estos gobiernos democráticamente electos, en una región cuya historia recoge rápidos operativos encubiertos o directos golpes de estado para sacarlos del poder. Tal vez cabe señalar, que estos gobiernos, además de verse favorecidos por la pérdida de credibilidad de sus tradicionales oponentes políticos y contar con el mayoritario apoyo popular, también se beneficiaron de un contexto internacional en el cual, los temas de la democracia, la gobernabilidad y los derechos humanos, eran favorecidos por los grandes centros de poder mundial.

No obstante, la complejidad e importancia del tema exige algunas reflexiones. Buscando ir mas a la esencia del problema que a las grandes y abundantes teorizaciones, resulta útil la interpretación sobre la izquierda que coloca Stolowicz (,2005, p.171), quien nos recuerda que,

La esencia identitaria de la izquierda es la búsqueda de la emancipación humana, que no es posible sin igualdad social. Desde la segunda mitad del siglo XIX, esa búsqueda está asociada a una crítica al capitalismo y al propósito de construir una sociedad sin explotación ni dominio de una minoría sobre la mayoría[...].

La caída del llamado "socialismo real", la desmovilización de la inmensa mayoría de los movimientos armados, y las múltiples interpretaciones de la realidad política que van surgiendo desde diferentes partidos de izquierda a inicios de los años '90, hizo necesaria la creación de un nuevo espacio regional para evitar una desarticulación de las fuerzas identificadas con ese signo político. Si bien el llamado Foro de Sao Paulo ha desempeñado un importante papel histórico en la difícil coyuntura que le ha correspondido actuar, también ha sido el escenario en donde afloraron las mencionadas diferencias políticas, que consciente o inconscientemente, "han hecho el juego" al neoliberalismo imperante. El resultado de éstas tendencias ha sido lo que algunos denominan como "izquierdas de saco y corbata" o "constitucional", en alusión a aquellas fuerzas que establecen niveles de coexistencia con el gran capital. Sobre esto apunta Colussi (2005, p. 171):

¿Son 'traidores', 'vendidos al capitalismo'? Eso es una consigna principista que no pasa de discurso emotivo falto de profundidad analítica. La izquierda constitucional hace lo que puede; y hoy, en los marcos de la post Guerra Fría, con el triunfo de la gran empresa y el unipolarismo vigente –más aún en la región latinoamericana, histórico 'patio trasero' de la superpotencia hegemónica- es poco lo que tiene por delante: si deja de pagar la deuda externa, si piensa en plataformas de expropiaciones y poder popular y se atreve a armar a sus pueblos, sus días están contados. Pero Kirchner, Lula, Vázquez o (Ricardo) Lagos ¿hablaron en algún momento de revolución socialista en sus campañas proselitistas? ¿Levantó alguno de ellos las mismas

consignas que, tres décadas atrás, proponían los movimientos armados que, sin ningún complejo ni temor, hablaban de comunismo y de confiscaciones, y a los que directa o indirectamente ellos pertenecían o apoyaban? Sin lugar a dudas que no.

Ya un análisis de determinados casos revela otros interesantes elementos; comenzando por diferenciar los componentes socio-clasistas que se articulan en cada una de éstas fuerzas. En Venezuela, país en el cual las reacciones sociales contra el sistema imperante tienen antecedentes mas lejanos en el tiempo – con el Caracazo o el intento de golpe militar de Chávez -, se forja un movimiento político en torno a la figura de un ex –militar golpista, en un escenario donde los niveles de pobreza se desbordaron y las grandes masas desposeídas, desempleadas y marginadas han dado el apoyo decisivo al Presidente. En este caso, el chavismo se apoya en este sector fundamental de la población, en algunos segmentos del campesinado y el movimiento obrero; y sobre todo, en las fuerzas armadas, lo que ha facilitado al gobierno bolivariano argumentar sobre la importancia de la alianza político-militar, como factor esencial para salvaguardar los cambios asumidos por su gobierno en el país.

El caso de Uruguay tiene también sus particularidades. Como es conocido, el Frente Amplio se fundó en 1971 por el General Liber Seregni pero, el camino recorrido hasta el triunfo electoral de octubre de 2004 ha sido largo y difícil. Para las recientes elecciones y tomando como experiencia lo ocurrido en las elecciones de 1999, cuando la derecha se cohesionó para derrotarlo, se trabajó una política de alianzas que resultó decisiva para el triunfo. Al Frente Amplio se sumaron el Encuentro Progresista y Nuevo Espacio; además de el movimiento sindical –PIT-CNT-, la Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay (FEUU), así como diversas organizaciones empresariales, de jubilados, sociales y barriales. Tabaré Vázquez fue el candidato del Encuentro Progresista –Frente Amplio- Nueva Mayoría, alcanzando la victoria en la primera vuelta y logrando la mayoría absoluta en el Parlamento.

La situación nacional que encuentra el nuevo gobierno es crítica. Un ensayo elaborado por el propio Tabaré Vázquez revela cifras alarmantes. Casi un tercio de la población, aproximadamente un millón de uruguayos vive en condiciones de pobreza; de ellos 100, 000 en la indigencia. Llama la atención la cifra de jóvenes menores de 18 años en condiciones de pobreza, el 60% de la población, un potencial factor de violencia social. Casi un millón de hombres y mujeres están desempleados o sub-empleados. Casi la mitad de la población económicamente activa –unas 750,000 personas no tienen cobertura de seguridad social. Mas de 300,000 uruguayas y uruguayos no tienen cobertura de salud pública, mucho menos privada. Apenas el 20% de los alumnos que

ingresan a la enseñanza secundaria logran egresar. Mas de 100,000 han emigrado del país. (VÁZQUEZ, 2005, p. 103).

El tercer caso, Brasil, atrajo la atención mundial porque por primera vez en la historia de ese país, un líder sindical alcanzó la Presidencia de la nación, con un convincente apoyo popular. Brasil está considerado entre las primeras diez economías del planeta; aunque su extensa geografía está llena de enormes contrastes. No cabe la menor duda que este factor estuvo muy presente en la estrategia del gobierno Lula, que estableció alianzas con importantes sectores del gran capital nacional, como la elección para Vice-Presidente de la república de José Alencar, magnate de los textiles brasileños y líder del centrista Partido Liberal. Este controvertido pacto fue calificado por Alencar como "una nueva sociedad política [...] donde Lula representa el trabajo y yo represento el capital." (BURBACH, 2002, p. 57).

En la lógica de Lula, que explicitó su intención de acabar con el hambre y la desnutrición de mas de 20 millones de brasileños, el apoyo económico y político de sectores del gran capital nacional aparecía como algo imprescindible. Esta decisión le ganó importantes críticas desde los inicios de su mandato. El conocido sociólogo Francisco de Oliveira escribió sobre el "estilo gerencial" de Lula, refiriéndose tanto a ésta alianza con el gran capital como al continuismo en muchas políticas iniciadas por Fernando Henrique Cardoso. (OLIVEIRA, 2003).

Como es conocido, el clímax de las críticas a Lula y su equipo se transforma en crisis política en el verano del 2005, cuando salen a la luz pública informaciones sobre el pago de cantidades fijas de dinero a diputados del PT, para garantizar que votasen a favor de las propuestas del gobierno; además del financiamiento ilegal de campañas electorales. A pesar de reconocerse que este tipo de acciones ilícitas no es nuevo en la política brasileña, la connotación que tiene con Lula sobrepasa todo lo anterior. Ocurre que ahora se trata del primer partido de izquierda en el poder y que su descrédito puede llevar a una fragmentación sin precedentes de la izquierda nacional.

Mas allá de que la crisis alcance directamente o no a Lula, el gobierno del PT está en crisis y los escasos logros exhibidos por Lula en su gestión presidencial no tienen muchas opciones de sostenibilidad, de producirse el cambio a un gobierno de otro signo.

No obstante, a pesar de lo aguda de la crisis política, existe una gran base de izquierda que continúa viendo en Lula a su mejor opción. Esto lo ha comprendido el Presidente y se ha lanzado a un reencuentro con las bases del PT. Si logra ser creíble y convincente, puede mantener algunas opciones

de reelección para el 2006; pero no caben dudas de que las fuerzas de la derecha, en particular la social-democracia de Fernando Henrique, se han fortalecido con la crisis.

Como puede apreciarse esta amalgama de actores, expresión de una nueva configuración socio-política regional, aunque muy diversa en sí misma, refleja el amplio espectro de problemas que ha acumulado nuestra región a lo largo de toda su historia. En correspondencia con esto, no puede esperarse que funcione una única receta, porque cada caso nacional encierra sus propias dinámicas y particularidades.

Sin embargo hay algunos factores que llaman la atención y demandan de cierto análisis como son:

1. La necesidad de distinguir entre los actores sociales que logran evolucionar hasta convertirse en movimientos con definiciones y metas políticas, incluida la toma del poder, de aquellos otros que no logran esas articulaciones y se quedan sólo en el plano de la resistencia al sistema establecido.
2. La construcción de una cultura política que permita visualizar todo lo que implica acceder al poder político, una visión integral y abarcadora de todos los problemas que se tienen que enfrentar; la estructuración de una fuerza política organizada; la definición de un programa de gobierno, la claridad suficiente como para identificar las posibles alianzas políticas; el conocimiento de todos aquellos factores internos y externos que inciden sobre el gobierno nacional; sacar toda la experiencia posible de los errores precedentes; la defensa de la legitimidad y la credibilidad democrática del nuevo gobierno; y, sobre todo, no perder los canales de retroalimentación con las bases sociales que lo sustentan. En fin, saber erigirse como una alternativa política viable al orden pre-establecido.
3. El tremendo desafío que significa haber vivido marginado durante siglos o en la oposición política durante mucho tiempo y encontrarse de repente ante la oportunidad de formar parte de un nuevo poder político emergente. Esto implica profundos cambios en la sicología política de los individuos y en su propia cultura política, lo cual no se alcanza de la noche a la mañana.
4. La capacidad de consolidar la nueva alternativa política mas allá de la coyuntura, conscientes de que para revertir tan enorme acumulación histórica de problemas hay que convencer al electorado nacional de la necesidad de un proyecto de al menos mediano plazo, manejar las maniobras de la oposición interna con respecto a este delicado tema y, sobre todo, resistir los embates de Estados Unidos y el controlado mundo de los grandes medios de comunicación.

LA HISTORIA Y LAS LECCIONES DEL PRESENTE

Al menos tres son las lecciones que se deben rescatar de la historia reciente para intentar cumplir con el propósito enunciado. La primera, el efecto desmovilizador provocado por la violencia generada por la tríada intervenciones militares de Estados Unidos-dictaduras militares latinoamericanas- operativos encubiertos estadounidenses. Los resultados fueron decenas de miles de muertos, desaparecidos, desplazados, decepcionados, etc., siendo un factor a tener muy en cuenta. La segunda lección, la pérdida progresiva de credibilidad de los partidos políticos tradicionales, tanto de la derecha como de la izquierda, generando masivas decepciones y deserciones. La tercera lección, tiene que ver con un tema crucial, la estabilidad y consolidación de los regímenes democráticos. La historia de América Latina muestra un elevado déficit democrático, que se explica, inicialmente, por la directa incidencia de la primera de las lecciones enunciadas; pero tiene otras muchas aristas. El propio proceso de construcción del estado nación en nuestra región, llega hasta la actualidad con no pocos pendientes y fisuras. Estados muy vulnerables económicamente y subordinados al mercado y los capitales externos, principalmente estadounidenses. Dependientes políticamente de Estados Unidos, a riesgo de sufrir los efectos ya conocidos, acumulando una enormidad de problemas sociales agravados con el paso del tiempo. Tal situación ha generado un conjunto de problemas que, lejos de solucionarse, se han agravado bajo las condiciones impuestas por la globalización y el neoliberalismo, como la corrupción administrativa, los fraudes políticos, y la violencia social. Este último, hoy ha pasado a convertirse no sólo en un problema de seguridad nacional para nuestros países, sino en uno de los grandes desafíos regionales a enfrentar.

Durante los últimos años, en que se han identificado diversos movimientos de resistencia y la emergencia de nuevas fuerzas políticas, una gran interrogante ha sido, ¿cuál es la alternativa política para los males existentes? Hay que decir que el argumento de la no existencia de una alternativa definida y coherente, ha sido una de las grandes críticas de las fuerzas opuestas al cambio. Muchas reuniones, foros internacionales no han trascendido del plano declarativo. Por supuesto, no se da mucha relevancia al hecho cierto de que se habla de foros en los cuales convergen las mas diversas fuerzas sociales y políticas, lo que conlleva a plataformas de trabajo muy generales que después hay que trasladar a las realidades nacionales, siendo ese el mejor ámbito para su concreción. Pero, inmerso en éstas dinámicas está, indiscutiblemente, el agotamiento de fuerzas progresistas y de izquierda, que desempeñaron roles importantes en otros momentos históricos, pero que ahora, no parecen preparados o peor aún, parecen descolocados de la realidad política nacional, para enfrentar los cambios que se necesitan.

Un gran déficit histórico que ha permeado a muchas de éstas fuerzas, ha sido su poca o nula capacidad para articularse con otras fuerzas similares, desechando protagonismos, en función de un interés nacional. En esto hay que decir, que la derecha ha llevado una histórica ventaja. Tabaré Vázquez y el Frente Amplio, sufrieron los efectos de esa práctica durante las elecciones de 1999, cuando los Blancos y los Colorados se aliaron para derrotarlo en la segunda vuelta electoral.

Por supuesto, un factor derivado de lo anterior, es el nivel de consolidación que logren las nuevas alianzas políticas, plasmado en programas concretos de gobierno. El gran riesgo, y ya lo vimos con Lula, es buscar la complacencia de sectores económicos clave, para alcanzar la mayoría de votos necesarios, a expensas de las concesiones que vendrán posteriormente. Lamentablemente, este no es el único ejemplo. Ecuador hoy vive bajo un gobierno de derecha, apoyado por determinados sectores de la izquierda nacional. Franck Gaudichaud, resume tan lamentable desenlace con las siguientes palabras:

[...] dos años después de su llegada al gobierno, el presidente Lula es el niño mimado de los medios financieros y del agrobusiness. Y en los últimos meses, a imagen y semejanza de los ejecutivos anteriores (que Lula tanto criticaba cuando todavía su militancia era consecuente), el gobierno brasileño se encuentra inmerso en una vasta red de corrupción. No cabe duda de que esta deriva es el producto de una lenta transformación del PT desde hace más de veinte años. Y si en ese país-continente la izquierda se muestra incapaz de implementar alternativas, cómo asombrarse al ver que el mismo guión se repite en países pequeños[...] (GAUDICHAUD 2005).

Este criterio es reafirmado por la investigadora uruguaya Beatriz Stolowicz, quien recuerda como meses antes de su triunfo electoral, Tabaré Vázquez, durante una visita a la sede del Banco Interamericano de Desarrollo en Washington, D.C., habló de la asunción " responsable de los compromisos internacionales de Uruguay", a la vez que anunciaba la designación de Danilo Astori como Ministro de Economía. Según Stolowicz (2005, p. 169-170), "ambos gestos fueron entendidos como señales para 'tranquilizar a los mercados' y para ganar el voto del centro y la derecha en Uruguay. Las transnacionales de la información los difundieron ampliamente."

ALGUNAS CONSIDERACIONES PARA ESTIMULAR UN DEBATE ABIERTO

De este "mare mágnum" de acontecimientos, se puede extraer como conclusión la emergencia de nuevas tendencias políticas con características bien definidas. Comencemos por analizar lo que parece estar convirtiéndose

en un "liderazgo político emergente", siendo ya gobierno o avanzando sostenidamente hacia esa meta. Bajo ese presupuesto, véase dos ejemplos, Néstor Kirchner en Argentina y Andrés Manuel López Obrador en México. El primero, Presidente de su país; el segundo, el mas fuerte aspirante en el aún hoy prematuro escenario electoral mexicano. Y pueden sumarse otros nombres, como José Serra o Fernando Henrique Cardoso, en Brasil, figuras expectantes ante el desenlace final de Lula, o la candidata socialista chilena Michele Bachelet y el propio Tabaré Vázquez.

¿Qué tienen en común estos políticos? En primer lugar, son políticos que saben que su contexto nacional está marcado por los efectos del neoliberalismo; y por tanto, tienen (ya Fernando Henrique lo hizo), que desarrollar sus programas de gobierno en esa realidad, por considerarse incapaces para hacerlo o porque no pretenden cambiarla. En segundo lugar, son exponentes de sectores de poder que defienden determinados intereses nacionales (financieros, comerciales), que saben sus límites en la relación con el gran capital transnacional y han comprendido que deben trabajar por preservar sus ámbitos domésticos. En tercer lugar, logran determinados espacios de apoyo tanto en la derecha mas moderada, como en la izquierda menos radical. Esto permite acuñar los términos de centro-derecha y centro-izquierda, con todas las ambigüedades que demandan tales definiciones. En cuarto lugar, representan una opción anti-crisis, lo que les aporta un determinado consenso social, frente a los graves problemas acumulados en sus países. En quinto lugar, y puede ejemplificarse con la gestión de Kirchner, o ser algo mas especulativo con el caso de López Obrador, hablamos de políticos conscientes de que deben desarrollar una alta habilidad para defender espacios de independencia nacional frente a Estados Unidos, el Fondo Monetario Internacional, el Banco Mundial y la Organización Mundial del Comercio, sin generar rupturas.

Mas allá de aceptar o no la existencia de este nuevo liderazgo político, que puede ser interpretado como una derivación o expresión de la tan llevada y traída "tercera vía", lo cierto es que un denominador común para este grupo de políticos, es que no buscan sustituir el sistema vigente y, para ello, se apoyan en la conciliación entre los intereses menos "radicales" de ambas partes. No obstante, para ayudar a una mejor comprensión del fenómeno descrito, préstese mucha atención a las siguientes reflexiones de Stolowicz (2005, p. 173-174):

"[...] el nuevo tercerismo es una estrategia político-ideológica de conservación del capitalismo, que busca desligarlo del desprestigio del neoliberalismo y preservarlo de crisis sociales y políticas. Tiene como objetivo neutralizar la potencialidad de cambio de los proyectos alternativos de la izquierda partidaria y social [...] Es una estrategia de los sectores dominantes para neutralizar a una izquierda que crece

en convocatoria social y electoralmente, para ´modernizarla como centro´, es decir, hacerla ´moderada´ en sus fines. La eficacia ideológica de la estrategia está en que encubre el objetivo de la moderación de los fines bajo la forma de la moderación de los medios, lo que se presenta como ´realismo´.

Las señales de alarma están activadas, sin renunciar a las grandes expectativas sobre los cambios que pueden ocurrir. Como siempre, el papel de los movimientos populares, organizados, debe ser decisivo. Venezuela, con la necesaria consolidación de su proceso político y el ALBA, un instrumento regional de incalculable valor para la articulación multilateral-regional, son factores a tener muy en cuenta, para que la tan ansiada alternativa al sistema vigente, no se esfume como en otras tantas ocasiones en el pasado. El debate queda abierto.

CAPÍTULO 3

O papel dos valores e das idéias nas Relações Internacionais: a contribuição do enfoque construtivista

Ana Maria Stuart¹

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende contribuir ao repertório teórico da disciplina das relações internacionais - como campo específico da teoria política - tentando firmar a autonomia da análise perante o predomínio das teorias econômicas. A crença na persistência de um espaço para a autonomia da política, além do refúgio seguro nas teorias normativas, orienta esta escolha teórica.

À luz do que “é”, do que “será” e do que “deve ser”, as teorias se debatem entre a explicação e a proposição. Os empíricos tendem a ficar com a primeira dimensão, deixando as outras duas de lado. O “será” é futurologia e o “dever ser”, filosofia política. Mas, como fugir dessas dimensões já presentes no momento da construção das hipóteses, quando os interesses que guiam o conhecimento tornam-se constitutivos da eleição do enfoque, assim como da avaliação das descobertas?

Há uma busca de caminhos novos para sair da controvérsia entre “explicar” e “compreender”, também entendida como a velha diferença metodológica entre as ciências da natureza e as ciências do espírito. Este trabalho se insere nessa perspectiva de contribuir para a derrubada do muro que separa as análises objetivas das subjetivas e pretende colocar a relação entre esses campos como centro da reflexão teórica.

¹ Professora de Relações Internacionais (UNESP-Franca). Este trabalho está baseado no Capítulo I da Tese de Doutorado (Stuart, 2002).

A pergunta inicial é: quais são as atuais controvérsias na disciplina das Relações Internacionais? Após o debate inter-paradigmático (WEAVER, 1996, p. 149-165) instalou-se um clima de conformismo. Os esquemas, muito convincentes porque bem arrumados, úteis para a apresentação da disciplina nas salas de aula dos cursos de Relações Internacionais, ajudam os estudantes a entender os principais debates que se travaram entre as correntes de pensamento, datadas ao longo do século XX. No entanto, ficam muitas perguntas sem respostas quando se observam as linhas de pesquisa geradas pelos diferentes enfoques, cuja classificação varia segundo os autores.

Existe consenso em torno das tradições teóricas, no geral expressas na tríade: realismo-liberalismo-estruturalismo. Os desenvolvimentos teóricos baseados nessas tradições geram uma gama de correntes, classificadas segundo seus conceitos-chaves e núcleos de interesse, prescrições e perspectivas.

Para que precisamos de teorias? “Para encontrar sentido na avalanche de informação que nos bombardeia diariamente”, responde Stephen M. Walt. E acrescenta: “Todos usamos teorias - mesmo sem querer- e as divergências sobre políticas geralmente baseiam-se em divergências nos fundamentos sobre as forças profundas que moldam a política internacional.” (WALT, 1998, p. 29-44).

Se sempre há uma “teoria” subjacente, como cumprir com a pretensão de contribuir com o repertório teórico da disciplina? Reconhece-se a insuficiência dos enfoques para atender uma realidade em constante mutação em especial a partir da década de noventa, quando se liberaram também os fluxos de comunicação acelerando o processo de mundialização ou globalização. Entre o “paradigma superador” e o “paradigma de ruptura”, com enfoques que perdem força explicativa perante uma realidade volátil, o importante é reconhecer o valor do que já foi feito no campo teórico, mas sem medo de mergulhar em novos temas e novas reflexões.

No processo de investigação estão implícitas visões analíticas e visões interpretativas - a pesquisa é uma forma de ação onde há elementos racionais e irracionais - e, nesse sentido, parece necessário resgatar as contribuições das ciências sociais e da ciência política, em particular, sem atrelar-se às “tradições de pesquisa em relações internacionais” como se não houvesse saída fora delas. A posição implícita na visão popperiana de “proibido transgredir”, é sustentada na convicção segundo a qual tudo é decidido racionalmente dentro das regras do jogo da “ciência”, devidamente explicitadas. No entanto, não há como fugir da “visão de mundo” do sujeito pesquisador, o que implica no reconhecimento dos princípios, valores e interesses como guias

do conhecimento.

No campo da disciplina das relações internacionais, quando se aprofundam as leituras dos autores vinculados aos enfoques clássicos -realismo e liberalismo- a pergunta que fica é: haverá alguma explicação que transcenda os dados da conjuntura? A dúvida se instala quando se ensaia uma história das teorias e se verifica que elas são rigorosamente "datadas". Isto é, elas aparecem vinculadas a projetos políticos, sejam eles hegemônicos ou contra-hegemônicos. Cabe, portanto, a indagação: fora da dicotomia conflito versus cooperação, núcleos explicativos do realismo e do liberalismo, haveria outras "causalidades" que permitam desvendar a complexidade do mundo de hoje?

2 O SURGIMENTO DO "NOVO REALISMO"

Sem cair no "relativismo radical" de Paul Feyerabend² que consagra o princípio da proliferação de teorias - quantas mais teorias melhor - é relevante a contribuição da linha de trabalho baseada no pluralismo teórico.

O realismo, considerado o marco teórico dominante na disciplina das relações internacionais, confirma sua pertinência dada a continuidade da presença do Estado-nação como ator central no cenário pós-guerra fria. Há, no entanto, um processo de transformações no plano das relações internacionais que o enfoque realista tem dificuldade em captar. O "neo-realismo" e as distintas linhas de trabalho geradas, em especial a contribuição sistêmica de Kenneth Waltz (1979) e Stephen Krasner (1985), abriram perspectivas centradas no abandono do ethos pessimista baseado na natureza humana que norteava o trabalho dos clássicos como Morgenthau. Mas a "estrutura" da anarquia continua a constituir o centro da explicação, mesmo quando muda a visão tradicional do enfoque centrada na "vocação de poder".

Esse *aggiornamento* ocorreu também no campo dos teóricos "liberais"³ que, nos anos setenta, tinham balançado o predomínio realista na academia norte-americana com o lançamento da teoria da interdependência.⁴ Na década seguinte, os "neoliberais institucionalistas" abandonaram seus postulados críticos do estado-centrismo e, no programa de pesquisa liderado

² Filósofo da ciência (1924-1994), desenvolveu seu ceticismo quanto à racionalidade da ciência nas obras *Against Method* (1987) e *Farewell to Reason* (1987).

³ É importante destacar que, no campo das relações internacionais, o liberalismo tem uma carga de significado diferente do liberalismo econômico. Joseph Nye prefere o termo "cosmopolitans" à "liberais".

⁴ Ver o clássico estudo, publicado em 1977 por Robert Keohane e Joseph Nye, Seria importante aprofundar a relação entre essa teoria com as diversas manifestações da teoria da dependência. Conceitos como interdependência complexa e interdependência assimétrica parecem repercutir alguns dos argumentos dos dependentistas.

pelo próprio Robert Keohane (1993), cederam posições à premissa da anarquia, reservando à cooperação a possibilidade de acontecer pela via institucional, somente quando demandada pelos Estados.

Muitos trabalhos foram tributários dessa convergência teórica acoplados a novas abordagens instrumentais como a teoria dos jogos e outros enfoques analíticos centrados na negociação dos atores, principalmente dos Estados.⁵ Em geral, essas teorias colocam as instituições no papel de facilitar a cooperação das partes, colocando as regras do jogo, supostamente “neutras”, que castigam ou beneficiam os Estados segundo a “adequação” dos mesmos ao sistema.⁶

Em resumo, segundo essas teorias o cenário internacional é sempre anárquico e a diferença entre os enfoques situa-se apenas no grau de confiança nas instituições. Há também uma distribuição de tarefas: neorealistas atendem as questões relativas à concentração do poder e da riqueza (hegemonias); neoliberais, no entanto, preferem os temas relacionados com a “distribuição” do poder e da riqueza (democracia e mercado). A lógica comum, porém, é a do “rational choice” com matizes na avaliação dos ganhos “absolutos” para os neoliberais e “relativos” para os neo-realistas. (BROWN, 1997, p. 40-63).

A resistência da Escola Inglesa ao predomínio da academia norte-americana fixou as bases para a busca de uma linha de trabalho alternativa e de avanço de uma perspectiva crítica. Além da repercussão da provocação de Wight,⁷ abriram-se novos horizontes para a disciplina. Surgiram debates no contexto das réplicas a esse enfoque da convergência dos “neos”, não obstante o reconhecimento à contribuição notável de numerosas pesquisas que frutificaram nas últimas décadas à luz dessa complementaridade.

Surgia um “novo realismo”⁸ como fruto dos debates travados especialmente em torno dos processos de formação de uma sociedade civil

⁵ Ver ampla abordagem desses enfoques na Tese de Doutorado de Alcides Costa Vaz “A construção do Mercosul: Brasil e Argentina nas negociações do período de transição”, USP, São Paulo, 2000.

⁶ No geral, as instituições internacionais tornam-se funcionais aos objetivos dos Estados mais poderosos mas há casos, em especial nas instituições das Nações Unidas, que demonstram a importância da ação internacional. No plano das instituições financeiras internacionais, criadas nos acordos de Bretton Woods, é onde se observa melhor a vinculação estreita de interesses entre essas instituições e os grandes Estados. A partir do cumprimento das expectativas desse sistema os países passam a receber os benefícios de “sócio”, deixando os transgressores na condição de “párias”.

⁷ Martin Wight (1966) escreveu o polêmico capítulo intitulado ‘Why is there no International Theory?’ onde apontava para “o vazio da teoria internacional”, vazio que contrastava muito fortemente com a riqueza da teoria política desenvolvida nos quatro séculos de existência do sistema de estados. Wight e Hedley Bull são os grandes expoentes da English School, responsáveis pela importante contribuição na análise do “system of states” e “society of states” ou “international society”.

⁸ Como explica Robert Cox (1997), “New in this context does not signify novel or recent. It is used to mean contrasting with conventional use”.

internacional. O reconhecimento da centralidade do Estado não significou mais a desconsideração do papel de novos atores no plano supra, sub e transnacional. No cenário internacional convivem, junto aos Estados que continuam com o papel principal, uma pluralidade de atores. Organizações de todo tipo - internacionais, inter-governamentais, supra/ sub-nacionais, não-governamentais, etc. - expressam valores e interesses surgidos nas sociedades e que os Estados não podem mais ignorar.

Essa abordagem, alternativa àquela que confere exclusividade ao Estado como ator no cenário internacional, tenta dar conta da explicação do processo de transformação das Relações Internacionais no pós Guerra Fria.

3. O CONSTRUTIVISMO NA TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

3.1 REFLEXÕES PRELIMINARES: ENTRE A MODERNIDADE E A PÓS-MODERNIDADE

A ampliação do horizonte de pesquisas e abrir novas perspectivas, livres do atrelamento ao pensamento lineal, foi sem dúvida a grande contribuição teórica dos pós-modernistas. Como decorrência do desenvolvimento das correntes pós-positivistas,⁹ trilhando o caminho da oposição ao projeto ilustrado da modernidade, cresceu o discurso anti-racionalista inspirado no pensamento de Jean-François Lyotard, Jacques Derrida e Jacques Lacan, entre outros. A crítica é de oposição à pretensão de universalismo das teorias e de desconfiança a todas as tentativas de classificação e de buscas de verdades universais. Os conceitos principais desses enfoques são os de alteridade, pluralidade, diversidade e diferença. O método é o de analisar textos ou narrativas, pela via da desconstrução e problematização dos significados, colocando a ênfase na singularidade dos acontecimentos. O objetivo é o questionamento dos limites e da ordem na busca de "liberdade".

Não há pretensão, no presente trabalho, de explorar essa produção mas apenas considerar aqueles aportes conceituais dessa linha de pensamento que tiveram o mérito de introduzir preocupações não consideradas pelos autores da modernidade clássica. Entre elas, destacam-se as que centraram a atenção na importância dos fatores ideativos e axiomáticos e que foram importantes influências na formação do pensamento construtivista. Descartam-se, portanto, as linhas de pensamento pós-moderno regressivo - isto é, pré-moderno- como as correntes chamadas de medievalistas.¹⁰

O pensamento pós-moderno não regressivo, porque "adota, desenvolve e aguça os princípios mais importantes da modernidade" (VON

⁹ Para uma apresentação do debate sobre pós-positivismo, ver Smith, Booth & Zalewski, eds. (1997).

¹⁰ Para um desenvolvimento completo do tema, ver Klaus von Beyme (1994).

BEYME, 1994, p. 36), retoma as idéias do liberalismo clássico e desenvolve a questão democrática sob uma ótica diferente. Tradicionalmente vinculado aos conceitos do direito, constitucionalismo e burocracia, próprios da modernidade, esse debate é qualificado e renovado, mesmo mantendo o traço inicial fundamentado na universalidade e na racionalidade. Essa contribuição da modernidade está presente nas análises normativas baseadas, ao mesmo tempo, em fundamentos de direito e moral, assim como em valores individualistas cruciais para a constituição dos direitos do homem. Revisitar esses temas à luz de novos olhares que permitam enxergar a diversidade política decorrente do processo histórico e das estruturas socio-econômicas, ampliará os horizontes da pesquisa incorporando as idéias e os valores como constituintes da realidade.

Nas relações internacionais, a tentativa de construir teorias centradas em conceitos coletivos fundadores de uma nova institucionalidade republicana e democrática (KANT, 1795, p. 33), implicou em uma tendência a "racionalizações" que chocavam com a realidade plena de contextos cuja complexidade não cabia nas fórmulas da modernidade clássica. À luz da história, as cristalizações "institucionais" sofreram graves abalos ao longo do século XX, permitindo o ressurgimento de correntes centradas em conceitos como poder e soberania, pilares do pensamento realista. Na história da teoria das relações internacionais, o fracasso da Sociedade das Nações, encarnação da posição defendida pelo Presidente Wilson durante as negociações de paz no pós- I Guerra Mundial, condenou as idéias liberais de matriz kantiana à esfera da utopia e do "idealismo".

3.2A CONTRIBUIÇÃO DAS TEORIAS DA AUTO-ORGANIZAÇÃO (AUTOPOIESIS)

A "autopoiesis" se caracteriza pela complementaridade da estrutura e função, da estabilidade e instabilidade. Os conceitos básicos são "comunicação", "simbioses" e "co-evolução". Assim como na antiga teoria da evolução se privilegiava o aspecto vertical e a coerência no tempo, nestas teorias privilegia-se a perspectiva horizontal e a coerência no espaço.

São transladáveis os conceitos autopoieticos ao sistema internacional?

O conceito de "*order by fluctuation*", se aplicado aos sistemas sociais, permite pensar os processos numa lógica diferente da lógica do poder que privilegia uma visão vertical e hierárquica do mundo. A lógica da auto-organização permite explicar a tendência à autonomia crescente da sociedade

civil internacional. A partir da compreensão dessa lógica é possível desenhar políticas respeitadas dos valores e interesses gerados na sociedade de Estados.

Atualmente, os Estados tendem a ficar sujeitos à necessidade de consenso entre vários âmbitos ou níveis (nacional, sub-nacional e supranacional) e aumentam as pressões normativas da sociedade civil. Por um lado, considera-se que os novos âmbitos públicos autônomos só podem extrair sua força do “mundo da vida”, mesmo quando este se encontra mais racionalizado do que mostram as análises de Habermas (1989) que, junto às teorias da justiça de Rawls (1971), reanimaram uma concepção normativa. Por outro, a revalorização do particular perante o universal permitiu o surgimento de novos direitos como o direito à diferença. O perigo, no entanto, radica-se no surgimento de certos movimentos organizados nacional e internacionalmente em torno de identidades fortes (religiosas, étnicas, nacionalistas, etc.) de natureza testemunhal e afastados dos valores humanistas universais.

As teorias da auto-organização cultivam conceitos como o de diversidade e complexidade por considerar que um marco de referência unitário não é mais adequado a um mundo pluralista. Também consideram que a natureza, animada e inanimada, já não é organizada segundo princípios radicalmente diversos (a tradicional divisão entre ciências da natureza e ciências do espírito):

O crescimento dessa nova natureza, povoada de máquinas e técnicas, o desenvolvimento de práticas sociais e culturais e o crescimento das cidades são, como o crescimento das plantas, processos continuados, autônomos, nos que sem dúvida podemos intervir modificando e organizando, mas cujo próprio ritmo de desenvolvimento deveríamos, sem embargo, respeitar. (PRIGOGINE, 1976, p 93-128).

O “respeito à natureza” substituiu uma relação com a natureza puramente manipuladora e favoreceu uma visão ecológica do mundo.

Por um lado, um novo “holismo” distanciava-se da tradição do pensamento racionalista da modernidade. Por outro, negava-se a “totalidade”, proclamando a existência de sistemas em interação. A *autopoiese* explica a organização dos sistemas mediante as relações e não mediante as propriedades dos componentes do sistema. A rigidez dos componentes é compensada pelo conceito dinâmico de sistema. Prigogine fixou as bases para um novo programa de estudos em várias áreas do conhecimento. As teorias da auto-organização caracterizam-se pela observação da complementaridade estrutura/função e agente/estrutura para observar a relação entre estabilidade e instabilidade dos sistemas. A teoria da evolução darwinista, que explicava as

mudanças pela seleção através dos fatores ambientais, foi substituída pela idéia de que os princípios ordenadores internos desempenham um papel principal e os fatores externos unicamente estabelecem os limites.

Paralelamente, as teorias de poder pós-estruturalistas declararam a caducidade das teorias em torno dos grandes relatos e dos grandes programas para o "grande momento". Com isto, a teoria política passou a ser a teoria da praxis política. O objetivo não consistia mais na tomada do poder nem na participação do poder pela via das instituições da modernidade clássica mas na defesa da autonomia da sociedade civil. Nesse sentido reforça-se a tendência a valorizar a identidade cultural, passível de ser entendida em relação à experiência dos outros (alteridade). Ressurge a sociologia da cultura, impulsionada pelo pensamento pós-moderno: "mundo da vida" versus "sistemas". O conceito de "comunidade" mobiliza maior número de valores afetivos que o de "sociedade". Nesta visão, coexistem uma pluralidade de sistemas que se desenvolvem ao mesmo tempo. Os limites dos sistemas e a possibilidade de cooperação entre eles podem traçar-se a partir de princípios construídos no desenvolvimento das suas relações. O novo núcleo conceitual coloca-se na pluralidade de valores.

No plano internacional, há que contar com as diferenças entre os sub-âmbitos das sociedades (político, econômico e social) e dos Estados (nacional, subnacional e supranacional) que não devem interpretar-se exclusivamente numa relação de conflito e competição permanente, admitindo relações horizontais de cooperação baseadas em valores de solidariedade.

Essas idéias, no entanto, podem conduzir a areias movediças. Para colocar um eixo referencial que impeça a queda no "relativismo" é importante partir da afirmação de que subjetividade e identidade não constituem algo dado ou inato, mas historicamente prefigurado e determinado através de discursos sociais ou políticos. Nesse sentido, é possível resgatar uma relação de continuidade conseqüente com o humanismo da modernidade clássica, afastando o perigo de recaída numa ontologia pré-moderna. Essa relação de continuidade estaria dada pelos discursos que, além de ter significado, passam a constituí-los.

Se o que se busca é a radicalização da modernidade, atendendo os problemas que ficaram pendentes de resolução ou que simplesmente foram ignorados por ela, não é possível defender a idéia de que as diferenças respondem a constantes biológicas (como o fazem algumas teorias feministas) ou outras constantes causais mas há que considerar essas diferenças como resultantes de relações de poder, o que significa a importância de considerar sempre a questão hegemônica. A observação dessas relações permite aferir

desenvolvimentos desiguais para dominantes e dominados. Isso vale também nas relações entre os homens e mulheres, grupos sociais e nações.

Nessa linha de pensamento, o reconhecimento de que *todo é política* deve complementar-se com a percepção de que *todo é também economia e cultura*. A interpenetração dos sub-âmbitos parece ser a saída para a compreensão dos processos. Há que investigar “corredores de ação” e “nichos de autonomia” frente aos enfoques restritivos e reducionistas. As teorias “ingênuas” do ator, como as predominantes no enfoque realista das relações internacionais, não levam em conta os limites da ação política. Assim, é importante conjugar as teorias centradas no papel dos atores ou agentes com as centradas nas análises dos sistemas. Nas teorias de relações internacionais essas relações são exploradas principalmente pelos construtivistas.

3.3 PRINCIPAIS CONCEITOS DO ENFOQUE CONSTRUTIVISTA

Há um entendimento de que enfoques teórico-metodológicos permitem delimitar o objeto de estudo e o campo de trabalho, abrindo pistas para a pesquisa. Discutir a metodologia ajuda a firmar a disciplina, a reorientar os trabalhos. Mas é importante ressaltar que essas escolhas, nas ciências sociais, não devem ser excludentes de outros enfoques; antes, é importante combinar e, a partir de um enfoque principal, incorporar os demais. Aproveitar, selecionar e re-elaborar, incorporando criticamente os debates anteriores da disciplina, é o exercício necessário para reconstruir e contribuir ao avanço das teorias de Relações Internacionais. No marco da grande polêmica das ciências sociais hoje, a disciplina das relações internacionais tenta seus caminhos. Essa atitude permite “incorporar” conceitos e regras baseados em discursos metodológicos de diferentes filiações, sem a pretensão de “superar” teorias anteriores.

Dito isto, a apresentação dos conceitos que norteiam o pensamento construtivista tem como objetivo ampliar o debate teórico. Essa perspectiva, desenvolvida nos anos noventa a partir das premissas presentes em numerosas obras de sociologia das relações internacionais dos anos cinqüenta e sessenta, tem como meta buscar respostas aos problemas que não encontram explicação no marco teórico tradicional das relações internacionais -realismo e liberalismo- nem nas versões “neos” que surgiram na década de oitenta.

As linhas de investigação abordam, principalmente, questões relacionadas a processos de formação de interesses, valores e padrões de identidade. Brindam muita atenção às transformações do estado-nação e, por

conseqüência, ao surgimento de novos “nacionalismos” despegados da visão clássica “westfaliana”, assim como aos assuntos derivados dos múltiplos efeitos dos processos de globalização e regionalização.

É importante esclarecer que este enfoque não ignora a centralidade do Estado nacional como ator das relações internacionais, sem que esse reconhecimento signifique deixar de questionar a qualidade dessa participação, constrangida pelo surgimento de novos agentes na arena internacional. Para essa linha de análise, a natureza do Estado está intimamente vinculada à natureza da sociedade e essa relação determina a impossibilidade de considerar o Estado como ator único com um interesse único, mas como agente representante de uma pluralidade de interesses.

Segundo o enfoque clássico realista, a natureza da luta pelo poder não permite uma cooperação substantiva entre os Estados. A resposta dos liberais é que as instituições multilaterais fornecem mecanismos para facilitar a cooperação e a negociação de interesses. Para os construtivistas, a hipótese implícita nestas visões é que a interação não modifica a natureza egoísta dos interesses dos Estados nacionais e que as instituições são meros instrumentos dos Estados para viabilizar a cooperação. Os construtivistas sustentam que a ação coletiva gera interesses próprios e, como resultado dessa interação, o sistema se transforma, assim como a identidade dos atores, que passam a partilhar valores comuns.

A instrumentalização do conceito de democracia como princípio abstrato, vazio de conteúdo econômico-social, está presente na literatura neoliberal sobre globalização e regionalização. De modo geral, sustenta-se como fundamento a teoria econômica centrada no livre comércio e na expansão do capital financeiro que, segundo essa visão, provoca uma homogeneização com conseqüências benéficas no plano da política mundial, promovendo a democracia como valor universal. A realidade, não obstante, não confirma essa hipótese. No caso de países como os de América Latina, que entraram no processo de globalização com grandes desigualdades estruturais, os processos de abertura comercial indiscriminada acentuaram essas diferenças impedindo, de fato, a consolidação de conquistas democráticas no plano econômico-social.

Perante essa visão neoliberal, os construtivistas evocam a “sociologia da comunidade internacional” e buscam transcender a interpretação dos processos vistos quase exclusivamente de uma ótica economicista. O construtivismo sustenta, como uma de suas premissas mais importantes, que as estruturas profundas no sistema de Estados são de natureza intersubjetiva e não somente material e que os interesses e identidades são sempre

socialmente construídos, em processos históricos determinados e não estão objetivamente dados ou exogenamente determinados.

Segundo esta visão, um “sistema de Estados” está composto também por uma “sociedade de Estados” que compartilham um repertório de interesses, valores e normas constituindo, em definitiva, a garantia do funcionamento do sistema.¹¹

A ênfase dada pelos construtivistas ao processo de interação entre agentes e estruturas tem como base o universo normativo. As normas, nesta visão, constituem os estados/agentes, que em interação uns com os outros, geram novos interesses de natureza internacional. Nos enfoques tradicionais, pelo contrário, as normas e as estruturas sociais são vistas como condicionantes das opções e ações dos estados que, como entidades corporativas, têm interesses

auto-centrados e operam segundo a lógica da “opção racional”. Para os construtivistas, no entanto, os condicionantes externos não constituem o núcleo da explicação da conduta dos Estados. As normas e instituições, de natureza endógena, contribuem para constituir a identidade e os interesses comuns do sistema de Estados. (CHECKEL, 1998, p. 324-48).

Na década de 80, como já foi visto, as correntes do realismo e liberalismo haviam produzido as suas versões “neos”. Nessas vertentes, a aproximação dos enfoques chega a ser expressiva. Essa similaridade, sustentam alguns autores, deve-se ao fato de compartilhar uma mesma visão “utilitária” das relações internacionais: universo de unidades (Estados) cuja identidade é fixa (já está dada e não muda) e que perseguem somente interesses materiais. Assim, neo-realistas e neoliberais (mesmo os institucionalistas) enfocam diferentes aspectos de uma mesma realidade, entendida com “anárquica”.

A abordagem construtivista, com forte conteúdo sociológico, sustenta que os Estados estão imbricados numa sociedade de estados, o que significa compartilhar valores, regras e instituições aceitas por todos e que fazem possível o funcionamento do sistema. Observa as relações internacionais colocando a ênfase no fator relacional. Atribui importância central aos fatores “ideativos”, cultura, normas, idéias, observando que em torno desses fatores se mobilizam atores de maneira mais eficaz que aqueles que procuram interesses materiais. John Ruggie, um dos mais relevantes expoentes do construtivismo, discute os limites do positivismo, critica o institucionalismo liberal

¹¹ Como explica John Ruggie (1998, p. 21): “In addition to this constitutive role, collective intentionality also has a deontic function within the system of states- that is, it creates new rights and responsibilities”.

como meramente instrumental¹² e o neorealismo porque a sua formulação de estrutura segue uma lógica reprodutiva e não explica as transformações do sistema.¹³

4 ALGUMAS CONCLUSÕES

No movimento chamado de “reestruturação” da disciplina das Relações Internacionais, a crítica principal às premissas positivistas concentra-se em dois pontos: por um lado, a separação radical entre sujeito e objeto e, por outro, a consideração de que fatos e ações são imutáveis. A proposta é de reconhecimento da imbricação entre conhecimento e interesse, traduzidos em valores, idéias e princípios. Os construtivistas inserem seus trabalhos nessa perspectiva. Diferenciam-se dos enfoques pós-modernos rupturistas e anti-racionalistas que se manifestam em oposição aos valores universais da modernidade, base das conquistas dos direitos republicanos.

Se existe essa resistência a “racionalizações universais” ela se explica nos grandes abalos que essa postura intelectual sofreu no século XX à luz das guerras e das violações sistemáticas dos direitos humanos. Não obstante, o anterior não invalida a necessidade de retomar o debate das idéias e princípios da modernidade sob uma ótica diferente. Nesse sentido, é importante ressaltar, por um lado, os esforços para qualificar e renovar o direito internacional, retomando os fundamentos da ética e contribuindo para uma nova teoria democrática e de respeito aos direitos humanos. E, por outro, um novo desenvolvimento da teoria dos regimes, complementando a definição de Krasner (princípios, regras e instituições em torno das quais geram-se consensos) com a visão de Ruggie que os considera como práticas carregadas de significados e valores.

Por último, ficam as principais proposições deste trabalho:

- a) Considerar o surgimento de uma nova concepção da natureza que não tem como base a unidade mas a diversidade e a complexidade, o que exige o reconhecimento de processos autônomos;

¹² “In contrast to the epistemological ideal of positivism, which insists on a separation of “object” and “subject”, we proposed a more interpretive approach that would open up regime analysis to the communicative rather than merely the referential functions of norms in social interactions”, explica Ruggie (1998, p. 100).

¹³ Na Segunda parte do livro, denominada “The system of states. Problematizing Westphalia”, Ruggie (1998, p. 133) desenvolve a crítica a Waltz, em especial, “the tendency to treat structure as sedimentation, the residue left behind by long-ceased historical processes, which leads ultimately to the complete reification of structure”.

- b) Resgatar a idéia de que os princípios ordenadores internos desempenham um papel principal e que os fatores exógenos unicamente estabelecem os limites da ação;
- c) Reconhecer a força das autonomias que geram novos princípios organizacionais como os princípios de subsidiariedade e proximidade;
- d) Abandonar a certeza sistêmica de que o todo tem primazia sobre as partes, própria da racionalidade organicista ou funcionalista e adotar as idéias de "comunicação", "simbiose" e "co-evolução" dos sistemas;
- e) Assimilar os interesses aos valores como dimensões inseparáveis;
- f) Entender os princípios, valores e normas como produtos históricos e como construções sociais;
- g) Considerar que as diferenças não são essenciais ou biológicas; são resultantes das relações de poder;
- h) Definir a identidade como construção histórica e social e não como algo dado ou inato, referenciada exclusivamente em ações passadas;
- i) Compreender o sistema internacional como sociedade de Estados que compartilham um repertório de valores, destacando-se o respeito a soberania.

Sem a pretensão de abranger toda a riqueza da contribuição do enfoque construtivista, fica a esperança de que essas proposições inspirem novas hipóteses de trabalho que ampliem os horizontes da disciplina das Relações Internacionais.

Idéias e cultura nas relações internacionais

Parte II

QUESTÕES DE GÊNERO

Idéias e cultura nas relações internacionais

Diplomacia e gênero

Lídia M. Vianna Possas¹

Procurando reforçar e ampliar as questões propostas para a III Semana sobre o papel das “idéias e cultura nas relações internacionais”, investimos na inserção de uma temática ainda em franco debate e contestável para alguns, como “Diplomacia e Gênero”, visando pensar a atuação feminina no campo da política e das práticas políticas a partir das teorias feministas em Relações Internacionais.

Essa perspectiva teve seu momento inaugurador na década de 1980, no bojo das discussões de um “terceiro debate”² que se beneficiou pelas contribuições da teoria política feminista³. É o marco fundador do feminismo

¹ Coordenadora do Curso de Relações Internacionais e docente do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas e membro da Comissão Organizadora da III Semana da Relações Internacionais.

² A constatação da existência de uma “realidade internacional” separada da “esfera nacional”, por volta de 1919, instituiu um amplo debate que se ainda se situa nos dias atuais, sobre a natureza e a metodologia para o estudo de uma teoria das relações internacionais. Historicamente podemos assinalar o 1º “grande debate” entre as perspectivas do “realismo político” e o idealismo, inaugurando, segundo YOUNGS, Gillian. *International Relations in a Global Age: a conceptual challenge*. Cambridge: Polity Press, 1999- o “mito fundacional da disciplina. O 2º debate veio criticar o cientificismo do realismo, por volta dos anos 60/70 através das teorias estruturalistas. No entanto apesar de provocar uma “revolta científica” não checou a deslocar o *status* de verdade do paradigma estatocêntrico, embora tenha contribuído para inserir as vertentes econômicas no debate. Ver TICKNER, J. Ann. *Gendering World Politics: issues and approaches in the post-cold war era*. New York: Columbia University Press, 2001; SYLVESTER, Christine. *Feminist Theory and International Relations in a Postmodern Era*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

³ Dentre as teóricas feministas das RI ressalta-se os estudos e pesquisas que vieram do campo da ciência política, como ELSHTAIN, Jean Bethke. *Public Man, Private Woman*. Princeton: Princeton University Press, 1993; Feminist Inquiry and International Relations. In: DOYLE, Michael W.; IKENBERRY, G. John. *New Thinking in International Relations Theory*. Boulder, Colorado: Westview Press, 1997; PITKIN, Hannah F. *Fortune is a Woman: Gender and Politics in the Thought of Niccolò Machiavelli*. Chicago: The University of Chicago Press, 1999.

nas RI pode ser instalado no ano de 1988, quando da publicação de um número da revista *Millennium* (2005)⁴ dedicou-se a discutir o tema.

As autoras como Tickner (2001), Elshtain (1997), Youngs (1999), Sylvester (2000), dentre outras passaram a ser conhecidas como defensoras das teorias feministas de RI enfatizando, cada uma delas, distintas formas de crítica que tem em seu bojo a categoria de “gênero”⁵ como base de análise. Demonstraram que a aparente “neutralidade de gênero”, oculta o princípio de que a política, no caso a política internacional, é o local “apropriado” para os homens (SYLVESTER, 2000) e defenderam o uso da categoria evidenciando nas Relações Internacionais a presença de discursos que eram resultado de condicionamentos misóginos e transformados em barreiras à atuação feminina tanto na elaboração teórica quanto na prática política⁶.

Essas críticas vieram consubstanciar as teorias feministas que passaram a revelar a existência de discursos “generificados” que têm marginalizado ou mesmo ignorado as mulheres no conjunto das Relações Internacionais.

Desta maneira procuramos (re)colocar a questão na III Semana visando introduzir esse debate nos Curso de Relações Internacionais, que no Brasil é ainda incipiente, e ampliar a reconceitualização do campo para proporcionar condições de visibilidade e de acesso as mulheres que ainda estão praticamente invisíveis.

Essa projeção teórica se situa em uma conjuntura de inflexão nos modelos interpretativos que vieram reforçar a necessidade de se rever a matriz de pensar as relações de poder. Nesse sentido, vivenciamos o impacto de uma revisão historiográfica calcada na introdução de novas categorias de

⁴ Publicada desde 1971 pela Escola de Economia e Ciência Política de Londres (London School of Economics and Political Science), *Millennium* (2005) é uma das poucas revistas acadêmicas editada e publicada completamente por estudantes de pós-graduação, e que mantém um alto padrão e reputação por trazer à tona temas novos e perspectivas inovadoras na área.

⁵ A constituição teórica de gênero como uma categoria de análise deve-se a socióloga Ann Oakley em trabalhos que remontam a década de 70, “Sex Gender and society”, 1972; “The sociology of housework,” 1974 ; posteriormente a historiadora Joan Scott publicou “ Gender: A Useful Category of Historical Analyses. IN: Gender and the politics of History. New York: Columbia University Press, 1989. As teóricas feministas ganharam projeção, na década de 80, devido ao impacto dos movimentos feministas e de mulheres ao defenderem que o uso do termo “gênero” buscando reforçar a idéia de que as diferenças dos papéis sociais entre homens e mulheres não eram dependentes do “sexo” como questão biológica, mas construções culturais mantidas como relações de poder.

⁶ Trata-se de explicar a presença da diminuta ou quase imperceptível representação feminina no campo da prática política : 16% em todo mundo . Em 2005, por exemplo, a representação feminina em todas as instâncias de atuação política estava perto de 16% em todo o mundo (WOMEN in Politics. International Institute for Democracy and Electoral Assistance – IDEA. Stocolmo, Suécia, 07 fev. 2006. Disponível em: <http://www.idea.int/gender/index.cfm>>. Acesso em: 15 fev. 2006.

análise que vieram repensar as ciências das humanidades e conseqüentemente os pressupostos da área das Relações Internacionais. Ao lado das categorias já empregadas e que não são abandonadas outras são introduzidas com um eficaz valor explicativo, como: gênero, etnia, identidade e cultura.

É vitalizando o debate que o tema foi incorporado na programação do evento e contou com a presença de dois trabalhos importantes, que decisivamente vieram contribuir para elucidar uma série de outras questões.

O primeiro deles de autoria da diplomata Viviane R. Balbino⁷ que nos contempla com o trabalho inédito sobre "A mulher na carreira diplomática brasileira". A autora evidencia a permanência de estereótipos ligados a gênero, enquanto definições de papéis tradicionalmente relacionados à distinção entre os sexos e que são ainda difundidos socialmente, por meio de agentes como família e escola e que a despeito das transformações sociais processadas mantêm a criação das carreiras diplomáticas nos dias atuais.

Em sua pesquisa destaca a avaliação de desempenho realizada por MORIN (1995) sobre a trajetória de 15 mulheres que serviram como embaixadoras dos Estados Unidos da América, destacando dentro do Foreign Service daquele país que as apreciações e os critérios apresentam-se diferenciados dependendo do sexo avaliado. "Para as mulheres diplomatas geralmente aponta-se traços de personalidade, ao passo que as avaliações dos diplomatas homens versam sobre os resultados atingidos".

Tratando de outras realidades da América latina, demonstrou que até agosto de 2005, no Brasil as mulheres somavam 221 (ou 20%) dos diplomatas brasileiros e em se tratando "da presença de mulheres na classe funcional mais alta da carreira diplomática brasileira – a de Ministro de Primeira Classe (comumente chamados de "Embaixadores"), o quadro é ainda menos positivo: são apenas dez as mulheres entre cento e quarenta e sete Embaixadores atualmente, o que significa 6,8% do total."

Sua análise atinge as esferas do público/privado ao evidenciar as dificuldades e os impedimentos que as mulheres encontram ao tentar conciliar a vida pessoal, afetiva, bem com as tarefas domésticas e, principalmente da maternidade com a carreira diplomática.

Seu trabalho nos instiga a repensar as *políticas afirmativas* mesmo o uso de cotas que vem sendo pleiteada nos planos institucionais do Ministério das Relações Exteriores para atrair ao quadro de funcionários diplomáticos,

⁷ Funcionária de carreira defendeu sua Dissertação de Mestrado junto ao Instituto Rio Branco, em 2005 com o título " *Diplomata. Substantivo comum de dois gêneros – Um retrato da presença feminina no Itamaraty no início do século XXI*".

um percentual feminino de nível universitário e de boa formação acadêmica. No entanto essa política não tenderia gerar outros desconfortos e formas de discriminação?

O artigo de Lená Medeiros de Menezes nos força a olhar para um “outro lado da diplomacia”: no caso a presença do tráfico de mulheres frente às relações internacionais no mundo contemporâneo.

O tráfico de mulheres, como de drogas ou de armas situa-se como elemento constitutivo da lógica de uma economia internacionalizada, conforme hipótese defendida pela autora que questiona as razões da mundialização, das guerras e dos processos migratórios que tecem redes complexas e diversificadas, obrigando os Estados nacionais a adotarem medidas que ultrapassam a legalidade e que estão situadas, muitas vezes em “bastidores marcados pela violência”. Como atuar? Como defender princípios internacionais que enfrentam atualmente a constituição de uma ordem transnacional? E como enfrentar, principalmente a questão do tráfico de mulheres se esse problema ainda não ocupa, de maneira correta, a agenda política?

Esses dois trabalhos mesmo com perspectivas de análise e de enfoque diferenciados recolocam no centro do debate a necessidade de ampliar, de rever os conceitos que fizeram e ainda fazem calcar as teorias das relações internacionais.

CAPÍTULO 4

A mulher na carreira diplomática brasileira

Viviane Rios Balbino¹

A mulher brasileira vem galgando posições de destaque em diversos cenários da vida pública. Entretanto, na alta administração federal, especialmente na carreira diplomática, a situação tradicional de presença inferior de mulheres em relação à de homens mantém-se, a despeito das transformações sociais processadas entre a criação dessas carreiras e os dias atuais.

Esta apresentação baseia-se no trabalho de pesquisa que originou a dissertação "Diplomata. *Substantivo comum de dois gêneros* – Um retrato da presença feminina no Itamaraty no início do século XXI". Apresentar-se-ão aqui os fundamentos teóricos e algumas conclusões a que se chegou com a pesquisa empírica realizada, que incluiu uma análise numérica da presença de mulheres na carreira diplomática, além de entrevistas com vinte mulheres, entre diplomatas e oficiais de chancelaria.²

GÊNERO E PAPÉIS SOCIAIS

Os estereótipos ligados a gênero são difundidos socialmente, por meio de agentes como família e escola. Analisando esse papel, Franco (2002) diz que os pais são os primeiros que se põem a serviço da diferenciação social entre os sexos. E o fazem por meio de expectativas diferenciadas para os filhos e as filhas, muitas vezes naturalizando os papéis que cabem a uns e a outros.

¹ Diplomata, Mestre em Diplomacia pelo Instituto Rio Branco

² Como detalhado mais adiante, a carreira de oficial de chancelaria também pertence ao Serviço Exterior Brasileiro e é também uma carreira de nível superior, a exemplo da diplomática. A presença de mulheres entre os oficiais de chancelaria, entretanto, é majoritária, ao contrário do que se observa entre os diplomatas.

O grupo familiar [...] espera que as meninas sejam mais afetuosas, sintam mais gratidão, façam companhia em casa e ajudem no trabalho doméstico e aceitem o fato, errôneo, de que são dotadas de uma 'natureza' mansa, dócil, meiga, frágil e dependente. (FRANCO, 2002, p.99).

A socialização vinculada ao gênero faz com que meninos aprendam que devem aperfeiçoar-se intelectualmente para satisfazer à expectativa de que sejam provedores e que as meninas devem cultivar sua atratividade física, sua amabilidade e seus dotes como donas-de-casa para garantir um bom casamento, finalidade última de sua existência. Uma boa ilustração desse paradigma e de seu vigor até meados do século XX é a reação que as campanhas feministas dos anos 30 a 50 causavam na imprensa brasileira: desde caricaturas de maridos desajeitados dando mamadeiras a bebês até editoriais de prestigiosas revistas que condenavam as pretensões de igualdade femininas como uma ameaça à manutenção dos valores e até mesmo da espécie (SCHOEIT, 2003).

Os estereótipos ligados ao gênero constituíram-se ao longo de séculos, sustentados e justificados por filósofos, políticos e religiosos. Não se pode esperar que se transformem radicalmente no decurso de 50, 60 anos. O mundo contemporâneo encerra a contradição em seu ápice, pois os estereótipos não mais se adequam à realidade social, apesar de se manterem incutidos. A mulher torna-se, progressivamente, tão atuante profissionalmente quanto o homem e convive com eles em um ambiente que tradicionalmente vai de encontro à subserviência esperada do gênero feminino.

O lapso temporal entre a constatação da mudança de realidade social e a revisão da socialização tradicional, entretanto, acarreta uma série de conflitos de ordem psicológica aos dois gêneros. No caso masculino, o homem perde a exclusividade sobre um de seus papéis definidores – o de provedor – e sente-se ameaçado frente ao avanço quantitativo e qualitativo das mulheres na competição por postos de trabalho, cargos políticos, posições de formadores de opinião, de chefe de família, etc. Sua subjetividade tampouco está suficientemente preparada para aceitar a mudança na sua posição relativa frente à mulher. O foco está sendo dado nos problemas e soluções dadas pelas mulheres porque esse é o objeto deste trabalho, mas não se desconsidera o fato de que o processo de transformação dos papéis masculinos ocorre paralelamente.

Retornado ao exame da situação da mulher, tem-se que ela se encontra perdida em meio às escolhas que pode fazer e que, quando ela finalmente faz suas opções, sente-se, no mais das vezes, frustrada. Se as mulheres assumem sua inserção no mundo da produção, sentem-se

fracassadas como esposas e mães. Se, ao contrário, optam por se dedicar exclusivamente à vida doméstica, sentem-se fracassadas como indivíduos (FRANCO, 2002, p.101).

A discriminação com base no gênero se faz sentir claramente no mercado de trabalho. Há diferença entre a distribuição de homens e mulheres de acordo com o tipo de ocupação, remuneração, natureza decisória do cargo, etc. Sobre essa desigual distribuição de homens e mulheres do mercado de trabalho, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), em documento de junho de 2004 atesta que as mulheres estão concentradas em atividades econômicas menos organizadas, com contratos informais: 40% da ocupação feminina encontram-se nesse segmento do mercado de trabalho. (SPM, 2004, p.9).

As mulheres são maioria na categoria "vendedores do comércio", além das tradicionais "serviços domésticos" (92,5% de mulheres), "educação" (77,9%) e "saúde e serviços sociais" (72,2%). Já na categoria "membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, e gerentes", o percentual masculino é maior. Essa predominância da presença feminina em atividades profissionais que reafirmam o cuidar, a maternagem e a subordinação é, ao mesmo tempo, evidência de que os estereótipos tradicionais de gênero encontram-se em funcionamento e, também, um resultado da permanência desses estereótipos.

pode chegar a apenas 60% do salário dos homens – na categoria "vendedores do comércio", justamente uma das ocupações que mais concentram mulheres. Há um dado a mais a se considerar. É o de que, dentre as mulheres, as negras recebem ainda menos que o salário daquelas de cor branca.

Os dados citados acima indicam que as mulheres precisam, para competir no mercado de trabalho, além de passar a cultivar valores tradicionalmente masculinos de individualismo e ambição, superar os preconceitos e estereótipos de gênero que levam a essa situação de desvantagem em relação aos homens, seja em remuneração, seja em avaliação de desempenho (FISKE; GLICK, 1995; DEAUX, 1995). Sobre a avaliação de desempenho, Morin (1995), em seu livro sobre a trajetória de 15 mulheres que serviram como embaixadoras dos Estados Unidos da América, nota que esse procedimento, dentro do Foreign Service daquele país, tende a gerar apreciações com base em critérios diferentes dependendo do sexo do avaliado. A avaliação de mulheres diplomatas geralmente aponta para traços de personalidade, ao passo que as avaliações dos diplomatas homens versam sobre os resultados atingidos. (MORIN, 1995, p.276).

A pesquisa empírica em ambiente de trabalho comprova a dificuldade de conciliação entre os papéis de mulher e de profissional aos olhos de chefes e colegas. Fiske e Glick (1995), por exemplo, descrevem um “círculo vicioso” que ocorre com mulheres que abraçam carreiras estereotipadas como masculinas: se elas se apresentam como tendo traços tradicionalmente masculinos (como ambição, independência), seus pares tendem a classificá-las como mulheres “não-tradicionais”, o que pode ser ameaçador para alguns. Se, por outro lado, elas tentam se mostrar menos ameaçadoras e enfatizam valores tradicionais (mencionando seu amor pelo marido e filhos, por exemplo), seus pares passam a questionar sua dedicação ao trabalho.

Morin (1995) considera que a carreira diplomática faz parte desse tipo e que, por isso, as mulheres que chegam a cargos de peso, como as embaixadoras que entrevistou, são constantemente questionadas, ora sobre sua feminilidade, ora sobre sua competência, dando a entender que essas duas características permanecem no imaginário coletivo como mutuamente excludentes. As tentativas de homens (colegas, chefes ou cidadãos dos países em que serviam) de relacionar características físicas (especialmente em julgamentos subjetivos de “beleza” ou “charme”) ou orientação sexual das embaixadoras americanas com sua competência ou incompetência foram citadas pelas entrevistadas de Morin como episódios em que se sentiram desqualificadas profissionalmente.

AS MULHERES NO ESTADO BRASILEIRO

A despeito dos óbices, as mulheres inserem-se de modo inegável na esfera pública. O panorama dessa inserção pode ser apreciado em termos de números sobre matrículas nas instituições de ensino. Na educação superior no Brasil, já se tem número maior de mulheres: 56,5% das matrículas em estabelecimentos de ensino superior brasileiras em 2002 foram de mulheres.

No Brasil, iniciativas como o estabelecimento de cotas de candidaturas políticas de mulheres por partido – 20% em 1996 para vereadores, 25% em 1998 para candidaturas de deputados estaduais e federais, e 30% a partir de 2000 para todos os cargos proporcionais – têm gerado efeitos positivos. Apesar de numericamente os impactos estarem aquém do esperado, ao menos se incluiu o tema da sub-representação política feminina na agenda de partidos e instituições.

No Poder Judiciário, o número total de mulheres nos quadros da Justiça Federal ainda é reduzido se comparado ao de homens. De acordo com dados de fevereiro de 2005, elas são 31,7% dos juízes federais de primeiro

grau (titulares e substitutos) 23,5% dos desembargadores espalhados pelas cinco regiões da Justiça Federal brasileira. (CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, 2005).

No Poder Executivo, a presença de mulheres nas carreiras típicas de Estado (como é a carreira diplomática) também é reduzida. Cabe aqui uma definição desse termo. De acordo com o Fórum Permanente de das Carreiras e Categorias Típicas de Estado, (2005), as funções típicas do Estado moderno decorrem dos objetivos fundamentais e das opções sociais formuladas por cada Estado, que se inserirem na sua estrutura administrativa.

De acordo com o Fórum, a Constituição Federal brasileira prevê um "rol de funções típicas de Estado, identificadas, em certos casos, com órgãos e carreiras definidos, no âmbito do Poder Executivo da União". Entre essas carreiras estão: Banco Central – mulheres representam 32,5% dos procuradores e 26,2% dos analistas; Advocacia Geral da União – 45,5% dos advogados da União são mulheres; Defensoria Pública da União – onde a representação feminina é de 41,1%; Receita Federal – mulheres somam 24,6% dos auditores fiscais.³ Além dessas, o Ministério das Relações Exteriores conta com duas carreiras de Estado: a carreira diplomática, onde a representação feminina é de 20%, e a carreira de oficial de chancelaria, onde as mulheres são 57,46% do total.

AS MULHERES NO ITAMARATY

Em agosto de 2005, as mulheres somavam 221 (ou 20%) dos diplomatas brasileiros, distribuídas da seguinte maneira:

Classe da carreira diplomática	Número e percentual de mulheres
Ministro(a) de Primeira Classe	10 (de 147) = 6,8%
Ministro(a) de Segunda Classe	29 (de 172) = 16,86%
Conselheiro(a)	60 (de 237) = 25,31%
Primeiro(a) Secretário(a)	36 (de 176) = 20,45%
Segundo(a) Secretário(a)	44 (de 194) = 22,68%
Terceiro(a) Secretário(a)	42 (de 206) = 20,38%

Fonte: Divisão do Pessoal, MRE, agosto de 2005.

³ Todos os números são referentes a agosto de 2005.

O número de diplomatas do sexo feminino aumentou desde a década de 70, quando as mulheres representavam apenas 10% do total de diplomatas. Não se delinea, contudo, um movimento claro de aumento do número de mulheres aprovadas no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática (CACD). Entre 1993 e 2003, a proporção de mulheres aprovadas variou enormemente de ano a ano (desvio padrão=6,6), ficando a média em 19,8%.

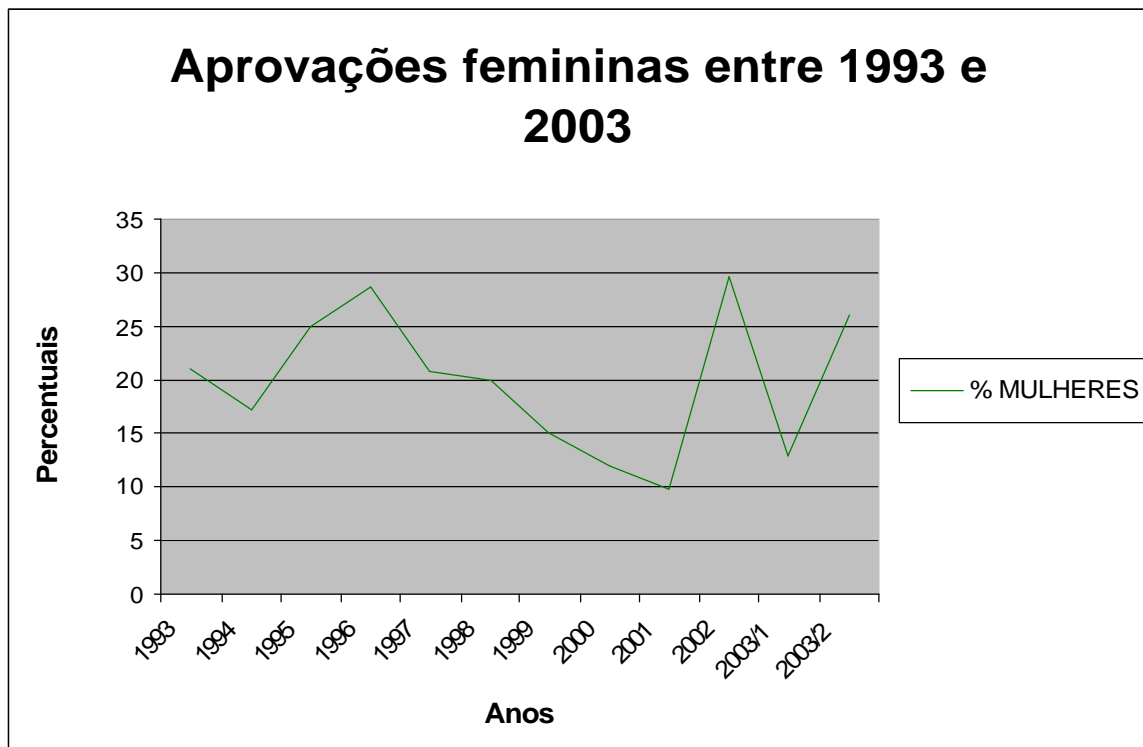


Figura 1 – Percentual de aprovadas nos Concursos de Admissão à Carreira Diplomática entre os anos de 1993 e 2003.⁴

No que tange à presença de mulheres na classe funcional mais alta da carreira diplomática brasileira – a de Ministro de Primeira Classe (comumente chamados de “Embaixadores”), o quadro é ainda menos positivo: são apenas dez as mulheres entre cento e quarenta e sete Embaixadores atualmente, o que significa 6,8% do total. Há que se admitir, contudo, que se trata de um avanço, especialmente tendo-se em mente que vinte anos atrás (mais especificamente em 1983), não havia uma mulher sequer entre os Ministros de Primeiros Classe.

O problema da representação feminina na diplomacia não é exclusividade brasileira. Na vizinha Argentina, há 21,8% de diplomatas do sexo feminino. Comparativamente, três países em que a situação de representação feminina na carreira diplomática é mais expressiva são os também vizinhos Paraguai (37,4% de mulheres entre seus diplomatas) e Bolívia (41,6% dos

⁴ O ano de 2003 teve, excepcionalmente, dois CACDs.

diplomatas atualmente em serviço), além dos Estados Unidos: 35,8% do total de diplomatas.

Sobre a presença de mulheres no serviço exterior americano, vale a observação de que esse número representa um grande aumento, pois, segundo Bandeira de Mello (1982, p. 88), em 1973, as mulheres eram 6,9% do total de diplomatas daquele país. Tanto que, à época, o autor se vangloriava de representar o percentual de mulheres na diplomacia brasileira “[...] um pouco menos que o dobro do registrado na norte-americana”. No Brasil, em 1982, as mulheres eram 12,87% do total de diplomatas e o percentual, aqui, cresceu em escala muito menor que a americana.

Esse crescimento observado nos EUA aconteceu a despeito das regras válidas nos serviços exteriores britânico e americano até pouco mais de três décadas. Até 1945, no serviço exterior britânico, as mulheres recrutadas não poderiam ultrapassar 10% do total em um ano. Depois disso, até os anos 70, a carreira de mulheres na diplomacia dos dois países (EUA e Inglaterra) era praticamente inviabilizada pela proibição de funcionárias casadas nos quadros, tanto que nos exames orais dos testes de admissão, até os anos 60, uma pergunta sempre feita a mulheres candidatas era “A senhora pretende se casar algum dia?” e uma resposta afirmativa quase sempre implicava eliminação. (MORIN, 1995, p.8).

As conseqüências dessas prescrições persistiram, como retrata Enloe (1990), tanto no baixo número de mulheres diplomatas em comparação com homens, quanto no preconceito institucionalizado (que demora a se esvaír) contra mulheres: dos 133 chefes de missões diplomáticas estadunidenses em 1987, apenas 9 eram do sexo feminino, sendo a maioria delas embaixadoras do tipo “político” e não diplomatas de carreira. (ENLOE, 1990, p.117) Em 2005, as mulheres chefiam 38 das 172 missões listadas pelo Departamento de Estado. Vinte e três das mulheres que chefiam essas missões são diplomatas de carreira e apenas sete são apontadas políticas.⁵

Mas por que existe tamanha disparidade (19,8% dos diplomatas, contra 57,46% do total de oficiais de chancelaria) de presença feminina entre as duas carreiras de nível superior no Itamaraty? É preciso caracterizá-las para que se entenda porque as mulheres são tão mais presentes entre os oficiais de chancelaria do que o são na carreira diplomática.

Os oficiais de chancelaria são recrutados por meio de concurso público, normalmente realizado anualmente, tal qual o que ocorre com os

⁵ São apenas trinta as chefes de trinta e oito postos norte-americanos. Uma diplomata é responsável por seis postos vizinhos e uma segunda, por dois.

diplomatas.⁶ Dentro do Itamaraty, eles são hierarquicamente subordinados aos diplomatas. Suas atividades variam enormemente a depender da atribuição da divisão do Itamaraty em que trabalham e, obviamente, do estilo do diplomata que chefia essa divisão. Há casos em que os oficiais de chancelaria são os responsáveis práticos pelo funcionamento da divisão (como é o caso da Agência Brasileira de Cooperação - ABC), até os casos em que oficiais de chancelaria fazem serviço de secretariado.

Não há promoção, em sentido estrito, para os oficiais de chancelaria – há progressão funcional, que depende exclusivamente de tempo de serviço e da realização de cursos de atualização.⁷ Não há, tampouco, obrigatoriedade de serviço no exterior, ao contrário da carreira diplomática. Ainda assim, a questão salarial faz com que a imensa maioria dos oficiais de chancelaria acabe buscando remoções, como o fazem os diplomatas.

De acordo com as entrevistas realizadas com mulheres de ambas as carreiras, o papel do oficial de chancelaria na estrutura do Itamaraty parece estar mais identificado com o papel de gênero tradicional do sexo feminino aplicado ao trabalho. De um lado, isso possibilita menos conflito com os demais papéis desempenhados por essas mulheres, em geral, do que o relatado pelas diplomatas. Por outro lado, a opção pela carreira hierarquicamente inferior significa menor poder de decisão e menor influência do trabalho nas políticas públicas. Nenhuma das diplomatas entrevistadas relatou ter nem mesmo cogitado pertencer à carreira de oficial de chancelaria. A maioria das oficiais de chancelaria entrevistadas, por sua vez, tentou ou ainda tentava ser aprovada no CACD.

A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA INTERNACIONAL

Para estudiosas das relações internacionais (RI), como Ann Tickner (1982), a estruturação do campo das RI está distante do cotidiano e da linguagem da mulher. Segundo a autora, o predomínio de homens fez com que o conhecimento sobre o campo da política internacional tenha se construído sob o ponto de vista masculino e que a contribuição da mulher tenha sido marginalizada. A falta de referência na literatura a mulheres como atrizes do cenário da política internacional contribui para mantê-las afastadas desse

⁶ O nível de exigência e a estrutura dos dois concursos, entretanto, é muito diferente.

⁷ As promoções, dentro da carreira diplomática, têm grande importância, pois determinam, além de aumento salarial, ganho de posição hierárquica – o que não ocorre com os oficiais de chancelaria. Para ser promovido, contudo, um diplomata depende eminentemente de critérios políticos. Tal característica colabora para um clima de competição acirrada entre os diplomatas.

campo, seja na atuação como diplomatas, congressistas ou funcionárias de agências internacionais, seja como pensadoras e teóricas.

De acordo com os estudos de gênero aplicados às RI e à diplomacia, no entanto, a atuação da mulher pode oferecer grandes e decisivas contribuições, principalmente no que diz respeito à segurança, direitos humanos, meio ambiente, desenvolvimento, entre outros. A mulher tem pontos de vista diferentes sobre temas como a guerra. Sendo geralmente menos afeita à violência como meio de resolução de conflitos, e por ser mãe e esposa dos que efetivamente morrem em combate, em geral, rejeita o recurso à guerra.

Sobre as maiores contribuições que as embaixadoras americanas dão a seu país e às relações internacionais em geral, Morin (1993) considera de grande importância a possibilidade de que uma embaixadora possa conversar diretamente com a população do sexo feminino (particularmente em culturas que evitam o contato de mulheres com homens que não sejam de sua família) para entender e buscar soluções mais apropriadas para problemas em que a mulher tem grande potencial como agente de mudança, como superpopulação, opressão sobre a mulher e exploração de crianças. A autora salienta que, em todos esses assuntos, assim como em questões de Direitos Humanos em geral, as mulheres embaixadoras americanas deram grandes contribuições. (MORIN, 1993, p. 273).

As mulheres também são o principal veículo de difusão de conhecimento sobre prevenção de doenças (em decorrência de seu papel de cuidadora e educadora primária) e têm um papel crucial na formação da consciência ecológica. Além disso, sendo vítimas elas mesmas de discriminação em muitas sociedades, e dado que a situação de pobreza tende a ser concomitante com uma maior segregação da mulher, seu modo de lidar com temas de direitos humanos e desenvolvimento é geralmente mais obstinado.

Por fim, também se enfatiza que mulheres formuladoras de política, seja nacional, seja internacional, geralmente rompem com a racionalidade e as tradições tipicamente masculinas, como aquelas que justificam punições desumanas, morte ou suicídio em nome da honra, entre outros.

O que se pode afirmar é que a maior presença feminina na política tanto nacional, quanto internacional, é, simultaneamente, uma busca pela democratização das esferas decisórias e uma tentativa de incluir as visões das mulheres sobre política, paz e bem-estar, das quais toda a humanidade pode se beneficiar. Longe de se objetivar a perpetuação de estereótipos fundados em preconceitos, pretende-se alcançar a equidade, pois, sem dúvida,

homens e mulheres não são iguais e oferecem contribuições diferentes ao conhecimento humano.

No momento, o México, país de matriz latina e em vias de desenvolvimento, como o Brasil, vem implementando um programa governamental (Programa Nacional para la Igualdad de Oportunidades y no Discriminación contra las Mujeres 2000-2006 – PROEQUIDAD) de inclusão com equidade da mulher nas esferas de poder público, estando a Secretaria de Relações Exteriores envolvida de forma prática no programa, promovendo seminários de divulgação interna do PROEQUIDAD e propondo planos institucionais de ação para o cumprimento dos compromissos do programa dentro da própria instituição. Isso está sendo realizado no âmbito da Diretoria de Temas Globais, mais especificamente dentro do Departamento para Assuntos Internacionais da Mulher, daquela Chancelaria.

Segundo palavras da ex-Subsecretária para Temas Globais do México, Patrícia Olamendi, durante a realização do seminário "*Fortalecimiento da la Perspectiva de Género en la Secretaría de Relaciones Exteriores*" realizado em 19 de janeiro de 2004, não se trata (apenas) do estabelecimento de quotas para o ingresso de mulheres. Enfoca-se, principalmente a igualdade de oportunidades para os membros do Serviço Exterior e as disparidades já existentes.

Nos Estados Unidos da América, qualquer interessado no programa de estágio para estudantes universitários patrocinado pelo Departamento de Estado encontrará os seguintes dizeres no sítio institucional na internet: "*In accordance with the Federal Equal Opportunity Recruitment Program, the Department encourages women and minority students to apply for these positions*". Além disso, qualquer indivíduo que acessa a página em busca de informações sobre o ingresso na carreira diplomática encontra a frase: "*Equal Opportunity Employer*" e fotos de diplomatas e funcionários de diversas raças e idades, conferindo-se destaque a fotos de mulheres e negros.

Assim, percebe-se que existem, presentemente, iniciativas institucionais de incentivo à presença de mulheres na diplomacia, sem que necessariamente se faça uso de cotas.

CONCLUSÃO

A discussão sobre gênero no Itamaraty (iniciada na década de 90 por diplomatas de carreira) faz parte da discussão contemporânea mais ampla sobre inclusão social, que diz respeito a todos os fatores que limitam as oportunidades de usufruto dos direitos políticos, civis e econômicos. Pode-se,

também, justificar a relevância do tema levando-se em conta o comprometimento do Brasil com o direito das mulheres, interna – corroborado por iniciativas como o advento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) – e externamente, como se depreende da assinatura de diversos acordos internacionais, entre os quais:

- √ a Convenção e o Protocolo Facultativo sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher;
- √ a Declaração de Beijing adotada pela IV Conferência Mundial sobre as Mulheres (1995);
- √ o Protocolo Facultativo da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher;
- √ as Convenções Interamericanas sobre Concessão de Direitos Cíveis e Políticos à Mulher;
- √ a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (“Convenção de Belém do Pará”);
- √ a Convenção nº. 100 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) relativa à Igualdade de Remuneração da Mão de Obra Masculina e Feminina por Trabalho de Igual Valor e,
- √ a Convenção nº. 111 da OIT sobre Discriminação em Matéria de Emprego e Profissão.

A análise dos dados estatísticos dos anos de 1993 a 2003 corroborou os resultados que se tinha do estudo encomendado à Universidade de Brasília (NESUB/UnB, 1999, p.6), que analisou os números sobre o CACD entre 1992 e 1998. Naquele período, também, “ocorreu maior frequência de candidatos do sexo masculino [...] que do sexo feminino [...]. A ligeira predominância do sexo masculino entre os candidatos torna-se mais intensa quando são observados os candidatos *aprovados* [...]”. A proporção entre homens e mulheres aprovados era de “[...] aproximadamente, 75% e 25%, respectivamente.” (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA –NESUB, 1999, Anexo 2, p.3). Pode-se mesmo concluir que a participação femininas nas aprovações tem diminuído, uma vez que a média de aprovações de mulheres ficou em 19,8%.

As entrevistas realizadas apontam como causas para o baixo interesse feminino pela carreira diplomática no Brasil – e conseqüente baixo índice de sucesso nos concursos – o efeito da imagem masculina projetada sobre a carreira diplomática e a crença de que essa carreira é incompatível com a opção de constituir família no caso das mulheres.

O impacto de gênero no trabalho, que é apreciável em diversas profissões, manifesta-se inegavelmente na carreira diplomática. Se as mulheres cientistas são confrontadas com os estereótipos de raciocínio lógico-matemático precário, as executivas bem sucedidas temem serem “descobertas” como fraudes e algumas trabalhadoras enfrentam a discriminação de receberem salários menores que os homens que desempenham a mesma atividade, conforme visto inicialmente, as diplomatas travam uma batalha perene pelo equilíbrio entre seus objetivos profissionais e pessoais. Elas parecem ser constantemente obrigadas a rever suas opções profissionais em face das grandes responsabilidades que acreditam ter sobre o sucesso do matrimônio e da vida de seus filhos, em uma manifestação clara do conflito analisado anteriormente, gerado pela multiplicidade e, por vezes, pela incompatibilidade dos papéis sociais femininos atualmente.

Imagina-se que esse conflito seja semelhante para outras carreiras em que a necessidade de envolvimento é muito grande, como a carreira de médica ou de juíza.⁸ De qualquer maneira, existem algumas características peculiares da carreira que parecem cruciais para o impacto de gênero: em primeiro lugar, a obrigatoriedade de viagens e mudanças; em segundo lugar, a relevância da manutenção de uma aparência de satisfação⁹ para o exercício das funções públicas de um diplomata, mais notadamente a representação – uma das três funções primordiais do diplomata, segundo o Barão do Rio Branco; em terceiro lugar, o fato de a carreira diplomática brasileira pertencer a uma instituição majoritariamente masculina e altamente hierarquizada. Passar-se-á, agora, ao exame dessas condições.

A vida afetiva das diplomatas que não são casadas e a dinâmica conjugal/maternal das demais são afetadas pelas remoções e viagens a trabalho. Os impactos vão desde uma maior dificuldade de manter um relacionamento estável, até as dificuldades escolares e de socialização dos filhos. Não apenas isso, mas a condição de separação de rede de apoio familiar no Brasil quando da saída para o exterior, de dependência das decisões que são tomadas pelo chefe do posto torna a vida do diplomata, não somente profissional, mas também pessoal, absolutamente peculiar entre todas as profissões porque são constantes e fazem parte dos critérios para a progressão

⁸ Nesta última, inclusive, a presença feminina também continua reduzida.

⁹ Mesmo quando as normas dificultam a conciliação do âmbito profissional com o familiar. Nota-se o conflito psicológico entre a vida pública e os problemas da vida particular.

¹⁰ Uma parcela expressiva das diplomatas entrevistadas teme a desqualificação das mulheres que fossem beneficiadas com uma política nesse sentido. A preocupação merece crédito, tendo em vista o ambiente altamente meritocrático e hierárquico que caracteriza o Itamaraty.

funcional. Pensando-se nisso, e visto que a maioria dos cargos com poder de decisão são ocupados por homens, percebe-se como esses conflitos podem ter efeito sobre uma possível maior dificuldade de ascensão das mulheres diplomatas.

Os homens diplomatas também podem ter dificuldades com seus filhos, mas, como visto acima, as responsabilidades perante os filhos não são as mesmas para pais e mães de acordo com os papéis atribuídos a homens e mulheres. Além do que, as esposas de diplomatas acompanham seus maridos em uma constância muito maior do que as diplomatas removidas podem contar com a presença de seus maridos. O estilo de vida requerido pelo Serviço Exterior tem conseqüências diferenciadas para a vida pessoal de homens e mulheres.

Outra conclusão a que se chega é que o MRE poderia, caso faça parte de seus planos institucionais, atrair a população feminina brasileira de nível universitário e boa formação acadêmica para seu quadro de funcionários diplomáticos. Isso sem que se recorra necessariamente a cotas ou algo que possa ser classificado como ação afirmativa¹⁰. Utilizando-se da comunicação institucional, o Ministério poderia mostrar-se interessado em aumentar a presença feminina na carreira, pelas contribuições que pode oferecer, e desmistificar a crença de que a mulher que deseje ter família não deve eleger a carreira diplomática como opção profissional.

A iniciativa de incluir sistematicamente uma mulher em cada promoção para a classe de Ministro de Primeira Classe (Embaixador), embora não seja oficialmente admitido pelo MRE como proposital, tem contribuído para dar visibilidade às mulheres dentro da carreira. Isso torna a diplomacia menos distante da realidade das mulheres e favorece que ela seja uma opção profissional para as jovens brasileiras – o que, atualmente, parece não se verificar.

Idéias e cultura nas relações internacionais

CAPÍTULO 5

Um outro olhar sobre a diplomacia e as relações internacionais : o tráfico de mulheres como estudo de caso

Lená Medeiros de Menezes¹

“Silenciosas, as mulheres?” A partir dessa indagação, Michelle Perrot reflete acerca da contemporaneidade vista como o momento crucial da “irresistível ascensão da mulher”, com suas vozes sendo ouvidas por toda parte. Ainda que concorde que a presença feminina faz-se visível em lugares antes a ela interditados (inovação da última metade do século XX), a autora afirma que ainda existe “um oceano de silêncio” sobre a presença da mulher na História e, mesmo nos dias atuais, subsistiriam várias “zonas mudas” (PERROT, 1998, p. 1) a atestar que os processos de silenciamento não foram descartados.

Para Fred Halliday (1999, p. 161), utilizado como referência em algumas de nossas análises, apesar das questões de gênero e daquelas referentes ao lugar e ao papel das mulheres terem adquirido importância nas Ciências Sociais de uma maneira geral, a mulher continua ausente no campo acadêmico das Relações Internacionais. Isto em plena ‘Era da Globalização’.

Dois fatores principais, segundo o autor, explicariam o que sucede. Em primeiro lugar, uma espécie de imobilismo, que faz com que processos mais ágeis nas ciências voltados para o social demorem a impactar as Relações Internacionais. Nesse sentido, parece haver uma grande dificuldade de os estudiosos da área levarem em consideração processos que se colocam para

¹ Professora Titular de História Contemporânea do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro [UERJ]. Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo.

além das questões visivelmente colocadas como questões de Estado. Ou melhor, da *high politics*, que permanece sendo vista como *locus* masculino por excelência, expressa em uma linguagem que enfatiza a competição e a força nos processos de tomada de decisão. Segundo o autor:

Se isto era explícito na retórica imperial do fim do século XIX e começo do século XX, com o culto social darwinista das nações 'viris' e de seu direito de conquistar os mais fracos, presumidamente menos viris, [tais condicionamentos têm] permanecido presente no discurso e no imaginário do conflito entre os grandes poderes.²

Por outro lado - e este é apontado como um segundo motivo - determinados processos políticos internos não passam pelo crivo dos assuntos considerados importantes o suficiente para compor a pauta da macro política internacional, ainda marcada pelo peso das grandes questões diplomáticas e por manobras políticas das chancelarias.

Nas hierarquizações temáticas estabelecidas, as questões relativas às mulheres apenas muito recentemente vêm sendo levadas em consideração, minimizando a cegueira que, regra geral, afetaria a área.

As relações internacionais implicitamente apóiam a tese de que os processos internacionais são eles mesmos neutros em gênero; isto é, que eles não têm nenhum efeito sobre a posição e o papel das mulheres na sociedade e sobre o posicionamento relativo de mulheres e de homens. (HALLIDAY, 1999, p. 163).

Acrescente-se a essa a constatação de que, em sentido inverso, as relações internacionais pouco seriam afetadas pelas questões relativas às mulheres, condicionadas, em uma percepção global, aos limites do particular e do privado.

Extrapolando o mundo acadêmico e as discussões teóricas, no plano das práticas, os distanciamentos existentes entre o masculino e o feminino explicariam a atuação daquelas que, recentemente, projetam-se como 'atores' na arena internacional (e a dificuldade de utilizarmos o feminino – atrizes – é aqui significativo), com a reprodução de um olhar masculino sobre a política internacional e a necessidade da demonstração de força e 'virilidade' no exercício

² A guisa de exemplo, o autor cita o relato de Norman Mailer, da Cia, em plena Guerra Fria, com relação às visitas de seu colega Sherman aos bordéis de Montevideo: "Ele se via como um bom legionário do império americano, possuindo as fêmeas nos países pelos quais viajava (...) Ou estava eu, diferenças regionais à parte, perto de descrever também a mim mesmo? Mesmo quando eu estava comprando uma hora de uma garota aquela noite, e uma segunda mulher para uma segunda hora, eu me sentia mais livre com aquelas estranhas do que já havia me sentido em todos meus vinte e cinco anos (...) talvez a raiz onde minha ganância estivesse guardada, finalmente estivesse se derramando sobre o Século Americano e eu também estivesse lá fora copulando pela bandeira"²

do poder (simbolicamente inerentes à condição masculina); o que aparece visível nos casos de Golda Méier, Margareth Thatcher e Condoleeza Rice.

Explicar o porquê dos silêncios sobre o feminino nas relações entre as Nações e os Estados é desafio que apenas muito recentemente começa a ser enfrentado. Por outro lado, mais do que nunca é necessário refletir acerca da grande questão formulada por René Girault (1998, p. 137, tradução nossa): “Viveriam as Relações Internacionais, sobretudo, dos mitos?” Estes seriam, sem dúvida alguma, mitos políticos, o que não descartaria, porém, a projeção de outros mitos (fundadores ou não), cabendo, nesse caso, a pergunta: Mitos poderosos sobre o masculino e o feminino não teriam também um valor decisivo?

Considerado o campo da História, ainda que consideremos que a verdadeira revolução propiciada pelos Analles possibilitou a constituição da História das Relações Internacionais, a projeção de estudos pioneiros, como os desenvolvidos por Renouvin e Duroselle, e a ampliação do leque temático para além das questões meramente diplomáticas, as análises de gênero e as relativas à mulher permaneceram ausentes ou, pelo menos, relegadas à marginalidade. Foi necessário esperar que a História Social desse voz aos ‘excluídos’ e a História Cultural fertilizasse o terreno para que ocorressem tímidos avanços nos campos da História Diplomática e da História das Relações Internacionais.

Reportando-nos ao último Congresso de Ciências Históricas, realizado em Oslo, em julho de 2000, e ao que ocorreu no âmbito do Comitê de História das Relações Internacionais, veremos como esse processo de transposição vem sendo desenvolvido. No congresso em questão, dois simpósios foram propostos aos participantes. Um voltou-se para as temáticas tradicionais. Outro, inovador, proposto por Robert Frank, contemplou as imagens do *outro* ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX.³ Esse *outro*, porém, traduzido em alteridades nacionais, permaneceu neutro em gênero. Nenhum dos trabalhos inscritos (nem o meu próprio) priorizou a mulher ou as questões de gênero nas tensões e aproximações entre o *eu* e o *outro*, comprovando que “zonas mudas” permaneciam possibilitando o velho jogo de luzes e sombras.

É importante destacar que, apesar das escolhas feitas pelos estudiosos da área, e como ocorre em toda e qualquer prática social, os processos inter-nacionais (e a hifienização busca chamar a atenção para as relações entre as nações e não apenas entre os Estados) “possuem efeitos de gênero: dos militares e econômicos aos da formação e difusão de imagens

³ Cf. CD-ROM do Simpósio.

sobre as mulheres." (HALLIDAY, 1999, p. 164). Considerada essa perspectiva, alguns processos merecem destaque.

Com relação à guerra, sabemos que as ações a ela inerentes não são, de forma alguma, neutras em gênero. Pelo contrário, são múltiplas suas conseqüências sobre as mulheres, que vão desde atos públicos de apoio ou repúdio aos combates em curso, à perda de seus filhos (com sua dor, por vezes, gerando atos extremados de contestação) e estupro ocorridos nas zonas em conflito: demonstrações da virilidade e do poder do vencedor. Como nos lembra Halliday (1999, p. 168): "o estupro tem sido recorrente nas guerras modernas como efeito secundário e como instrumento de política", e isto foi devidamente demonstrado nas recentes guerras nos Bálcãs.

Quanto à dialética entre práticas e representações, cabe a lembrança de que a ideologia e as ações políticas, no quadro da competição entre os Estados, demonstram como as representações sobre o masculino e o feminino, desdobradas na polarização entre o público e o privado, são subjacentes a determinados processos decisórios no plano das estratégias da 'grande política'. No contexto do imperialismo clássico, por exemplo, as afirmações de Caleb Salleby de que "a história das nações é determinada não no campo de batalha, mas no berçário", e de que "os batalhões que dão a vitória final são os batalhões dos bebês" não existindo "um útero estatal", "seios estatais" ou um "substituto real para a beleza da maternidade individual",⁴ (DAWIN, 1978, p. 29 apud HALLIDAY, 1999, p. 164) demonstram que a política de natalidade que estava sendo proposta estava sedimentada em cristalizações mentais de longa duração. Seu discurso teria, por conta disto, uma validade universal, podendo ser aplicado tanto à Inglaterra e França do século XIX quanto, em época posterior, à Alemanha nazista e à Itália fascista, que "mistura[ram] estereótipos sobre as mulheres e seus papéis reprodutivo e socializador com concepções de grandeza nacional e de dever patriótico". (HALLIDAY, 1999, p. 164).

Por outro lado, merece destaque a forma como determinadas representações afetam as práticas cotidianas desenvolvidas nos bastidores dos processos de integração. Dentre as várias exemplificações possíveis, situam-se as que estão relacionadas ao binômio tráfico- prostituição, que naturalizam, justificam e encobrem a violência contra a mulher. Como nos diz Malarek (2005, p. 103):

As prostitutas [sejam elas vítimas do tráfico ou não] são rostos sem nome, 'párias' sociais indignas de compaixão ou compreensão. Pelo contrário, os homens que as utilizam simplesmente estão "se

⁴ Dawin, Ann. Imperialism and motherhood. In: *History Workshop Journal*, n.5, Spring . 29, 1978.

comportando como homens.”

Para completar esta análise, falta pontuar a forma pela qual a questão dos direitos humanos vem ganhando relevância no contexto internacional, dando visibilidade às questões de gênero e possibilitando a inserção das inúmeras formas de violência sofridas pelas mulheres na agenda política, quer em tempos de guerra quer em tempos de paz, através da criação e atuação de instâncias intergovernamentais, voltadas, especificamente, para a defesa dos direitos da mulher no âmbito das Nações Unidas (caso da “Sub-Comissão da Condição da Mulher”, criada como desdobramento da “Comissão dos Direitos do Homem”) e no seio de várias organizações não-governamentais (ONGs).

A projeção do feminino em todos os setores do social, segundo Françoise Gaspard (2002, p. 47):

Conduziu a comunidade internacional a levar em consideração a sorte das mulheres no mundo, por ocasião de todas as grandes conferências temáticas, integrando a dimensão do gênero nas reflexões e documentos finais.

Dessa forma, vem se tornando insustentável desconsiderar as questões de gênero quando discutimos as relações inter-nacionais e inter-estatais, até mesmo nas discussões sobre *high politics*. Não só as mulheres adentraram espaços consagrados tradicionalmente como masculinos, como a ação diplomática tornou-se mais visível no tocante aos direitos humanos, em geral, e aos direitos da mulher, em particular.

É nesse contexto de mudanças que queremos destacar uma das zonas por tanto tempo ‘muda’ nas relações internacionais: o tráfico de mulheres que, nos bastidores, vem caracterizando os processos de mundialização, seja na passagem do século XIX para o XX, seja na do século XX para o XXI. Ontem, como hoje, projetado como escândalo internacional;⁵ ontem, como hoje, item de discussão em negociações diplomáticas, sem que resultados efetivos tenham sido alcançados, a ponto de podermos dizer que a eclosão da Segunda Guerra Mundial apenas desmantelou, temporariamente, as rotas da Europa centro-oriental, restauradas, tão logo desmoronou o mundo soviético.

A escolha do tema em uma mesa sobre Diplomacia e Gênero justifica-se por várias razões. A primeira delas é o fato do tráfico, há pelo menos

⁵ Com relação ao tráfico, ver Lená Medeiros de Menezes. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio (1890-1930)*, Rio de Janeiro: Arquivo nacional, 1992 (Prêmio nacional de Pesquisa,2) e *Os Indesejáveis. Crime, protesto e expulsão na capital federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996. Ver também, Margareth Rago. *Os Prazeres da noite. Prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

um século, vir ensejando acordos e convenções internacionais, constituindo-se objeto da ação diplomática; constatação que permaneceu e tende a permanecer encoberta, devido aos obstáculos colocados pela força de determinadas nebulosas morais.

Sob um outro ponto de vista, a justificativa da escolha repousa no fato da conjuntura ser hoje favorável no sentido do rompimento dos processos de silenciamento que afetam o campo das Relações Internacionais; vitória tardia dos impulsos dos anos 1980, quando estudos pioneiros, pela primeira vez em termos acadêmicos, deram visibilidade ao problema,⁶ no âmbito da História Social.

Em uma outra perspectiva, porque, como processo de bastidores, o tráfico de mulheres guarda relação com várias das forças profundas de que nos fala Renouvin (1969), pois envolvem das questões demográficas às econômicas.

Por fim, porque é necessário demonstrar que o tráfico, fertilizado pela pornografia via Internet, ganhou dimensões que necessitam a atenção dos intelectuais e uma atuação efetiva por parte de embaixadas, consulados e organismos internacionais, de forma a quebrar “o muro de desinteresse, cumplicidade e corrupção” de que nos fala Malarek (2005, p. 24), permitindo que um lucrativo mercado se expanda sem encontrar limites à sua voracidade.

Hoje a conjuntura é favorável a que se lance esse olhar sobre um passado-presente repleto de violências de gênero, tendo em vista que organizações governamentais e não-governamentais estão dispostas a quebrar o silêncio e denunciar publicamente o escândalo contemporâneo em que se constitui o tráfico de seres humanos que afeta ocidente e oriente. Muito distantes certamente estamos do momento em que ativistas precursoras, como Flora Nightingale, denunciaram a violência sofrida por mulheres ‘perdidas’, constituindo-se sua ação em um dos primeiros exemplos de protesto feminino no espaço público, com a criação da Liga Abolicionista nos idos de 1880.

Datado historicamente da fase de consagração do capitalismo e da ordem burguesa no mundo ocidental, o tráfico de mulheres manteve-se, ao longo do tempo, escondido nas sombras, saltando à luz dos refletores apenas nos momentos em que a dimensão alcançada tornou-o impossível de ser ignorado ou silenciado. Ou seja, quando a ganância pelo lucro a qualquer preço ultrapassou todos os limites, como ocorreu na época do imperialismo clássico, que sedimentou a europeização do mundo através da linguagem da modernização, e na virada deste milênio, quando a Globalização vem

⁶ Ver nota acima

possibilitando a lucrativa comercialização de carne humana, fazendo com que “nenhum país esteja livre do tráfico”, como afirmou o Departamento de Estado dos Estados Unidos.

Segundo estudos recentes realizados pela ONU, quatro milhões de mulheres são vendidas e compradas no mundo a cada ano, com a tendência mantendo-se sempre crescente. O total de mulheres estrangeiras prostituídas na Holanda, Alemanha, Itália, e Áustria, por exemplo, triplicou nos últimos anos, graças à derrocada do mundo soviético. Os cálculos disponíveis demonstram que as meretrizes estrangeiras ascendem a 75% na Alemanha e representam 80% na Itália e 85% na Áustria.

Regra geral, são mulheres que, fugindo à pobreza, vêem a Europa de leste como terra de oportunidades, capaz de assegurar-lhe emprego e um futuro melhor. O pesadelo de se verem vítimas do tráfico, coisificadas e prostituídas só ocorre após terem alcançado seu destino. O desconhecimento da língua local facilita a segregação e a dominação. Muitas imigram ilegalmente, através de documentos falsos, ou tornam-se imigrantes ilegais devido ao confisco de seus passaportes. O medo da família tomar conhecimento das reais atividades desenvolvidas no exterior torna-as vítimas fáceis de chantagens, o que se coloca como um obstáculo a mais a impedir pedidos de socorro, manifestando-se a opção pelo silêncio e a aceitação da clandestinidade nos bastidores urbanos.

A dimensão que o tráfico tomou desde que caiu o Muro de Berlim e desintegrou-se o mundo soviético é tal que Malareck, autor de livro sobre o tráfico de mulheres da Europa Oriental, afirma que :

Em meus trinta anos como jornalista conheci escândalos, corrupção e delitos de todo tipo. Presenciei tragédias de proporções colossais ; o desespero da fome ou os estragos da guerra. Testemunhei a perda de vidas e de esperança no Oriente Próximo, África, Afeganistão, Somália e Irã. Sem dúvida, jamais me impressionei tanto com o insensível desprezo pela dignidade humana como nos dois anos que me dediquei a investigar para escrever este livro. (MALAREK, 2005).

Para a Comissária da União Européia para Assuntos Imigratórios e o Tráfico de Mulheres (OIM), o tráfico configura-se como negócio muito mais rentável e menos perigoso que o narcotráfico. Enquanto este pode representar condenações que oscilam entre 10 a 12 anos de prisão, o primeiro corresponde a penas que, se cumpridas, não superam um ou dois anos, além de sua caracterização e comprovação ser muito mais difícil, graças à complexidade das reações que existem entre as partes envolvidas e às redes de compromissos e corrupção que são tecidas.

Segundo a OIM, o tráfico de mulheres - e não estamos falando de prostituição por opção - fica caracterizado cada vez que quatro condições básicas aparecem reunidas:

1. O cruzamento de uma fronteira;
2. A existência de um intermediário responsável pelo fornecimento de transporte e documentos de identidade (falsos ou roubados);
3. A constatação de uma relação comercial;
4. A entrada ou permanência ilegal da mulher no país de destino.

Conseqüentemente, o tráfico define-se como um 'processo migratório marginal', que envolve uma vítima e um explorador, em uma relação de negócios travada na arena internacional. Regra geral, tem por motor propulsor as crises internas que impulsionam os movimentos de deslocamentos, sejam eles ocasionados por motivos políticos, econômicos ou sociais, ao que se conjuga uma demanda que não pára de crescer e que tudo tem a ver com questões relativas às representações sobre o feminino e o masculino.

A constância com que foram realizados referendados ou emendados acordos, protocolos, conferências e convenções internacionais sobre o tráfico, nos dá a dimensão exata das dificuldades que existem para combatê-lo, demonstrando que ele tem sido mantido na pauta das chancelarias e dos organismos internacionais, ainda que nem sempre de forma visível, de forma permanente, pelo menos, nos últimos cem anos.

O primeiro acordo internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres Brancas foi firmado em Paris no ano de 1902. Sucessivamente novos acordos, convenções ou emendas foram estabelecidas, conforme a cronologia que se segue:

- 1904 Paris: Convenção Internacional para a Repressão ao tráfico de Brancas, com o *referendum* inicial de 13 países e a aderência do Brasil em 1905;
- 1910 Paris: Convenção Internacional para a Repressão ao tráfico de Brancas;
- 1921 Convenção Internacional para a Repressão do tráfico de Mulheres e de Crianças, concluída em Genebra em 30 de setembro de 1921, com a assinatura inicial de 22 países, dentre os quais se inclui o Brasil;
- 1933 Convenção Internacional Relativa à Repressão do Tráfico de Mulheres Maiores - Firmada em Genebra em 11 de outubro ;

- 1947 Emenda da Assembléia das Nações Unidas à Convenção Internacional para a Repressão do tráfico de Mulheres e de Crianças de 1921;
- 1948 (Emenda da Assembléia Geral das Nações Unidas à Convenção Internacional para a Repressão ao tráfico de Brancas de 1910);
- 1950 Convenção para a Repressão do Tráfico de Pessoas e do Lenocínio - Concluída em Nova York, no dia 21 de março de 1950, foi firmada pelo Brasil em 05 de outubro de 1951, aprovada por Decreto Legislativo de 12 de junho de 1958 e promulgada por decreto datado de 08 de outubro de 1959.

Para além destes instrumentos legais, outros merecem destaque especial. Em primeiro lugar, o próprio Tratado de Versalhes que, com a intenção de 'passar o mundo a limpo', em seu artigo 196, condenou, explicitamente, o caftismo. Posteriormente, a Convenção de Direito Internacional Privado: Código Bustamante (datado de 20 de fevereiro de 1928) que, no artigo 308, dá destaque ao tráfico de mulheres brancas, citado ao lado da pirataria, do tráfico de negros e do comércio de escravos como delitos contra o Direito Internacional.

Com a criação da Liga das Nações, o tráfico tornou-se matéria colocada sob sua responsabilidade, estando a Liga à frente das discussões que levaram às Convenções de 1921 e 1933. A partir de 1945, a Organização das Nações Unidas tomou a seu cargo as ações visando o combate ao tráfico, tendo sido concluída, sob sua égide, a Convenção de 1950.

Apesar de todas as iniciativas, entretanto, o tráfico vem se tornando cada vez mais intenso, envolvendo mais e mais países, com a tecedura de uma trama internacional altamente organizada e complexa, a requerer uma ação cada vez mais competente por parte dos organismos internacionais e das representações diplomáticas dos países envolvidos, pois soluções definitivas estão longe de serem apresentadas, reproduzindo-se estratégias de combate muito semelhantes às defendidas desde que o tráfico tornou-se problema internacional, voltadas para a fiscalização nas fronteiras, portos de embarque e desembarque. Da mesma forma, a corrupção, sem a qual o tráfico não floresceria, resiste no tempo, como resistem, também, estratégias de comercialização e sujeição de mulheres, apesar da adoção pontual de algumas ações bilaterais, caso da Operação Castanhola, responsável pelo recente repatriamento de várias brasileiras, ponta de um novelo que precisa e deve ser desenrolado até o fim.

Deve ser levado em consideração que o tráfico de mulheres, tanto quanto o de drogas ou de armas deve ser analisado como elemento constitutivo

da lógica de uma economia internacionalizada, na qual mundialização, guerras e processos migratórios tecem redes complexas e diversificadas de relações que, para além da superfície da legalidade, mergulham em bastidores marcados pela violência. Basta lembrar, como nos diz Malarek (2005, p. 46), que, nos casos das rotas que se deslocam da Europa Oriental para a Ocidental:

O corredor mais famoso é a rota dos Balcãs, que passa pela Sérvia, Croácia, Albânia, Macedônia, Bósnia-Herzegovina, Montenegro e Kosovo. Durante a sangrenta guerra civil que assolou a antiga Iugoslávia, as organizações criminais estabeleceram um sólido ponto de apoio na região. Seu ilícito contrabando incluía armas e drogas. Acabados os enfrentamentos, essa rota começou a ser utilizada para o contrabando de drogas e mulheres. Esse caminho clandestino atravessa o território dos Balcãs e seu destino principal é a União Européia. Sem dúvida, a massiva afluência das forças de paz das Nações Unidas e trabalhadores de organizações internacionais de ajuda humanitária fizeram com que os Balcãs deixassem de ser somente um local de passagem. Escandaliza pensar que sua presença proporcionou uma valiosa clientela, caída do céu, para os proprietários dos bordéis que comerciam com mulheres.

Frente às possibilidades do lucro fácil possibilitado pela exploração de mulheres, o agente canadense Gordon Moon, que integrou a polícia internacional das Nações Unidas na província sérvia de Kosovo até a primavera de 2001, declarou que o que mais o surpreendeu no exercício de suas funções foi a constatação de que ódios seculares tendiam a ser esquecidos em prol das facilidades de ganho com a prostituição de mulheres. Segundo ele:

Os sérvios e os albaneses, que se odiavam e haviam se declarado inimigos mortais, haviam conseguido entender-se e saíam-se muito bem no que se referia ao crime organizado e ao tráfico de mulheres. (MALAREK, 2005, p. 123).

Questões como essas confirmam que são muitas as portas que permanecem fechadas e que precisamos abrir nas discussões das relações entre Gênero e Diplomacia e/ou Gênero e Relações Internacionais, pois as “zonas mudas” a que se refere Michelle Perrot, por conta de interesses, preconceitos, descaso, corrupção e ‘acobertamentos’ continuam a abafar muitas e muitas vozes que clamam por atenção e precisam ser ouvidas. Se o forem, certamente, possibilitarão a revisão de muitas teorias e abordagens em voga.

Parte III

CONFLITOS E TENSÕES NO MUNDO MODERNO

Idéias e cultura nas relações internacionais

Convivência entre culturas e a relação oriente-ocidente

Rodrigo Alves Correia¹

Baseando-se nas teses de conflito de civilizações, a idéia de perigo oriental vem ganhando força nos meios acadêmicos e no seio da sociedade em geral. Sejam os árabes, sejam os chineses ou os hindus, o oriente é ameaçador para os ocidentais.

O terrorismo islâmico é de certo modo incompreensível para o homem do ocidente, que não consegue conceber o ideário por trás do auto-sacrifício e da auto-imolação. O terror que estes grupos infringem ao ocidente deriva tanto do medo da violência quanto da incompreensão de suas ações. Como combater aquilo que essencialmente não compreendemos?

Os hindus parecem exóticos demais, e sua cultura não possui viés agressivo em relação ao ocidente. As pretensões hindus de hegemonia esbarram nas imensas dificuldades políticas, culturais, econômicas e sociais enfrentados no caminho do desenvolvimento econômico, e que têm se constituído num entrave para que se possa transformar o país efetivamente numa potência. Embora haja uma possibilidade de que isso venha a ocorrer, a “ameaça” representada pela Índia ainda não é efetivamente levada a sério, a não ser em algumas áreas muito específicas, como é o caso da criação de softwares complexos, com finalidade corporativa e que no entanto, jamais conseguiram atingir o grande público.

A China é atualmente o grande “perigo”. No entanto, quem tem medo dos chineses? As razões do temor estão quase totalmente ligadas às questões

¹ Doutorando de Ciências Sociais da UNESP - Marília, linha “Políticas Públicas, Pensamento Social e Relações Internacionais” e membro da Comissão Organizadora da III Semana da Relações Internacionais

econômicas, de modo que o temor existente deriva da concorrência implacável dos produtos oriundos do antigo “império do meio” a preços virtualmente impossíveis de serem igualados. Tais razões parecem-nos superficiais, ou pelo menos têm sido tratadas de forma a deixar de lado o cerne da questão que perpassa a temática das idéias e do multiculturalismo presente na III Semana de Relações Internacionais da UNESP.

Após as revoluções burguesas no ocidente, uma série de direitos passa a ser “garantida” aos cidadãos, ainda que apenas e tão somente a partir do ponto de vista formal. Os direitos humanos igualam todos os seres humanos e delimitam aquilo que seria tolerável ou desejável nas relações entre os indivíduos, e nas relações sociais mais gerais. As potências ocidentais mais importantes têm se destacado pela defesa, ainda que retórica na quase totalidade dos casos, destes “valores” ou direitos.

A despeito das marcantes diferenças de percepção de mundo e de valores, as negociações multilaterais da OMC, nas Rodadas de Doha, que podem definir o futuro do comércio entre as nações, apresentam riscos reais extremamente significativos tanto para os povos em desenvolvimento do ocidente quanto do oriente, definindo outras polaridades, unindo ambos contra potências econômicas do norte. Desse modo, Brasil, Índia e China têm exercido papel protagônico e articulado, atuando conjuntamente como forma de defender seus interesses nas negociações. A formação do G-20, reunindo os principais países em desenvolvimento mostra que este tipo de colaboração é perfeitamente possível, e que não há divisões estanques entre “civilizações”.

Ou seja, apesar da oposição de valores, os conflitos do mundo moderno definem-se em função dos interesses diretos dos atores envolvidos, e nem sempre estes interesses estarão delineados nesta conformação “ocidente-orientes”.

Na medida em que a própria origem da globalização origina-se da quebra da solidariedade social representada pelo Estado do bem-estar social em função do interesse na obtenção de ganhos de produtividade, resta saber se no caso de uma ampla prevalência deste oriente do ponto de vista econômico-comercial, com a ascensão da China como provável potência hegemônica ainda neste século irá levar a uma “orientalização” do ocidente como forma de manter sua competitividade relativa, e ao abandono dos valores ocidentais tradicionais. Fenômeno similar vem ocorrendo na chamada guerra contra o terrorismo, em que a luta pela segurança serve de justificativa para a adoção de medidas cada vez mais extremadas, causando um rebaixamento do nível dos direitos fundamentais do cidadão em países que se consideram paladinos na luta por estes mesmos direitos e liberdades, tão caros aos homens do ocidente.

Nesta perspectiva, convergência de valores, apesar de incorporar estes aspectos de caráter nocivo, pode criar também um momento propício ao diálogo entre culturas, unindo os diferentes. A “redução” do tamanho do mundo, resultante do desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação e do aperfeiçoamento dos sistemas de transporte também favorecem a percepção de que o globo terrestre encontra-se cada vez mais interligado, e que portanto, problemas que afetam todo o planeta, tais como a situação dramática social e ambiental só poderiam ser resolvidos com ampla cooperação.

Assim, a aproximação entre culturas baseia-se na afirmação do interesse pragmático, que leva à busca da compreensão do outro como forma de melhor compreender os parceiros de negócios, ou de melhor atacá-lo. No entanto, não é possível manter o nível de exposição a esses novos universos de valores e conceitos totalmente sob controle, de modo que a sociedade que se abre para tal exposição à cultura e aos pontos de vista do “outro” pode colocar em crise suas próprias opiniões e valores arraigados secularmente, evidenciando o que se convencionou chamar de crise da universalidade de valores, que paradoxalmente pode influenciar de maneira positiva no diálogo intercultural.

Em “Choque De Civilizações: Uma Ideologia Nacional Na Ordem Global”, Ayerbe aborda estas questões, amparado numa ampla e consistente discussão da obra de Samuel Huntington. As teses de Huntington sobre conflitos de civilizações na nova configuração das relações internacionais após o fim da bipolaridade, gerou grande controvérsia na academia, Ayerbe destaca duas linhas de crítica especialmente representativas dos principais questionamentos à abordagem do *Choque de civilizações*: 1) ausência de rigor nos conceitos e na tipificação das características classificatórias das civilizações; 2) a adoção de um culturalismo com nítidas conotações ideológicas, a serviço de interesses dominantes.

Na perspectiva de Huntington, a percepção de que a derrota da União Soviética teria eliminado o último obstáculo ao avanço triunfal da democracia liberal, do capitalismo de mercado e dos valores da civilização ocidental, é profundamente questionável, e nesse contexto, as principais fontes de conflito na ordem em configuração não serão políticas, ideológicas ou econômicas; elas virão das linhas que separam as diversas culturas e civilizações: ocidental, confuciana, japonesa, islâmica, hindu, eslava ortodoxa, latino-americana e africana.

Segundo Ayerbe, Jameson chama a atenção para a ausência, nas suas críticas à globalização, da dimensão econômica, que o leva a enfatizar fundamentalmente os aspectos diplomáticos e militares das relações entre as

ditas civilizações. Uma das implicações dessa perspectiva é o fato de que o viés culturalista acaba por ocultar o significado fundamental da dinâmica capitalista no processo de universalização do *American way of life*. Sendo assim, Huntington adota uma postura pragmática orientada à defesa de interesses circunscritos a uma nação, abandonando a idéia de princípios que reivindiquem a universalidade. Nesse aspecto, Ayerbe aponta que Huntington não deixa dúvidas: “As ações afirmativas em favor do multiculturalismo representam uma ameaça a Estados Unidos, neste caso, recomenda políticas internas de assimilação. Ao mesmo tempo, defende uma política externa que vai em sentido contrário, delimitando fronteiras culturais a partir de uma concepção multicivilizacional das relações internacionais.”

Clodoaldo Cardoso, em “Diálogo Internacional Na Crise Da Universalidade Dos Valores” aborda a história da ética ocidental e a predominância da concepção de que determinados valores fundantes da moral e costumes possuem um caráter universal a priori, e portanto seriam válidos necessariamente de forma universal e indefinidamente. Esta visão trans-histórica da ética, hegemônica no pensamento metafísico ocidental, compõe a justificativa ideológica do projeto de “mundialização da cultura ocidental”. Para Cardoso, as guerras, invasões e dominações foram, a marca distintiva da relação entre a Europa e os outros povos na defesa da universalidade dos valores, valores estes que foram feridos de morte por Nietzsche, tornando a crítica axiológica um discurso constante no pensamento filosófico do século XX. Apesar da importância do surgimento das categorias de idéias que defendem a bandeira do diálogo, da democracia, e do respeito à diversidade, a relativização radical dos valores poderia, na visão deste autor, impedir o estabelecimento do diálogo entre os povos, no campo da ética, por falta de elementos valorativos comuns.

Existem regras hoje para a política internacional? Esta é a pergunta fundamental, de que se ocupa Jose Blanes Sala em “Uma Reflexão Jurídica Sobre o Papel das Idéias e dos Valores na Política Internacional da Atualidade”. Segundo Sala, é neste sentido que a Carta das Nações Unidas, em 1945, direciona grande parte do seu conteúdo, introduzindo na organização político social do mundo do pós-guerra um novo espaço político e jurídico internacional,

[...] a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, da dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos [...], conforme reza o seu preâmbulo.

O ponto básico da reflexão apontada por Sala é o de que o inegável papel das idéias e dos valores na confecção de norma jurídicas aptas a regulamentarem as mais diversas decisões de política internacional, influencia decisivamente o arcabouço jurídico surgido nesse contexto, em que os contatos entre as nações tornam-se mais amplo, e a diversidade mais evidente no cotidiano. O auxílio prestado por esta abordagem e o espaço aberto para o respeito à diversidade de interesses de tipo político, econômico e cultural, conspiram a favor da legitimação do direito internacional, embora não sem inúmeros percalços, baseados em um conjunto de regras comuns que seja resultado de um amplo diálogo em que a filosofia e as religiões deverão contribuir com as respectivas idéias e valores na conformação do sistema internacional.

Idéias e cultura nas relações internacionais

CAPÍTULO 6

Choque de civilizações: uma ideologia nacional na ordem global

Luis Fernando Ayerbe¹

CULTURA E INTERESSE NACIONAL

[...] dadas as forças domésticas em favor da heterogeneidade, diversidade, multiculturalismo e divisões raciais e étnicas, os Estados Unidos, mais do que a maioria dos países, talvez necessitem de um outro a quem se opor para que consigam manter-se unidos. Dois milênios atrás, em 84 a.C., quando os romanos completaram a conquista do mundo derrotando os exércitos de Mitridates, Sula colocou a mesma questão: 'Agora que o universo não nos proporciona mais nenhum inimigo, qual será o destino da República?'. A resposta veio logo em seguida, com o colapso da república poucos anos depois. (HUNTINGTON, 1997a, p.13).

Em artigo publicado na revista *Foreign Affairs*, Huntington (1993) propõe uma nova abordagem sobre a dinâmica das relações internacionais, desencadeando um amplo debate. Na sua caracterização da Ordem Mundial, quatro aspectos destacam-se: 1) a derrota do principal inimigo do capitalismo, promotor de um sistema econômico que questionava a propriedade privada dos meios de produção; 2) a disseminação global da lógica do mercado; 3) o controle das instituições econômicas multilaterais (FMI, Banco Mundial, OMC) pelos países do capitalismo avançado; 4) a conquista da superioridade militar por parte da OTAN.

Nesse contexto, considera que as principais fontes de conflito na ordem em configuração não serão políticas, ideológicas ou econômicas, elas virão das linhas que separam as diversas culturas e civilizações: ocidental, confuciana, japonesa, islâmica, hindu, eslava ortodoxa, latino-americana e africana.

¹ Professor do Departamento de Economia da Unesp-Araraquara e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Unesp, Unicamp e PUC/SP - ayerbe@fclar.unesp.br. Este ensaio retoma análises apresentadas anteriormente em Ayerbe (2003).

Da perspectiva de Huntington, a noção de que a derrota do inimigo soviético elimina o último obstáculo ao avanço triunfal da democracia liberal, do capitalismo de mercado e dos valores da civilização ocidental é questionável. “A história ainda não chegou ao fim. O mundo não é um só. As civilizações unem e dividem a humanidade. As forças geradoras do choque entre civilizações só podem ser contidas se forem reconhecidas.” (HUNTINGTON 1993, p.104).

Os parâmetros que pautariam esse reconhecimento são delimitados no livro *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*, em que define a civilização como:

O mais alto agrupamento cultural de pessoas e o mais amplo nível de identidade cultural que as pessoas têm daquilo que distingue os seres humanos das demais espécies. Ela é definida por elementos objetivos comuns, tais como língua, história, religião, costumes, instituições e pela auto-identificação subjetiva das pessoas (HUNTINGTON ,1997b, p. 47-48).

Numa ordem mundial em que as principais fontes de conflito são de origem cultural, a afirmação de identidades adquire especial relevância, implicando em desdobramentos específicos na definição do interesse nacional. Referindo-se aos Estados Unidos, Huntington (1997^a, p. 12) destaca a necessidade de se estabelecer “uma concordância quanto à natureza do país cujos interesses devem ser definidos. O interesse nacional decorre da identidade nacional. Precisamos saber quem somos antes de podermos saber quais são os nossos interesses.” No entanto, “nós só sabemos quem somos quando sabemos quem não somos e, muitas vezes, quando sabemos contra quem estamos.” (HUNTINGTON, 1997b, p. 20).

Para o autor, os dois pilares que dão sustento à identidade dos Estados Unidos, a cultura e o credo, estariam enfrentando um processo de fragilização.

[...] ‘a cultura’ compreende os valores e as instituições dos primeiros colonos[...] Essa cultura incluía [...] a língua inglesa e as tradições relativas tanto ao relacionamento entre a Igreja e o Estado como ao lugar do indivíduo na sociedade[...] O segundo componente da identidade americana foi um conjunto de idéias e princípios universais, expressos nos documentos fundadores escritos pelos primeiros líderes americanos: liberdade, igualdade, democracia, constitucionalismo, liberalismo, governo limitado e iniciativa privada. (HUNTINGTON 1997a, p. 12)

Com o fim da Guerra Fria, desaparece o “outro” que encarnava a negação dos princípios do Credo e justificava a necessidade de uma postura

nacional coesa e militante. As transformações demográficas, com novas ondas migratórias predominantemente de população de origem hispânica e asiática, influenciam mudanças raciais, religiosas e étnicas que podem colocar obstáculos à tradicional capacidade do país de assimilar outras culturas. Nessa perspectiva, a afirmação da identidade requer uma nova demarcação das fronteiras em relação aos outros.

Essa tarefa tem dimensões internacionais e domésticas. O mundo das civilizações é um campo de muitas incertezas, em que a ação dos atores responde a diversos tipos de racionalidades, muito mais complexas do que a lógica bipolar da Guerra Fria. Conhecer-se e conhecer os outros exige cautela. Na política externa, Huntington recomenda uma postura não intervencionista. Os Estados Unidos devem reconhecer os espaços civilizacionais e os seus respectivos Estados-núcleos, evitando o envolvimento nos conflitos internos das outras civilizações.

A sobrevivência do Ocidente depende de os norte-americanos reafirmarem sua identidade ocidental e de os ocidentais aceitarem que sua civilização é singular e não universal, e se unirem para renová-la e preservá-la diante de desafios por parte das sociedades não-ocidentais. Evitar uma guerra global das civilizações depende de os líderes mundiais aceitarem a natureza multicivilizacional da política mundial e cooperarem para mantê-la. (HUNTINGTON, 1997b, p. 19).

Na área doméstica, além dos efeitos da imigração já apontados, Huntington dá destaque à postura de intelectuais e movimentos sociais que, em nome do multiculturalismo, atacam a filiação dos Estados Unidos ao Ocidente e defendem programas de cotas no acesso ao emprego e à educação, apoiando-se em critérios que favorecem grupos que se consideram historicamente discriminados pela elite branca, anglo-saxônica e protestante (WASP).

Em vez de tentar identificar os Estados Unidos com outra civilização, porém, eles desejam criar um país de muitas civilizações, o que equivale a dizer um país que não pertence a nenhuma civilização e que carece de um núcleo cultural. [...] Uns Estados Unidos multicivilizacionais não serão os Estados Unidos, e sim as Nações Unidas. Os multiculturalistas também contestaram um elemento fundamental do Credo norte-americano, ao substituir os direitos dos indivíduos pelos direitos dos grupos, definidos sobretudo em termos de raça, etnia, sexo e preferência sexual. (HUNTINGTON 1997b: p. 389-90).

Complementando a proposta de uma postura de retração internacional para os Estados Unidos, o autor defende políticas internas que limitem a imigração, e a criação de programas de Americanização capazes de promover maiores laços de identificação dos imigrantes com a identidade nacional. (HUNTINGTON 1997a, p. 19).

A “CIVILIZAÇÃO” LATINO-AMERICANA E O OCIDENTE

Na sua lista de civilizações realmente existentes, Huntington (1997b) inclui uma civilização latino-americana, embora não apresente uma caracterização sistemática das suas especificidades:

Ela teve uma cultura corporativista, autoritária, que existiu em muito menor grau na Europa e não existiu em absoluto na América do Norte. A Europa e a América do Norte sentiram, ambas, os efeitos da Reforma e combinaram as culturas católica e protestante. Historicamente, embora isso possa estar mudando, a América Latina sempre foi católica. A civilização latino-americana incorpora culturas indígenas, que não existiram na Europa, foram efetivamente eliminadas na América do Norte e que variam de importância no México, América Central, Peru e Bolívia, de um lado, até a Argentina e o Chile, de outro [...] A América Latina poderia ser considerada ou uma subcivilização dentro da civilização ocidental ou uma civilização separada, intimamente afiliada ao Ocidente e dividida quanto a seu lugar é ou não no Ocidente. (HUNTINGTON 1997b: p. 52)

Apesar da sua percepção positiva em relação às mudanças políticas e econômicas das décadas de 1980 e 90, considera que a América Latina e o Caribe continuam apresentando riscos para a segurança dos Estados Unidos.

Para Huntington (1997b, p. 397) “estimular a ‘ocidentalização’ da região e, no máximo que for possível, um estreito alinhamento dos países latino-americanos com o Ocidente” é do interesse dos Estados Unidos e da Europa. Indicadores importantes de “ocidentalização” seriam a liberalização política e econômica e a ascensão do protestantismo.

O caminho empreendido pelo México a partir das reformas implementadas por Carlos Salinas de Gortari, especialmente a abertura econômica e o ingresso ao Tratado de Livre-Comércio da América do Norte (NAFTA), apontaria uma opção explícita de parte importante das elites mexicanas para transformar o país de “latino-americano em país norte-americano.” (HUNTINGTON, 1997b, p.186).

No entanto, embora os aspectos acima mencionados mostrem uma tendência a ser encorajada no conjunto da região, Huntington (1997b) identifica algumas áreas de atrito.

As principais questões conflituosas entre a América Latina e o Ocidente, este último significando na prática os Estados Unidos, são imigração, drogas e terrorismo relacionado com drogas, e integração econômica (isto é, admissão de países latino-americanos no NAFTA versus expansão de agrupamentos latino-americanos, como o Mercosul e o Pacto Andino). Como indicam os problemas que surgiram com respeito à participação do México no NAFTA, o casamento das

civilizações latino-americana e ocidental não será fácil, devendo provavelmente ir tomando forma por boa parte do século XXI e podendo jamais se concretizar. (HUNTINGTON, 1997b, p. 304-305).

No âmbito doméstico, visualiza um desafio associado ao aumento da presença hispânica. Seja por causa da sua expansão demográfica, maior que a de outros grupos étnicos nacionais, ou devido à difusão de valores e atitudes que rejeitam supostos pilares básicos da sociedade anglo-protestante, especialmente o inglês como língua comum e a valorização da educação e o trabalho duro como condutas que conduzem à riqueza material, Huntington conclui que o crescimento da população latino-americana, especialmente mexicana, tende a converter-se numa das ameaças à cultura original da nação americana.

A continuidade de altos níveis de imigração mexicana e hispânica somado aos baixos índices de assimilação desses imigrantes à sociedade e à cultura americanas poderia eventualmente transformar a América num país de dois idiomas, duas culturas, e dois povos ... Existe apenas o sonho americano criado por uma sociedade Anglo-Protestante. Os mexicano-americanos compartilharão esse sonho e essa sociedade somente se sonharem em inglês. (HUNTINGTON, 2004, p. 256)

A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS ANTES E APÓS O 11 DE SETEMBRO

Analisando a inserção internacional dos Estados Unidos após o fim da Guerra Fria, Huntington identifica três etapas: 1) um breve momento unipolar, tipificado na ação unilateral na Guerra do Golfo, 2) um sistema unimultipolar em andamento, que prepara a transição para uma 3) etapa multipolar. No contexto atual, o autor percebe uma contradição entre o sistema unimultipolar e a política externa adotada a partir do governo Clinton, que mantém características típicas da unipolaridade, numa postura imperialista que provoca a insatisfação dos aliados tradicionais e estimula a solidariedade entre os adversários. Essa política se expressa em ações bastante evidentes como:

Pressionar outros países a adotar valores e práticas norte-americanas no que diz respeito aos direitos humanos e à democracia; evitar que outros países adquiram capacidade militar que possa constituir um desafio à superioridade de seu arsenal de armas convencionais; impor o cumprimento de suas próprias leis fora de seu território a outras sociedades; atribuir classificações aos países de acordo com seu grau de aceitação aos padrões norte-americanos no que concerne a direitos humanos, drogas, terrorismo, proliferação de armas nucleares e de mísseis ou, mais recentemente, liberdade de religião; aplicar sanções aos países que não atendam tais padrões; promover os interesses empresariais norte-americanos sob a bandeira do livre comércio e da abertura de mercados; influenciar as políticas do Banco

Mundial e do Fundo Monetário Internacional segundo esses mesmos interesses corporativos; intervir em conflitos locais de pouco interesse direto para o país; impor a outros países a adoção de políticas econômicas e sociais que beneficiarão os interesses econômicos norte-americanos; promover a venda de armas para o exterior ao mesmo tempo procurando evitar vendas de natureza semelhante por parte de outros países. (HUNTINGTON, 2000, p. 15)

Esse tipo de política pode trazer conseqüências danosas para Estados Unidos. Em entrevista ao *New York Times*, Huntington analisa as motivações que estariam na base dos atentados do 11 de setembro, em que destaca os impactos da globalização e da expansão do modo de vida ocidental na geração de altos índices de ressentimento no mundo islâmico, especialmente entre a população mais jovem e educada:

As pessoas envolvidas nos movimentos fundamentalistas, islâmicos ou outros, com freqüência são pessoas com formação superior. A maioria delas não se torna terroristas, é claro. Mas estes jovens ambiciosos e inteligentes aspiram empregar sua formação em uma economia moderna, desenvolvida, e ficam frustrados com a falta de empregos, com a falta de oportunidades. Eles também são pressionados pelas forças da globalização e o que consideram como imperialismo ocidental e dominação cultural. Obviamente eles se sentem atraídos pela cultura ocidental, mas também são repelidos por ela (STEINBERGER, 2001, p. 13).

No entanto, apesar desse reconhecimento das contradições presentes no processo de globalização, Huntington não vê possibilidades de alteração do quadro a partir de uma mudança na postura dos Estados Unidos em relação ao mundo islâmico. O apoio a regimes democráticos que respeitem os direitos humanos pode resultar contraproducente.

Os receios expressados por Huntington remetem para uma situação de difícil equacionamento: os fundamentalistas do islamismo e do *american way of life* partilham da mesma percepção sobre o vínculo entre a universalização da democracia liberal e a ocidentalização do mundo. Referindo-se ao debate sobre as posições que deverão ser assumidas na defesa dos interesses nacionais do país no contexto inaugurado pela "guerra global contra o terrorismo", o autor sistematiza três abordagens diferentes: 1) Cosmopolita, que envolveria a renovação das concepções favoráveis à abertura ao mundo prévias ao ataque terrorista; 2) Imperial, que vincula aos sectores neoconservadores presentes no governo Bush, que defendem a estruturação do mundo a imagem e semelhança do *american way of life*; 3) Nacional, próxima da sua própria perspectiva, que busca preservar e enaltecer os valores, princípios e qualidades que estariam presentes nas origens da construção da nação.

O cosmopolitismo e o imperialismo procuram reduzir ou eliminar as diferenças sociais, políticas e culturais entre a América e as outras sociedades. Uma abordagem nacional reconheceria e aceitaria aquilo que distingue a América de outras sociedades. A América não pode pretender ser o mundo e continuar sendo América. Outras pessoas não podem querer se converter em americanos e continuar sendo eles mesmos. A América é diferente, e essa diferença é em grande parte definida pela sua cultura Anglo-Protestante e a sua religiosidade. (HUNTINGTON, 2004, p. 364-365)

AS FRONTEIRAS CIVILIZACIONAIS DA NOVA ORDEM GLOBAL: HUNTINGTON E SEUS CRÍTICOS

A grande repercussão das teses de Huntington nos debates sobre a nova configuração das relações internacionais após o fim da bipolaridade, não esteve isenta de controvérsias, especialmente em relação aos seus desdobramentos na política exterior dos Estados Unidos. Destacaremos duas linhas de crítica que consideramos representativas dos principais questionamentos à abordagem do *Choque de civilizações*: 1) ausência de rigor nos conceitos e na tipificação das características classificatórias das civilizações; 2) a adoção de um culturalismo com nítidas conotações ideológicas, a serviço de interesses dominantes.

Para Jean Kirkpatrick (1994, p. 155-156), cientista política de filiação neoconservadora,²

Se uma civilização se define por elementos objetivos comuns como língua, história, religião, costumes e instituições e, subjetivamente, por identificação, e se é a mais ampla coletividade com a qual os indivíduos se identificam profundamente, por que distinguir a civilização "latino-americana" da civilização "ocidental"? Como América do Norte, a América Latina é um continente colonizado por europeus que trouxeram com eles línguas européias e uma versão européia da religião judaico-cristã, das leis, da literatura e dos papéis sexuais. [...] E o que é a Rússia, senão ocidental? As designações leste-oeste da Guerra Fria faziam sentido em contexto europeu, mas em contexto global os povos eslavos ortodoxos são europeus que compartilham a cultura européia. A teologia e a liturgia ortodoxa, o leninismo e Tolstói são expressões da cultura ocidental.

Para ela, as diferenças entre civilizações não são fator central de conflito, destacando as que existem no interior das mesmas, confrontando principalmente extremismos totalitários e defensores da modernização e do império da lei.

² Durante a administração de Ronald Reagan, Kirkpatrick ocupou o cargo de representante dos Estados Unidos nas Nações Unidas.

Na mesma linha de questionamento, embora adotando uma perspectiva crítica da tradição imperialista ocidental, Shahid Alam³ coloca em dúvida a validade empírica dos critérios de diferenciação das oito civilizações destacadas por Huntington em termos de normas, valores, instituições e modos de pensar. Para ele, “não há lugar na taxonomia de Huntington para Tailândia, Cambodia, Laos, Myanmar, Sri Lanka, ou Tibet”. (2002)

Para Alam, a caracterização de Huntington, com a única exceção da civilização islâmica, aproxima-se das noções ocidentais de “raça”: “O Ocidente com o Germânico, o Ortodoxo com o Eslavo, o Latino-americano com o Mestiço (embora suas elites são quase que inteiramente brancas), o Chinês e o Japonês com a ‘raça amarela’, o Índio com o Caucásico escuro, e o Africano com o Negro”. (op. cit.) Avançando no questionamento da validade empírica dessa abordagem, Alam nos lembra da forte identificação entre Estados e civilizações nos casos do Japão, da Índia, e da China. Em relação aos Estados Unidos e a Rússia, destaca sua participação com um terço e a metade das populações das suas respectivas civilizações.

Com base nessa análise, o autor conclui que o *Choque de Civilizações* está mais para a ideologia do que para a ciência, expressando interesses dominantes:

Nossa capacidade para acreditar em narrativas, incluindo aquelas absolutamente ridículas, depende de como estas servem os nossos interesses individuais e coletivos. Muitas das histórias que os cientistas sociais tecem sobre raça, cultura, desenvolvimento econômico, livre mercado e livre comércio, enquanto sejam vistas nas suas cores verdadeiras são inverossímeis, inclusive grotescas. Mas ao servir interesses poderosos, garantem sua sobrevivência. (HUNTINGTON, 1997b.)

Adotando a mesma perspectiva de associação entre culturalismo e ideologia, Fredric Jameson e Edward Said apontam para outros desdobramentos importantes da abordagem de Huntington. O enaltecimento das virtudes da “civilização ocidental” em detrimento do “resto”, influencia posturas isolacionistas na política externa dos Estados Unidos e fornece argumentos às interpretações maniqueístas dos conflitos pós-guerra fria. O principal exemplo seriam as associações entre terrorismo e islamismo que orientam boa parte das abordagens dos atentados de 11 de setembro. Para Jameson (2001, p. 30):

³ Shahid Alam, professor de economia da Northeastern University, tem se destacado nos Estados Unidos como um dos intelectuais que se posicionam abertamente a favor da Jihad islâmica, estabelecendo paralelos entre os seus militantes e os pais fundadores dos Estados Unidos, iguados na luta pela liberdade contra os seus opressores.

Samuel Huntington surge - talvez pelas piores razões - como um opositor inflamado das pretensões ao universalismo dos Estados Unidos. ... Em parte isso é devido ao fato de que Huntington é uma nova espécie de isolacionista e, também, porque ele acredita que o que podemos considerar como valores ocidentais universais, aplicáveis em toda parte - a democracia eleitoral, o império da lei, os direitos humanos - não estão enraizados em nenhuma natureza humana eterna, mas são, de fato, valores específicos de uma cultura, a expressão de uma constelação particular e específica de valores - os valores americanos - entre outras coisas.

Jameson (2001) chama a atenção para a ausência, nas suas críticas à globalização, da dimensão econômica, enfatizando basicamente aspectos diplomáticos e militares. Dessa perspectiva, o viés culturalista tende a ocultar o significado fundamental da dinâmica capitalista no processo de universalização do *American way of life*.

No que se refere às repercussões da abordagem de Huntington após o 11 de setembro, Said destaca a materialização das suas idéias em argumentos políticos que enaltecem a superioridade ocidental e justificam sua hegemonia:

O paradigma básico de Ocidente contra o resto (a oposição da guerra fria reformulada) continua intacto, e isto é o que tem persistido, freqüentemente de forma insidiosa e implícita, nas discussões posteriores aos terríveis acontecimentos do 11 de setembro... Em vez de vê-los tal qual são – a apreensão de grandes idéias ... para propósitos criminosos por um minúsculo bando de fanáticos enlouquecidos – personalidades internacionais como a ex-Primeira Ministra paquistanês Benazir Bhutto e o Primeiro Ministro italiano Silvio Berlusconi têm insistido sobre as dificuldades do Islã e, no caso deste último, utilizou as idéias de Huntington para declamar sua retórica sobre a superioridade de Ocidente. (JAMESON, 2001).

As teses sobre a “ameaça hispânica” receberam duras críticas, principalmente de intelectuais latino-americanos que denunciaram os componentes racistas e fascistas inerentes a esse tipo de abordagem. De acordo com Carlos Fuentes, o desafio construído por Huntington atualiza um ideário que historicamente reivindicou a pureza e o predomínio no interior de Estados Unidos de uma elite branca, anglo-saxônica e protestante, manifesto em frases como “O melhor Índio é o Índio morto”, “O melhor negro é o negro escravo”, “A ameaça amarela”, “A ameaça vermelha” e, agora, “A ameaça marrom”.

Nesse mundo a cores de culturas em conflito, Fuentes (2004) inverte as hierarquias: “nos somos ganhadores, não perdedores. O perdedor é Huntington, isolado na sua terra imaginária de pureza racial de anglo-falantes, brancos e Protestantes.”

UM IDEÓLOGO DO INTERESSE NACIONAL DOS ESTADOS UNIDOS

Sem desconsiderar a validade dos questionamentos apresentados na seção anterior, se avaliada à luz da sua intencionalidade explícita de defesa dos interesses nacionais dos Estados Unidos, a análise de Huntington apresenta uma racionalidade estratégica de longo alcance que nos parece relevante.

Parte importante das suas críticas à política externa do país se dirige aos efeitos contraproducentes da ação integrada envolvendo o governo, setor privado e organismos multilaterais. A imposição de modelos econômicos, que, em nome da liberdade de mercado, promovem basicamente a maximização dos lucros das empresas norte-americanas no exterior, pode ter conseqüências danosas nos países e regiões com menor capacidade de adaptação à competição global.

Na ausência de uma superpotência inimiga do sistema, os apoios incondicionais e a noção de “guardião do mundo livre” perdem significado. Os assuntos mundiais ganham outra dimensão; perdas e danos na concorrência por mercados, ou situações de desequilíbrio político geradoras de conflitos regionais, deixam de ser vistas com lentes ideológicas. Nesse contexto, assumir perspectivas missionárias pode levar a última superpotência a um processo de isolamento. A administração da hegemonia exige um cuidadoso trabalho de geração de novas alianças e tratamento negociado das divergências, buscando amenizar ou, no melhor dos casos, eliminar o caráter antagônico das contradições, o que torna contraproducentes as posturas arrogantes e intervencionistas.

Para Huntington após as vitórias da Guerra Fria, não há nada decisivo a ser conquistado. Numa perspectiva histórica de longa duração, o novo desafio é evitar o destino do Império Romano. Isso explica sua grande preocupação com a fragilização dos pilares de sustentação da identidade dos Estados Unidos, que ameaçariam a continuidade da nação.

No âmbito internacional, a crescente ampliação do abismo entre a riqueza e a pobreza, uma das tendências da atual realidade mundial sobre a qual existe bastante consenso, sinaliza que a prosperidade anunciada pela vitória do capitalismo liberal é estruturalmente restrita. Desta perspectiva, qual o sentido de estimular expectativas sobre a inevitável disseminação global do *american way of life*?

Uma postura pragmática orientada à defesa de interesses circunscritos a uma nação não pode se prender a princípios que reivindiquem a universalidade. Nesse aspecto, Huntington não deixa dúvidas. As ações

afirmativas em favor do multiculturalismo representam uma ameaça a Estados Unidos, neste caso, recomenda políticas internas de assimilação. Ao mesmo tempo, defende uma política externa que vai em sentido contrário, delimitando fronteiras culturais a partir de uma concepção multicivilizacional das relações internacionais.

É com base nesses pressupostos que critica explicitamente a abordagem do “fim da história”, típica da tradição imperial do Ocidente, que prescreve ao resto do mundo modos universais de convívio humano. Se bem considera essa perspectiva válida em outros contextos históricos, ajudando a promover sua expansão, deixou de ser aconselhável. No plano internacional, pelas conseqüências antes mencionadas, internamente, porque estimula um clima intelectual propício à acomodação no desfrute da vitória e à perda de vigilância em relação aos inimigos.

Idéias e cultura nas relações internacionais

Capítulo 7

Diálogo internacional na crise da universalidade dos valores

Clodoaldo Meneguello Cardoso¹

Nossa contribuição, para esta Mesa² sobre valores nas relações internacionais, é trazer algumas idéias do campo da ética, construídas pelo pensamento filosófico ocidental, que possam oferecer luz para análise sobre as possibilidades do diálogo internacional – político ou estritamente cultural – , no contexto da propalada crise da universalidade de valores. O tratamento do pensamento filosófico será feito, obviamente, de modo abrangente para atender aos objetivos do evento do Curso de Relações Internacionais.

Num primeiro momento, pretendemos mostrar que na história da ética ocidental predominou a concepção de que determinados valores fundantes da moral e costumes possuem um caráter universal a priori, ou seja, são válidos necessariamente para toda a humanidade e por todo sempre. Tal visão trans-histórica da ética, hegemônica no pensamento metafísico ocidental, justificou ideologicamente o projeto de mundialização da cultura ocidental. Guerras, invasões e dominações foram, pois, a marca distintiva da relação entre a Europa e os outros povos. A seguir, veremos como a universalidade dos valores foi ferida de morte por Nietzsche, tornando a crítica axiológica um discurso constante no pensamento filosófico do século XX.

¹ Professor de Filosofia e Ética na Comunicação, Unesp de Bauru-SP. Autor do livro: *Tolerância e seus limites*. São Paulo, Editora da Unesp.

² O texto refere-se à comunicação na Mesa: "O Papel das Idéias e dos Valores na Política Internacional", da "III Semana de Relações Internacionais: Idéias e Cultura nas Relações Internacionais", ocorrida na Unesp de Marília-SP, de 22 a 26.08.2005.

Com isso, vivemos hoje um paradoxo no campo da ética. De um lado, novas idéias defendem a bandeira do diálogo, da democracia, e do respeito à diversidade. Por outro, a relativização radical dos valores pode impedir o estabelecimento do diálogo entre os povos, no campo da ética, por falta de elementos valorativos comuns. Finalizarei o percurso, mostrando como Habermas propõe-nos a pensar a superação deste impasse com a idéia da universalidade dos valores a posteriori, no interior da teoria da ação comunicativa.

Num mundo de redes globais de informação instantânea, torna-se explícito o paradoxo ético (dominação e reconhecimento) próprio da comunicação como outro. Ou seja, se adotamos valores universais com o fundamento e condição do diálogo, corremos o risco da atitude de dominação e exclusão do outro. Se simplesmente respeitamos e acatamos a diversidade cultural podemos perder possíveis elos comuns com outro, condição a priori para o estabelecimento do diálogo. Por esta e outras razões que a temática “crise dos universais” é tão cara ao pensamento filosófico contemporâneo desde o start dado por Nietzsche no final do século XIX e já prenunciada por Marx.

Um dos caminhos para pensar a “crise dos universais” – em especial no campo dos valores – é retomar a própria idéia de universalidade construída no ocidente a partir do pensamento grego. E daí percorrer, a passos largos, o desdobramento desta idéia em alguns pensadores indo até os questionamentos decorrentes da própria estrutura e natureza do pensamento filosófico moderno. Filosofar é colocar em crise, isto é, uma racionalidade cuja natureza é crítica de si mesma. Por fim, pretendemos mostrar o esforço habermariano em apontar condições atuais para a comunicação ética.

Na história da ética ocidental predominou a concepção de que determinados valores fundantes da moral e costumes possuem um caráter universal a priori, ou seja, são válidos necessariamente para toda a humanidade e por todo sempre. Tal visão trans-histórica da ética, hegemônica no pensamento metafísico ocidental, justificou o projeto de mundialização da cultura ocidental. Guerras, invasões e dominações foram, pois, a marca distintiva da relação entre a Europa e os outros povos.

A filosofia grega, em especial a de Platão e Aristóteles, construiu uma ética com valores universais, uma vez que as idéias de bem e de felicidade estavam fundadas na racionalidade da própria natureza. Da atividade contemplativa da natureza e do universo povoado de estrelas e planetas, o olhar do pensador grego captou sensações de ordem, harmonia, serenidade, estabilidade e perenidade, até mesmo nos movimentos circulares e de aparente eterno retorno: vida-morte; dia-noite; estações do ano etc. A partir daí a filosofia

concebeu sua idéia de universo como *kósmos*, que em grego significa um todo, acabado, perfeito, imutável em sua totalidade e racionalmente ordenado.

São estas as características do bem supremo que se identifica com o Ser em sua plenitude, para qual todos os seres tendem naturalmente. O "*bem é aquilo a que todas as coisas visam*", afirma Aristóteles (2001, p. 18). As plantas, por exemplo, em seu movimento de crescimento estão a caminho da sua plenitude de ser, ou seja, de seu bem, que reside na realização perfeita de sua *função*.³ O mesmo ocorre com a atividade dos animais. Nela reside a essência de cada animal. Um gato é plenamente gato ao desenvolver toda sua potencialidade de agir como gato. Portanto, atingir o bem significa a realização plena da natureza de cada ser. E isso vale também para o ser humano.

O bem para o ser humano – a felicidade e, por conseqüência, o comportamento virtuoso – está na perfeita realização de sua função essencialmente humana. Todo o pensamento filosófico hegemônico na Grécia antiga vê "*na atividade vital do elemento racional*", a qualidade do ser humano por excelência. Por isso, para Aristóteles (2001, p. 201),

[...] se a felicidade consiste na atividade conforme a excelência, é razoável que ela seja uma atividade conforme a mais alta de todas as formas de excelência, e esta será a excelência da melhor parte de cada um de nós. Se esta parte melhor é o intelecto [...] esta atividade é contemplativa.

Este caminho virtuoso do homem significa estar em conformidade com a ordem natural do cosmo e agir segundo a vontade racional. É um esforço pessoal e coletivo de formação do caráter moral, em que a razão tem sob seu controle os sentimentos e paixões. No diálogo Fedro, Platão (1979, p. 274) chega a metaforizar o domínio racional no exercício da virtude falando de um cocheiro (razão) que controla dois cavalos desenfreados (sentimentos e instintos). Agindo assim a racionalidade subjetiva do homem estará refletindo a racionalidade objetiva do cosmo, fundamento último da verdade e dos valores.

Portanto, no pensamento grego, o Ser (cosmo), a Verdade (logos), o Belo (harmonia) e o Bem (excelência, plenitude) são sinônimos. E a universalidade dos valores é garantida por dois fundamentos: o racionalismo e o naturalismo.⁴

³ Em *Ética a Nicômacos* a idéia de *função* é importante na compreensão da ética essencialista de Aristóteles. Partindo de atividades artísticas, por exemplo, como a do flautista e a do escultor, cujo bem é a realização perfeita de sua função, o filósofo vê que " para tudo que tem uma função ou atividade (...) o bem e a perfeição residem na função..." (Cf. Aristóteles, 2001, p. 24)

⁴ Sobre este fundamento os iluministas, no século XVIII, vão conceber a idéia de que existem alguns valores e direitos que são naturais e, portanto, universais.

Sendo racional, o valor é matéria de convencimento argumentativo no diálogo com o outro, pensava Sócrates. Todavia, a pretensa racionalidade dos valores dos filósofos concedia ao grego o direito de classificar os não-gregos de bárbaros, de excluí-los do debate político e escravizá-los a uma vida voltada ao trabalho corporal e não à atividade intelectual contemplativa.

Na Idade Média, o catolicismo vem reforçar a existência de valores universais no pensamento ocidental, uma vez que constrói uma ética da *interioridade*, ou seja, uma ética fundada na relação pessoal com Deus pautada pela fé e obediência, e que se propõe ultrapassar qualquer fronteira étnica, social ou cultural. Diferentemente das tradições religiosas, identificadas com um povo e uma cultura, o cristianismo nasce como religião do indivíduo e, portanto, com a missão de tornar-se a religião de todos os indivíduos⁵. E mais, o bem supremo do ser humano, sendo o próprio Deus revelado, torna-se verdade inquestionável. Assim, a vontade divina passa a justificar a vontade humana de ambição e poder. E a história nos mostra que os valores absolutos religiosos impediram o diálogo entre os povos e a intolerância alimentou ódio, guerras e destruição.

Na modernidade ocidental, a universalidade dos valores recebe sua legitimação tanto pela fé quanto pela razão: dois fundamentos que ora de harmonizam, ora se confrontam. O racionalismo cartesiano, por exemplo, realiza um esforço argumentativo para identificar razão e fé, opondo-se às posições epistemológicas do pensamento científico experimental embrionário. Na terceira de suas *Meditações*, Descartes (1962, p. 136-58) expõe uma prova a existência de Deus pela via da lógica e, ao mesmo tempo, demonstra que o ser supremo é quem valida a própria lógica. Assim Descartes habilmente abre a porta da modernidade para a Igreja e seus valores universais.

Por outro lado, o fenômeno da modernidade é justamente a emancipação do homem pela razão, o que somente poderia ocorrer se a própria razão se emancipasse da tutela da fé e se tornasse autônoma para buscar e provar por si mesma as verdades. A razão humana, agora fundada na matemática e na experimentação, passa a ser o paradigma para todas as profundas mudanças da modernidade. O processo de racionalização que invade todas as esferas da vida social e padroniza a leitura da natureza, o espaço urbano, os costumes, enfim a consciência humana.

Neste processo, a razão moderna se coloca como fundamento último da ética, resgatando a universalidade dos valores construída desde a antiguidade grega. Todavia, os tempos modernos já são outros. A Reforma e a

⁵ Não é por coincidência que a palavra *katholikós* em grego significa *universal*.

ascensão da burguesia trazem a bandeira da liberdade de pensamento e expressão apontando para uma sociedade pluralista. Como pensar em valores universais na diversidade cultural?

A solução kantiana passa a ser a grande referência da ética moderna. A lei objetiva da razão que funda todos os valores é universal, pois contém apenas *forma* racional e não um *conteúdo* culturalmente determinado: "Age somente de acordo com aquela máxima, pela qual possas ao mesmo tempo querer que ela se torne uma lei universal" (KANT, 1979, p. 121). Em outras palavras: um comportamento é considerado ético quando seu autor o coloca, ao menos intencionalmente, como modelo universal. Portanto, o sentido ético não se define a priori pelo conteúdo do ato, mas pela intenção do sujeito em considerá-lo bom para si e para toda a humanidade. Assim a ética de Kant pretende garantir a idéia de universalidade em um tempo em que a sociedade européia já não podia negar sua diversidade.

No entanto, com a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* em 1789, a universalidade de valores ganha nova sistematização, não apenas formal, mas também de conteúdo. Apresentados como *naturais* e *imprescindíveis*, determinados valores, foram considerados válidos universalmente e parâmetro para a boa convivência entre os indivíduos.⁶ Tomemos, por exemplo, dois deles: a liberdade e a propriedade. Qual o sentido dado à propriedade pela cultura européia iluminista? A idéia de propriedade é a mesma para a burguesia do século XVIII e para os povos indígenas das Américas? Certamente não. Na Europa o direito à propriedade estava ligado à noção de cidadania ativa, e o ser humano era definido como um ser solvente, ou seja, alguém capaz de trabalhar, vender, consumir e pagar impostos.

Até mesmo na *Declaração Universal dos Direitos Humanos* de 1948, o valor "liberdade" dá ênfase à liberdade de pensamento, opinião e expressão; à rejeição da violência física e da dominação e à proteção à vida privada. Tudo isso circunscrito à esfera do indivíduo. Não se fala da opressão da fome, da pobreza, do analfabetismo e da dependência econômica que impedem a liberdade e a autonomia das nações exploradas pelas grandes potências econômicas. Daí os comportamentos paradoxais que utilizam os direitos humanos para encobrir interesses econômicos e políticos. George W Bush invade e destrói o Iraque em nome da liberdade e os insurgentes explodem bombas em mesquitas e mercados públicos também em defesa da liberdade.

⁶ Cf. Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em seus dois primeiros artigos: "I - Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos; as distinções sociais não podem ser baseadas senão na utilidade comum. II - O objetivo de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem; esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão."

Mais uma vez a cultura ocidental olha-se no espelho e vê nele toda a humanidade. Por isso, o que se estabelece, muitas vezes, com os povos do oriente, até os dias atuais, não é um diálogo intercultural, mas um monólogo sobre valores que se identificam com a cultura ocidental.

Em síntese, na história moderna, determinados valores da civilização européia foram concebidos como naturais e, conseqüentemente, universais. Estes – legitimados pela fé ou pela razão – justificaram os objetivos econômicos e políticos de dominação, exploração e exclusão dos povos colonizados, pelo colonizador europeu. No lugar do diálogo com os povos considerados *diferentes* e do reconhecimento deles, como realmente um Outro, na expressão de Dussel (1942, p. 32), o que predominou foi violência e morte.

Entretanto, a crise da universalidade de valores da cultura ocidental não foi provocada pelo contato e confronto com culturas orientais, mas pela postura reflexiva e crítica que a razão ocidental adquiriu na modernidade. A autonomia da razão implica necessariamente na postura crítica sobre si mesma, questionando a natureza, os objetivos e os limites do próprio conhecimento racional.

Este propósito já estava presente na filosofia kantiana. Como vimos a universalidade dos valores éticos foi garantida em seu aspecto formal; todavia, Kant limitou o conhecimento humano à faculdade do intelecto que faz uso de conceitos puros aplicando-os aos dados da sensibilidade e, portanto, mantendo-se no horizonte da experiência. O conhecimento científico é universal, porém fenomênico. Por isso, a razão metafísica que vai além da experiência não pode atingir um *conhecimento* da realidade em si ou absoluta. Podemos somente pensá-la, porém para conhecê-la a razão necessitaria de atuar sobre percepções externas referentes à realidade universal o que é impossível. Assim idéias de “universo” e “Deus”, por exemplo, têm valor apenas de síntese ou referência de juízo ético e não de conhecimento. Ao questionar o valor do conhecimento metafísico, Kant abre um caminho para se colocar em cheque a validade universal do conteúdo dos próprios valores.

No século XIX, Karl Marx traz também sua contribuição para a análise crítica da universalidade de determinados valores estabelecidos pela racionalidade ocidental. Embora toda sua teoria tenha sido elaborada a partir dos parâmetros racionais e científicos da modernidade, Marx defende a tese de que numa sociedade de classes, o mundo da cultura, portanto dos valores, não têm a propalada objetividade racional. Os valores construídos em nome da razão expressam na realidade os interesses da classe dominante e, portanto, eles se constituem uma ideologia: visão parcial e distorcida do mundo. E a forma ideológica é justamente apresentá-los como racionais e universais. Um

exemplo clássico: a burguesia ao dar ênfase à liberdade de expressão como direito universal inalienável, não incorpora neste valor, por interesse de dominação, a idéia de libertação de todas as formas e estruturas que oprimem o povo na vida material: exploração salarial, desemprego, pobreza, falta de moradia, de atendimento de saúde, de educação etc. Desse modo, os valores da sociedade burguesa, segundo o marxismo, não tem validade universal, pois refletem a ideologia da classe social opressora.

Todavia, é com Nietzsche que se instaura definitivamente a crise da universalidade de valores estabelecidos pela razão metafísica da civilização ocidental. Como investigador dos alicerces da nossa cultura, ele realiza um percurso arqueológico nos textos filosóficos originários para provar suas teses revolucionárias.

Em primeiro lugar, ele destitui a razão de sua origem divina e de uma finalidade mais elevada. Ela não é a centelha de Deus que diferencia o ser humano dos outros seres da criação e que o possibilita desvendar a verdade absoluta. O intelecto é apenas um instrumento (todo animal tem o seu) “[...] que foi concedido como meio auxiliar aos mais infelizes, delicados e perecíveis dos seres, para firmá-los, um minuto, na existência [...]” (NIETZSCHE, 1983, p. 45). O intelecto não busca a verdade, mas a auto-conservação do homem. Nesta linha de raciocínio, Nietzsche demonstra a arbitrariedade no processo de formação dos conceitos, tidos na tradição filosófica como universais que representam a natureza de cada espécie de seres.

Todo conceito nasce por igualação do não-igual. Assim como é certo que uma folha é inteiramente igual a uma outra, é certo que o conceito de folha é formado por arbitrário abandono dessas diferenças individuais, por um esquecer-se do que é distinto [...] (NIETZSCHE, 1983, p. 47).

A seguir Nietzsche transporta o mesmo raciocínio para o conceito de *honestidade*, mostrando:

[...] que não sabemos nada de uma qualidade essencial que se chamasse ‘honestidade’, mas sabemos, isso sim, de numerosas ações individualizadas, portanto desiguais, que igualamos pelo abandono do desigual e designamos, agora, como ações honestas; por fim, formulamos a partir delas uma qualitas occulta com o nome: “honestidade”. (NIETZSCHE, 1983, p. 48).

Para Nietzsche, portanto, o caráter universal e abstrato dos conceitos – assim como o dos valores – é arbitrário.

Então, qual a origem dos valores morais, indaga Nietzsche. De seus leituras arqueológicas de muitas morais, ele conclui que os valores foram

inventados a partir de dois grandes pontos de vistas: o do forte e o do fraco. Sua condição de *senhor* ou de *escravo* vai determinar o que cada um considera bem, mal, liberdade, justiça, solidariedade etc. Portanto, somente se pode compreender o sentido dos valores no espaço e tempo da cultura. E toda análise interpretativa deve ser feita no chão da história. Desta forma, Nietzsche deixa um grande legado para o século XX, o "*filosofar histórico*",⁷ e fere de morte o pensamento metafísico e seu projeto de uma ética universal.

O século XX será lembrado pelos seus excessos; um deles foi a implosão dos padrões metafísicos na esfera dos valores. Inicia com a quebra dos modelos estéticos com a revolução da Arte Moderna. O valor *Belo*, assentado nos princípios universais de harmonia, equilíbrio e ordem da arte clássica, foi afrontado pela ousadia, dinamismo e risco do dadaísmo, surrealismo, cubismo... (e, mais tarde, pela irreverência musical do Rock in Roll). A seguir, o movimento feminista descobre, pela filosofia existencialista francesa, que não existe uma essência natural e imutável do "ser mulher". A condição feminina de subserviência é decorrente de uma dominação histórica e justificada ideologicamente pela cultura machista hegemônica.

Ao afirmar que - no ser humano - a "*existência precede a essência*" Jean-Paul Sartre oferece fundamentos teóricos para a revolução comportamental dos jovens dos anos 60 que buscavam demolir todos os modelos fixos e universais de autoridade, educação, sexualidade, estética corporal etc. Não há uma essência do homem ou uma natureza humana que determina a priori sua existência histórica. O homem surge no mundo como nada e somente depois se define na sua existência. Ele se inventa e deve assumir a responsabilidade de suas escolhas. Neste sentido não pode haver valores universais naturais válidos para toda a humanidade e de diferentes épocas. Entretanto, Sartre rejeita o relativismo de valores:

[...] podemos dizer que há uma universalidade do homem; mas ela não é dada, é indefinidamente construída. Eu construo o universal escolhendo-me; construo-o compreendendo o projeto de qualquer outro homem, seja qual for sua época. Este absoluto da escolha na suprime a relatividade de cada época. O que o existencialismo toma a peito mostrar é a ligação do caráter absoluto do compromisso livre pelo qual cada homem realiza, realizando um tipo de humanidade [...]. (SARTRE, 1978, p. 17).

Outro aspecto, que abalou os referenciais de universalidade da cultura moderna, foi o forte caráter instrumental da razão científica. A ciência

⁷ "Mas tudo veio a ser; *não há fatos eternos*: assim como não há verdades absolutas. – Portanto, o *filosofar histórico* é necessário de agora em diante, e com ele, a virtude da modéstia." NIETZSCHE, F. *Humano demasiado humano*. p. 92.

ocidental, ao voltar-se para a dominação da natureza, pela compreensão matemática de suas “leis”, reduziu a razão humana um simples instrumento a serviço do lucro e do poder. Em todas as esferas da vida social, discutem-se menos os princípios éticos e os fins últimos das decisões humanas e mais os meios adequados para atingir eficazmente os fins imediatos. Ou seja, a razão não oferece mais verdades objetivas e universais como referências de distinção entre o bem e o mal, apenas nos oferece instrumentos técnicos e metodológicos para atingir os objetivos já estabelecidos pela sociedade produtivista e consumista.

Em *Eclipse da Razão*, Horkheimer indaga sobre o conceito de racionalidade subjacente na cultura industrial contemporânea e acaba por denunciar as conseqüências dessa formalização da razão.

Justiça, igualdade, felicidade, tolerância, todos os conceitos que, como já se disse, foram nos séculos precedentes julgados inerentes ou sancionados pela razão, perderam as suas raízes intelectuais. Ainda permanecem como objetivos e fins, mas não há mais uma força racional autorizada para avaliá-los e ligá-los a uma realidade objetiva. (HORKHEIME, 1976, p. 31).

Outros filósofos frankfurtianos também engrossaram a crítica à racionalidade moderna. Adorno desmascara a razão iluminista que não eliminou a barbárie e até pretendeu justificar Auschwitz. Marcuse, por sua vez, desnuda as ilusões de liberdade na sociedade contemporânea, pois esta domestica populações com a *indústria cultural*, impondo um *pensamento único* nas estruturas profundas da cultura de massa, embora alimente um discurso da pluralidade na superfície. Aqui não é possível verdadeiro diálogo e sim simulacro de conversa como nas *salas de bate-papo* da Rede.

Neste contexto, a Declaração dos Direitos Humanos em 1948 significou um contraponto à razão instrumental contemporânea, por difundir princípios e valores éticos e políticos universais, embora traga ainda a traços ideológicos da cultura ocidental. Por esta razão, os direitos humanos são utilizados muitas vezes como álibi para os propósitos da própria razão instrumental, como ocorreu na invasão ao Iraque pelos EUA.

Como se vê, o século XX foi um percurso histórico marcado pelo abalo dos modelos fixos racionais que referenciavam a vida humana na estética, na ética e na política. Todo esse caldo de cultura crítica à racionalidade, enquanto fundamento da verdade e do valor, desaguou naquilo que Rorty difundiu como de o *giro lingüístico*⁸ da filosofia. Trata-se de um novo marco

⁸ A difusão da expressão *giro lingüístico*, nos anos 70, deveu-se à publicação em 1966 de uma coletânea de artigos de *filosofia lingüística*, reunidos pelo filósofo Richard Rorty sob o título de *The linguistic turn*.

teórico para o qual linguagem é vista como paradigma de toda reflexão e prática. Isto significa o abandono da metafísica clássica e do racionalismo moderno como fundamentos da verdade para centrar-se na linguagem como único ponto de referência de todo o conhecimento.

Ao eleger-se a linguagem como mediadora de todo significado, instaura-se definitivamente a crise da universalidade dos valores. Não se têm mais as certezas oferecidas pela razão objetiva da metafísica clássica, nem pela razão subjetiva moderna; os valores são construídos necessariamente no plano da história e no relacionamento entre os sujeitos, ou seja, no âmbito de uma razão intersubjetiva.

Este é o ponto relevante que se persegue nesta reflexão: o paradoxo entre a possibilidade de diálogo e a ausência de valores universais. É possível visualizar, pelo menos dois caminhos: o relativismo e o novo racionalismo.

O primeiro se insere no movimento pós-moderno. Na expressão dos pensadores pós-modernos, as grandes narrativas da modernidade (ciência, trabalho, progresso, etc) que sustentavam as nossas certezas cotidianas, diluíram no turbilhão ideológico dos dias atuais. O mundo globalizado pela comunicação eletrônica tem a marca da velocidade, quantidade e transitoriedade; tudo isso em excesso. A diversidade se expõe acintosamente em todas as esferas da cultura e, portanto, não há verdade ou valor ético-político que possa ser apresentado como absoluto e universal. O comportamento massificado e individualista parece inviabilizar o encontro e o diálogo com o outro. Estamos conectados e solitários ao mesmo tempo.

Um outro caminho é aquele em que se aloja, entre outras, a teoria da ação comunicativa de Habermas. Esta se insere no *giro lingüístico* e reconhece a crise histórica da universalidade da verdade e dos valores; entretanto, alimenta-se de um otimismo: a razão intersubjetiva pode construir uma nova ética.

A chamada *ética do discurso* de Habermas assenta-se sobre pressupostos de que a *ação comunicativa*,⁹ inerente à convivência humana, é orientada para o entendimento mútuo. A verdade e o valor são consensos instaurados sempre a partir de processo comunicativo. A ação comunicativa caracteriza-se pelo diálogo, fundado na sociabilidade e solidariedade, com a

⁹ Habermas faz distinção entre a *ação comunicativa* e a *ação instrumental*. Esta, predominante na sociedade moderna, caracteriza-se por seu caráter técnico, ou seja, busca meios adequados para fins práticos voltados para o êxito no interior dos sistemas econômico e político. Neste *mundo sistêmico* o dinheiro e poder são metas principais. Já a *ação comunicativa*, para Habermas atua na esfera dos valores ético, o *mundo da vida*, em que se busca a convivência pelo entendimento. Cf. GOERGEN, P. (1989) *Pós-modernidade, ética e educação*, p. 39-48.

finalidade de problematizar pelo processo argumentativo, a justeza e a validade das normas que afetam a convivência de todos os envolvidos no contexto. Desta forma, a validade – sempre temporal – de uma norma de convivência será fruto de um processo de comunicação racional e democrático.

Estamos diante de uma nova teoria moral em que a verdade é estabelecida na esfera do consenso atingido por meio da argumentação racional sobre a validade das normas de convivência entre os membros da comunidade. Portanto, a validade de uma norma é ao mesmo tempo temporal e universal aos participantes do grupo, uma vez que tenha sido fruto de um processo dialógico, racional e democrático.

Com a teoria da *ação comunicativa* Habermas estaria propondo a conciliação de duas posturas aparentemente antagônicas no pensamento contemporâneo. De um lado rejeita o racionalismo metafísico com suas verdades absolutas e seus valores transcendentais a priori; de outro busca garantir a manutenção da racionalidade, enquanto fundamento dos valores éticos que se projetam em direção a uma universalidade a posteriori, por ser conquistada pelo consenso no processo comunicativo. Isso é possível, pois na teoria discursiva da ética,

[...] um princípio de universalização é (U) introduzido como regra de argumentação para os discursos práticos; em seguida, essa regra é fundamentada a partir dos pressupostos pragmáticos da argumentação em geral, em conexão com a explicitação do sentido de pretensões de validade normativa. (HABERMAS, 1989, p.143).

Desta maneira o discurso prático (ética) ganha o status do discurso teórico (ciência). Com este tipo de universalismo, a meu ver, Habermas estaria em sintonia com o pensamento contemporâneo, em sua crítica ao universalismo transcendental; evitando, contudo, o particularismo ético defendido pelos pós-modernos.

Nesta perspectiva, a crise da universalidade de valores pode significar um momento histórico profícuo ao exercício do diálogo internacional entre povos, culturas e regimes políticos de diferentes matizes. Isso porque, como vimos, a universalidade de valores estabelecida a priori por princípios metafísicos não favoreceu o diálogo e sim o monólogo (quando não a violência) daquele que se considerava detentor da verdade indubitável. A condição de diálogo não está, necessariamente, na ausência de verdades dos interlocutores, mas na capacidade destes em colocar em *crise* suas posições e seus valores. Então uma situação de crise da universalidade de valores pode e deve ser favorável à relação dialógica.

Além das condições filosóficas favoráveis, um outro aspecto clama pelo diálogo internacional entre os governos: a situação dramática social e ambiental que coloca em risco a sobrevivência da humanidade, dos animais e plantas tais como hoje conhecemos. O mundo, globalizado pelo poder tecnológico dos meios de comunicação, nos colocou a todos numa situação de dependência tal que, a longo prazo, ou salvamos a humanidade ou não salvamos nenhum povo em particular. Todos estamos num mesmo barco fazendo água por todos os lados. Não há solução pela via da violência e da exclusão, como pensam os poderosos. Cada passo dado nesta direção, como vemos, somente agravou a situação dramática.

Como vimos, a *ética da ação comunicativa* aponta o caminho do diálogo, mesmo numa situação de conflito, e a partir dele a negociação, a tolerância e convivência solidária na diversidade. Do ponto de vista filosófico há um ponto de partida para este processo: refletir criticamente sobre o próprio conceito de verdade absoluta e objetiva, em específico, no campo dos valores. Ninguém se abre ao verdadeiro diálogo se for *dono da verdade*.

CAPÍTULO 8

Uma reflexão jurídica sobre o papel das idéias e dos valores na política internacional da atualidade

José Blanes Sala¹

Na verdade, a reflexão proposta no título desta palestra pode muito bem ser enunciada de outra forma, bem mais sintética, com a seguinte pergunta: existem regras hoje para a política internacional?

Evidentemente, ao perguntar sobre a existência de 'regras' no âmbito da política internacional estamos, de alguma forma, questionando a velha postura realista sobre as relações internacionais. Costuma ela ter em conta apenas os interesses dos Estados para a sua justificativa, admitindo a eventual existência de 'regras' somente com base nos mencionados interesses, utilizando apenas as idéias e os valores como meros instrumentos para a sua prevalência.

A postura realista, no âmbito das relações internacionais, encaixa muito bem com a conhecida teoria dualista fundamentadora do Direito Internacional Público. Segundo esta corrente o Direito Internacional e o Direito Interno são ordens jurídicas distintas e independentes umas das outras, representando as normas internacionais apenas compromissos exteriores do Estado, assumidos por governos na sua representação, sem que isso possa influir de forma automática na ordem jurídica interna estatal, se todo o pactuado não se incorporar seguindo o processo constitucionalmente previsto. Desta forma, o conceito de soberania, concretização do poder supremo do Estado,

¹ Professor do Curso de Relações Internacionais na Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da UNESP. Mestre e Doutor em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Doutorando em Direito Internacional pela Universitat de Barcelona.

explica a esfera de Direito Internacional que, sempre de forma precária e mediante uma cessão voluntária do Estado, protege os interesses nacionais.

É precisamente no fundamento do Direito Internacional que deveremos encontrar o lugar adequado que correspondem às idéias e valores na criação de regras para os principais destinos da política entre as nações. Efetivamente, foi, sobretudo após a segunda guerra mundial que a teoria monista, em contraposição à dualista, reaparece com verdadeira força no cenário mundial. Sendo ela mais antiga e mais complexa do que a dualista apresenta-se com múltiplas ramificações. Não é o propósito desta palestra expor a teoria monista de forma completa, mas apenas uma síntese que nos permita compreender até que ponto ela permeia o atual cenário jurídico internacional e traz consigo um resgate das idéias e dos valores para as relações internacionais.

Para o monismo o Direito Internacional e o Direito Interno formam, em conjunto, uma unidade jurídica, afastando a idéia de ordens jurídicas estanques, embora possam ser considerados ramos diferentes. Isto porque o fundamento do direito, como um todo, encontra-se nos seus princípios gerais, enunciados de forma racional, com base nas idéias e principalmente em valores como os da paz e da justiça. Desta forma, a soberania estatal fica relegada a um segundo plano, exigindo-se uma nova leitura do seu papel, não mais preponderantemente político e sim, cada vez mais, subordinado às exigências da solidariedade, da ética e da responsabilidade.²

É neste sentido que a Carta das Nações Unidas, em 1945, direcionou a maior parte do seu conteúdo, criando um espaço político e jurídico internacional inteiramente novo, resolvido “[...] a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, da dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos [...]”, conforme reza o seu preâmbulo.

Também é neste contexto que o Direito Internacional será capaz de criar instrumentos jurídicos a fim de que surjam novos atores nas Relações

² Para um estudo mais aprofundado sobre a teoria monista podem ser consultadas as obras de Gerson Britto de Mello Bóson (Direito Internacional Público) onde divide a teoria em três tipos de teses: jusnaturalista, logicista e historicista; bem como a obra de Celso D. de Albuquerque Mello (Curso de Direito Internacional Público) o qual estabelece a linha divisória entre o monismo com primazia do direito interno e o monismo com primazia do direito internacional. Entre os monistas de maior destaque do século XX encontramos os seguintes juristas: Alfred Verdross, Georges Scelle, Hans Kelsen, Mirkin Guétzévitch e Leon Duguit.

Internacionais com o reconhecimento das suas capacidades e respectivas personalidades.³

Se bem é verdade que a própria Carta, em nome do equilíbrio de forças para a manutenção da paz mundial, teve que ceder no que tange à criação de um artifício –até certo ponto contraditório do ponto de vista legal– de desigualdade explícita entre as referidas nações com a aceitação do poder de veto dos membros permanentes no Conselho de Segurança, resolvendo assim, naquela conjuntura de pós-guerra, um impasse quase insolúvel. O fato é que, hodiernamente, decorridos mais de sessenta anos da existência da Organização das Nações Unidas, é inegável a solidez do edifício jurídico que apresenta o Direito Internacional, devendo prestar cada vez mais atenção aos seus verdadeiros fundamentos.

Embora a teoria dualista ainda continue a ser defendida por alguns juristas e adotada como prática pela maioria dos governos dos Estados Americanos, já resulta patente a sua inadequação para explicar a contento o fenômeno do Direito Internacional nos dias de hoje.

Resta evidente aos olhos de qualquer observador que, se são necessárias regras para o bom andamento da política internacional, estas não podem ficar ao sabor dos interesses representados pelas diferentes soberanias estatais, mas deverão obedecer a uma série de idéias e valores previamente estabelecidos, adotando uma característica de mínima universalidade. Eis o papel fundamental que desempenha o Direito. É natural que, se internamente o Estado tenha procurado, com o tempo, submeter as diretrizes políticas à racionalidade jurídica a fim de evitar os abusos de poder e permitir a participação do cidadão nas suas decisões, também proceda de forma semelhante a Comunidade Internacional na medida em que os seus laços vão se estreitando mais e mais na quotidianidade das Relações Internacionais, sobretudo quando os bens que estão em jogo muitas vezes pertencem ao patrimônio comum da humanidade, como são o meio ambiente e a dignidade da pessoa.

³ “No século XX a sociedade internacional tem sofrido uma profunda transformação. A universalização do mundo jurídico internacional, iniciada no século XIX chega ao seu termo. O domínio reservado dos Estados tem diminuído. O homem volta a ter direitos e deveres perante a ordem internacional. As organizações internacionais entram no campo jurídico como um dos principais e mais atuantes sujeitos de direito”. MELLO, Celso D. de Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público. Edit. Renovar. Rio de Janeiro, 2001. página 331. “Hoje, é certo que outras entidades, carentes de base territorial e de dimensão demográfica, ostentam também a personalidade jurídica de direito das gentes, porque habilitadas à titularidade de direitos e deveres internacionais, numa relação imediata e direta com aquele corpo de normas. A era das organizações internacionais trouxe à mente dos cultores dessa disciplina uma reflexão já experimentada noutras áreas: os sujeitos de direito, num determinado sistema jurídico, não precisam ser idênticos quanto à natureza ou às potencialidades”. REZEK, João Francisco. Direito Internacional Público. Edit. Saraiva. São Paulo, 2000. página 145.

Como muito bem aponta o professor Soares (2002, p. 131):

O impulso decisivo para a retomada histórica da discussão de existirem princípios superiores à plena autonomia da vontade dos Estados foi, sem dúvida, obra da Comissão de Direito Internacional da ONU, particularmente responsável pela Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969.

Nos artigos 53 e 63 da referida Convenção se faz referência ao 'jus cogens'⁴ como "uma norma imperativa de direito internacional geral" e como "uma norma aceita e reconhecida pela comunidade internacional dos Estados no seu conjunto, como norma da qual nenhuma derrogação é permitida e que só pode ser modificada por uma nova norma de direito internacional geral da mesma natureza"; a ponto de declarar que "se sobrevier uma nova norma imperativa de direito internacional geral, qualquer tratado existente em conflito com essa norma torna-se nulo e extingue-se".

Podemos distinguir, no âmbito do Direito Internacional Público, entre as normas de direito dispositivo (*jus dispositivum*), a maior parte delas, e as normas de direito imperativo (*jus cogens*), em número bem reduzido. As primeiras são definidas com base no acordo realizado entre dois ou mais Estados, os quais podem excluir a sua aplicação ou modificar seu conteúdo; enquanto que as segundas não admitem a exclusão ou a modificação do seu conteúdo e declaram nulo qualquer ato contrário ao mesmo. As primeiras buscam satisfazer os interesses individuais e comuns dos Estados; enquanto que as segundas pretendem dar resposta aos valores e interesses coletivos essenciais da comunidade internacional, exigindo regras qualificadas em virtude do seu grau de obrigatoriedade, o qual pressupõe um nível hierárquico superior das mesmas diante das restantes.

No texto das atas das sessões que precederam a assinatura da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados constam alguns exemplos de tratados que atestariam a força derogatória do 'jus cogens': tratados que legitimassem o emprego da força, contrários aos dispositivos da Carta da ONU, tratados que organizassem o tráfico de escravos, ou que legitimassem a

⁴ Para um aprofundamento nesta matéria cabe citar diversas obras de autores importantes: GAJA, Giorgio.(1981) *Jus Cogens beyond the Vienna Convention*. Academie de Droit International, Recueil des cours, III, pp. 279. DE VISSCHER, Charles.(1971) *Positivisme et jus cogens*. *Revue Générale de Droit International Public*, LXXV: 5-11. ROBLEDO, Antonio Gómez.(1981) *Lê lus Cogens international: as gênese, sa nature, sés fonctions*. Academie de Droit International. Recueil de cours, III: 71-217. VIRALLY, Michael.(1966) *Réflexions sur le Jus Cogens*. *Anuaire Français de Droit International*, XII: 5-29. Entre nós temos: RODAS, João Grandino.(1974) *Jus Cogens em direito internacional*. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*. Vol. LXIX, fasc II. e o ensaio escrito em 2000 para o programa de formação de quadros/CEBRAP por Samuel Rodrigues Barbosa: *Jus Cogens como aporia. O crepúsculo do Direito Internacional clássico*.

pirataria ou o genocídio, tratados que violassem normas de proteção aos direitos humanos. Na verdade, a maior parte dos autores que se debruçaram sobre este tema entendem que a tarefa de explicitar quais valores constituem o 'jus cogens' deverá ser atribuída às outras fontes do Direito Internacional, como à jurisprudência ou à doutrina internacionais.⁵

De qualquer forma, novamente com grande acerto, o professor Guido Soares⁶ na tentativa de assinalar um melhor detalhamento das regras de 'jus cogens' lembra que no Projeto sobre Responsabilidade Internacional dos Estados proposto pela mesma Comissão de Direito Internacional da ONU, o qual se encontra ainda sob exame dos Estados Membros à espera da convocação de uma conferência diplomática 'ad hoc' para subscrever-se um futuro tratado com suas normas, em seu artigo 19 § 3º enumeram-se alguns casos que poderiam ser considerados condutas ilícitas dos Estados e, por tanto, lançar alguma luz sobre os conteúdos de normas de 'jus cogens':

- a) uma violação grave de uma obrigação internacional de importância essencial para a manutenção da paz ou da segurança internacionais, como a que proíbe a agressão; b) uma violação grave de uma obrigação internacional de importância essencial para a salvaguarda do direito à livre determinação dos povos, como a que proíbe o estabelecimento ou a manutenção, pela força, de uma dominação colonial; c) uma violação grave e em grande escala de uma obrigação internacional de importância essencial para a salvaguarda do ser humano, como as que proíbem a escravidão, o genocídio e o 'apartheid'; e d) uma violação grave de uma obrigação internacional de importância essencial para a salvaguarda e a proteção do meio ambiente humano, como as que proíbem a contaminação maciça da atmosfera ou dos mares.

A discussão das regras de 'jus cogens' não é nova, remonta-se principalmente ao trabalho de um dos criadores do Direito Internacional, o

⁵ Neste sentido o famoso Caso Barcelona Traction permitiu que a jurisprudência internacional protagonizada pela Corte Internacional de Justiça em 1970 se manifestasse, ainda que de modo incidental, sobre a questão do 'jus cogens' mediante um importante 'obiter dictum' (afirmação do tribunal que não foi relevante para a solução da questão em si) que transcrevemos: "Uma distinção deve ser estabelecida entre as obrigações dos Estados para com a comunidade internacional no seu conjunto e aquelas que nascem face a um outro Estado, no quadro da proteção diplomática. Por sua própria natureza, as primeiras dizem respeito a todos os Estados. Vista a importância dos direitos em causa, todos os Estados podem ser considerados como tendo um interesse jurídico em que estes direitos sejam protegidos; as obrigações de que se trata, são obrigações 'erga omnes'(...) tais como: a declaração de ilegalidade ("mise hors la loi") de atos de agressão e de genocídio (...) e [a obrigação de respeito] aos princípios e regras concernentes aos direitos fundamentais da pessoa humana, neles incluídos a proteção contra a prática da escravidão e a discriminação racial". Para u análise mais detalhada da jurisprudência da Corte Internacional de Justiça nesta matéria v. FIORATI, Jete Jane. Jus Cogens: as normas imperativas de direito internacional público como modalidade extintiva dos tratados internacionais. Edit. UNESP. Franca, 2002.

⁶ SOARES, Guido Fernando Silva. Op. Cit. p. 134.

espanhol Francisco de Vitória, ao discutir nas suas 'relecciones' De Indis e De Jure Belli os direitos dos indígenas e a ilicitude do direito de conquista em pleno século XIV, quando da descoberta do Novo Mundo.⁷

No entanto, a sua aplicação e aprofundamento se impõe nos dias de hoje. Segundo diversos autores se trata de normas que vão emprestar legitimidade e validade a todas as outras normas de Direito Internacional, funcionando como um verdadeiro controle da legalidade supranacional.⁸ Para outros, estariam mais perto do que se conhece como o núcleo duro das normas constitucionais internas ou as conhecidas 'clausulas pétreas', transportadas ao plano mundial.⁹

Seja como for, é inegável o papel das idéias e dos valores na confecção de norma jurídicas aptas a regulamentar as mais diversas decisões de política internacional, seja impondo-lhes limites ou até mesmo direcionando-as para determinados objetivos. Em auxílio à diversidade de interesses de tipo político, econômico e cultural o direito se esforça por encontrar um conjunto de regras comuns que seja resultado de um diálogo onde a filosofia e as religiões deverão contribuir com as respectivas idéias e valores na construção das Relações Internacionais.

⁷ "Em 1953, em sus 'Relecciones de Indis recenter inventis' impartidas em la Universidad de Salamanca, Francisco de Vitória reformulaba los títulos de legitimación de la conquista de América por parte de los españoles sentando las bases del moderno derecho internacional y, al mismo tiempo, de la posterior doctrina de los derechos naturales. Estos títulos de legitimación se encuentran en el 'ius communicationis ac societatis', que él situaba en la base de su concepción de la sociedad internacional como 'communitas orbis' hermanada por el derecho de todos a comunicar con todos, y en una larga serie de otros derechos naturales que él formulaba como sus corolarios". FERRAJOLI, Luigi. Derechos y Garantías. La ley del más débil. Editorial Trotta. Barcelona, 1999. página 118. Ver también: CASELLA, Paulo Borba. Presença de Francisco de Vitória. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Volume 80. 1985. pp. 355-369. RUIZ, Rafael. Francisco de Vitória e os direitos dos índios americanos. Editora Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio. São Paulo, 2004.

⁸ BAPTISTA, Eduardo C. Jus Cogens em direito internacional. Lisboa, 1997. QUADRI, Rolando. Le fondement du caractère obligatoire du droit international. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International, 1952.

⁹ "Gracias a esta penetración de la racionalidad sustancial en las formas del derecho internacional positivo disponemos ya de una embrionaria constitución mundial. Los valores incorporados a ella –la prohibición de la guerra y los derechos de los hombres y los pueblos–, al no ser ya externos al ordenamiento y al haberse convertido en normas jurídicas supraordenadas a todas las demás, no son formas de deslegitimación ideológica sino fuentes de deslegitimación jurídica. La validez de las normas, por consiguiente, no es ya –según la tesis que partiendo desde Hobbes había llegado, a través de Bentham y Austin, hasta Kelsen y Bobbio– un atributo puramente formal dependiente tan solo de sus formas de producción. Ha pasado a ser al mismo tiempo un elemento sustantivo que condiciona los contenidos de las decisiones, que resultarán inválidas en aquellos casos en que entren en conflicto con los nuevos principios positivos de derecho internacional". FERRAJOLI, Luigi. Op. Cit. página 156.

Referências

Referências

Idéias e cultura nas relações internacionais

Referências

- A ÚLTIMA da Microsoft: uma caixa preta humana. *O Estado de São Paulo*, São Paulo: 11 maio 2004.
- ALAM, Shahid 2002 A Critique of Samuel Huntington Pedding Civilizational Wars em *Counter Punch* <<http://www.counterpunch.org/alampeddle.html>>. Acesso em: 28 de fev 2005.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. Tradução Mário da Gama Kury. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- AYERBE, Luis 2003 *O ocidente e o resto: A América Latina e o Caribe na cultura do império*. Buenos Aires: Clacso-Asdi. Disponível em: <<http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/libros/ayerbe/ayerbe.html>>. Acesso em: 28 fev 2005.
- BANDEIRA DE MELLO, Gastão. *Estrutura e organização do Ministério das Relações Exteriores: análise evolutiva e tendências*. 1982. Tese (Curso de Altos Estudos – CAE) – Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 1982.
- BECK, Ulrich. *Pouvoir et contre-pouvoir à l'ère de la mondialisation*. Paris: Flammarion, 2003.
- _____. A questão da legitimidade. *Revista Humboldt*, São Paulo: Goethe- Institut, n. 87, 2003.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BLASTS, Otto Reich. Latin America's terrible two. *New National Review Cover Story*, April 11, 2005.
- BORRADORI, Giovanna. *Filosofia em tempo de terror: diálogos com Habermas e Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BOXER, Charles. *O império marítimo português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Recursos Humanos. *Boletim Estatístico de Pessoal*. Brasília, 2004.
- _____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Contribuição da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para as Conferências Estaduais Documento Base. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. 1. *Anais...* Brasília: SPM, 2004.
- BRAVAGENTE: La lucha de los sin tierra en Brasil.. La Habana: Editorial Caminos, 2001. (Entrevista Realizada por Bernardo Mancano Fernández a Joao Pedro Stedile)
- BROWN, Chris. Theory and international relations II: theory today. *Understanding International Relations*. Londres; Nova York: Macmillan Press, 1997.
- BURBACH, Roger. El Brasil de Lula: ¿desafío a Washington?. *Trabajadores*, Universidad Obrera de México Vicente Lombardo Toledano, Año 6, n. 33, p. 57, nov./dic., 2002.
- CAMPIONE, Daniel. *Prólogo a Piqueteros: notas para una tipología de Miguel Mazzeo*. Editado por Manuel Suárez. Buenos Aires: Fundación de Investigaciones Sociales y Políticas, 2004.

- CAMPOS, Carlos Oliva ; PREVOST, Gary . Estados Unidos-América Latina y el Caribe: del panamericanismo al neo panamericanismo. In: PREVOST, Gary; CAMPOS, Carlos Oliva. (Eds.). *Neoliberalism and neopanamericanism: the view from Latin America*. New York, USA: Palgrave Macmillan, 2002. p. 3-27.
- CASELLA, Paulo Borba. Presença de Francisco de Vitória. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, v. 80, 1985.
- CHECKEL, Jeffrey T. The Constructivist turn in international relations theory. *World Politics*, v. 50, n. 2, p. 324-348, Jan., 1998.
- COLUSSI, Marcelo. *Relaciones Estados Unidos-América Latina*. España: Rebelión. Disponível em: <www.rebelion.org>. Acesso: 19 set. 2005.
- CONSELHO da Justiça Federal. *Estatísticas da Justiça Federal*. Disponível em: <www.cjf.gov.br/atlas/atlas.htm>. Acesso em: 02 fev. 2005.
- COX, Robert W., *The new realism: perspectives on multilateralism and world order*. London: MacMillan Press ; St. Martin Press, 1997.
- D'AMORIM, Maria Alice. Papel de gênero e atitudes acerca da sexualidade. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília: Editora da UnB, v. 5, n.1, p. 71-83, 1989.
- DE VISSCHER, Charles. Positivisme et jus cogens. *Revue Générale de Droit International Public*, v. 75, p. 5-11, 1971.
- DESCARTES, René. *Meditações*. In: *Obra Escolhida*. Tradução J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.
- DEAUX, Kay. How basic can you be? The evolution of research on gender stereotypes. *Journal of Social Issues*, Oxford, v. 51, n. 1, p.11-20, 1995.
- DUPAS, Gilberto. *Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação*. São Paulo: UNESP, 2005.
- _____. *Tensões contemporâneas entre o público e o privado*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- _____. *Hegemonia, estado e governabilidade: perplexidades e alternativas no centro e na periferia*. São Paulo: Senac, 2002.
- _____. *Ética e poder na sociedade da informação*. 2. ed. rev.e ampl. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- DUSSEL, Enrique. *O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade*, Petrópolis: Vozes, 1942.
- _____. *O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade*. Tradução Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993.
- ENLOE, Cynthia. *Bananas, beaches and bases: making feminist sense in international politics*. Berkeley: University of California Press, 2000.
- FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho (Org.). *Ensaio sobre identidade e gênero*. Salvador: Helvécia, 2003.
- FERRAJOLI, Luigi. *Derechos y garantías: la ley del más débil*. Barcelona: Editorial Trotta, 1999.

- FIORATI, Jete Jane. *Jus Cogens: as normas imperativas de direito internacional público como modalidade extintiva dos tratados internacionais*. Franca, SP: Editora da UNESP, 2002.
- FISKE, Susan; GLICK, Peter. Ambivalence and stereotypes cause sexual harassment: a theory with implications for organizational change. *Journal of Social Issues*, Oxford, v. 51, n. 1, p.97-115. 1995.
- FÓRUM Permanente das Carreiras e Categorias Típicas de Estado. Disponível em: <<http://www.geocities.com/CapitolHill/7799>>. Acesso em: 11 jan. 2005.
- FUENTES, Carlos. Huntington and the Mask of racism. *New Perspective Quarterly*, Oxford, v. 21 n. 2, 2004. Disponível em: <http://www.digitalnpq.org/archive/2004_spring/fuentes.html>. Acesso em: 11 jan. 2005.
- GARCÍA, Ernestina Inês Zapiain. Planeación Estratégica Con Perspectiva de Género. In: Taller “Fortalecimiento de la Perspectiva de Género en la Secretaría de Relaciones Exteriores”. Secretaria de Relaciones Exteriores de México, 2004.
- GAJA, Giorgio. *Jus Cogens beyond the Vienna Convention*: Academie de Droit International, Recueil des cours, III. Campinas: Autores Associados, 2001.
- GASPARD, Françoise. Les ‘droits de la femme’: construction d’un enjeu em relations internationales. *La Revue internationale et stratégique: Relations internationales*, - La tentation d’exister, État d’une discipline en France, Paris: PUF, p. 47, automne, 2002.
- GAUDICHAUD, Franck. *El volcán latinoamericano*. apuestas y realidades de las izquierdas al sur del río Bravo. España: Rebelión. Disponible em: <www.rebellion.org>. Acesso em 23 set 2005.
- GIRAULT, René. *Être historien des relations internationales*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1998.
- GOLDSTEIN, John S. *War and gender: how gender shapes the war system and vice versa*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- Gómez Robledo, Antonio. Le ius cogens international: sa genèse, sa nature, ses fonctions. *Recueil des cours*, v.172, n. 3, p. 9-218, 1981.
- HORKHEIMER, M. *Eclipse da razão*. Tradução Sebastião Uchoa Leite. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976.
- HABERMAS, Jürgen. Teoria da adaptação. *Folha de São Paulo*, Caderno Mais! São Paulo, 05 jan. 2003.
- _____. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro :Tempo Brasileiro, 1989.
- HALLIDAY, Fred. Ausente das relações internacionais: as mulheres e a arena internacional. In: _____. *Repensando as relações internacionais*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1999.
- HUNTINGTON, Samuel. If not civilizations, what? (Response). *Foreign Affairs*, New York, v. 72, n. 5, nov/dec., 1993.
- _____. 1997a A Erosão dos Interesses Nacionais dos Estados Unidos. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 12 set. 1997a.

HUNTINGTON, Samuel. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. São Paulo: Objetiva, 1997b.

_____. A superpotência solitária. *Política Externa*, São Paulo, v. 78, n. 2, mar./mai., 2000.

_____. *Who are we? The challenges to america's national identity*. New York: Simon & Schuster, 2004.

INTER-Parliamentary Union. *Democracy through partnership between men and women in politics*. Disponível em: <www.ipu.org/iss-e/women.htm>. Acesso em 20 out. 2004.

JAMESON, Fredric. *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

KANT, Immanuel. Fundamentação da metafísica dos costumes. In: _____. *Textos selecionados*. Tradução. Henrique CL Vaz. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores).

_____. (1795) *A paz perpétua*. São Paulo: L&PM Editores, 1989.

KEOHANE, Robert. Institutional theory and the realist challenge after the cold war. In: BALDWIN, D. (Ed.), *Neorealism and neoliberalism: The contemporary debate*. New York: Columbia University Press, 1993.

KEOHANE, Robert. ; NYE, Joseph, 1988, *Poder e interdependência: la política mundial en transición*. Grupo Editor Latinoamericano, Bs.As.

KIRKPATRICK, Jeane 1994 O imperativo modernizante: tradição e mudança. *Política Externa*, São Paulo, v. 2, n. 4, mar./mai., 1994.

KRASNER, Stephen, 1985, *Structural conflict: the third world against global liberalism*. Berkeley, Los Angeles ; London: University of California Press, 1985.

LES VIEUX portables donnent des tumeurs *Le Figaro*, Paris, 15 out. 2004.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses sobre o conceito de história*. São Paulo: Boitempo, 2005.

LYON, David. *The electronic eye: the rise of surveillance society*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

_____. *The vision machine: electronic eyes in the city*, 2000. Disponível em: <<http://www.videoscopia.com>>. Acesso em: 25 fev. 2005.

_____. Surveillance in cyberspace: the Internet, personal data and social control. *Queen's Quartely*, v. 109, n. 3, 2002.

MALAREK, Victor. *Las natashas tristes: esclavas sexuales del siglo XXI*. Madrid: Kailas Editorial, 2005.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público. Edit. Renovar. Rio de Janeiro, 2001.

MORIN, Ann M. *Her excellency: an oral history of american women ambassadors*. New York: Twayne Publishers, 1990.

Referências

- MOURA, Cristina Patriota. *Jovens colegas: um estudo de carreira e socialização no Instituto Rio Branco*. 1999. 100 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- NIETZSCHE, F. Humano demasiado humano. In: *Obras incompletas*. Tradução Rubens Rodrigues Torres Filho, 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. Para além de bem e mal. In: *Obras incompletas*. Tradução. Rubens Rodrigues Torres Filho, 3.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. Sobre a verdade e a mentira no sentido extra-moral. In: *Obras incompletas*. Tradução. Rubens Rodrigues Torres Filho, 3.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- OBESITE: les ripostes de l'agroalimentaire" *Le Monde*, Paris, 18 out. 2004.
- OLIVEIRA, Francisco. Nova classe social comanda governó Lula. *Folha de São Paulo*, segunda-feira. 22 set. 2003.
- PERROT, Michelle. *Les femmes ou les silences de l'histoire*. Paris: Champs; Flammarion, 1998.
- PLATÃO. Fedro. In: *Diálogos*. Trad. José Cavalcante de Souza, Jorge Paleikat e João Cruz Costa. 2. ed., São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 55-124.
- PRIGOGINE, I. Order through fluctuation: self-organization and social system. In: JANTSCH, E.; WADDINGTON, C. H. (Eds.). *Evolution and consciousness: human systems in transitions*. Londres: Addison-Wesley, 1976.
- QUINTELLA, Thereza Maria Machado. A presença feminina na diplomacia brasileira. *Boletim da Associação dos Diplomatas Brasileiros*, Brasília, ano 9, n. 41, p.13-15, jul/set., 2002.
- _____. Mulheres diplomatas. *O Globo*, Rio de Janeiro, 26 dez. 2002. Opinião. Disponível em : <<http://www.mre.gov.br/acs/clipping/g11226.htm>>. Acesso em: 16 jan. 2003.
- RAWLS, John. *A theory of justice*. Cambridge: Harvard University Press, 1971.
- REZEK, João Francisco. *Direito internacional público*. São Paulo: Saraiva, 2000.
- RODAS, João Grandino. Jus Cogens em direito internacional. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*. v. 69, n.2, 1974.
- RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, J. B. *Introdução á história das Relações Internacionais*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.
- RUGGIE, John. *Constructing the world polity*. London: Routledge, 1998.
- RUIZ, Rafael. *Francisco de Vitória e os direitos dos índios americanos*. São Paulo: Editora Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2004.
- SAID, Edward. The Clash of Ignorance. In: *The Nation*. 2001. Disponível em: <www.thenation.com/doc.mhtml?l=20011022&c=1&s=said>. Acesso em: 22 out. 2005.
- SANTOS, Theotonio. *Do terror à esperança: auge e declínio do neoliberalismo*. Aparecida, SP: Idéas & Letras, 2004.
- SARTRE, J-P. *O existencialismo é humanismo*. Tradução Virgílio Ferreira, São Paulo: Abril Cultural, 1978.

- SCHÖPKE, Regina. *Por uma filosofia da diferença: Gilles Deleuze, o pensador nômade*. Rio de Janeiro: Contraponto ; São Paulo: Edusp, 2004.
- STOLOWICZ, Beatriz. Uruguay: ¿ triunfo de la izquierda o del centro? In: *Uruguay de la utopía al poder*, Equador: Fundación Vivian trías; Ediciones de la Banda Oriental. Ediciones La Tierra, 2005.;
- SMITH, Steve. ;BOOTH, Ken. ; ZALEWSKI, Marysia (Eds.). *International theory: positivism & beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- SOARES, Guido Fernando Silva. *Curso de direito internacional público*. São Paulo: Atlas, 2002.
- SOIHET, Rachel. Pisando no sexo frágil. *Nossa História*, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 3, p. 14-20, jan. 2004.
- STEINBERGER, Michael. 2001 Q & A: A head-on collision of alien cultures? *The New York Times*, New York, 20 de out. 2001. Seção A. (versão em Português. Disponível em: <<http://www.uol.com.br> >. Acesso em: 22 out. 2005.
- STUART, Ana Maria, *Regionalismo e democracia: uma construção possível*. 2002. 231 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- TICKNER, Joan A. *Gender in international relations: feminists perspectives on achieving global security*. New York: Columbia University Press , 1992.
- UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Núcleo de Estudos sobre Ensino Superior (NESUB). *Perfil sócio-econômico dos candidatos ao concurso de admissão à carreira diplomática: relatório final*. Brasília, jun. 1999.
- VÁZQUEZ, Tabaré. El Uruguay Social. In: *Uruguay de la utopía al poder*, Equador: Fundación Vivian trías; Ediciones de la Banda Oriental. Ediciones La Tierra, 2005.
- VIRALLY, Michael. Réflexions sur le jus cogens. *Annuaire Français de Droit International*, v. 12, p. 15, 1966.
- VON BEYME, Klaus, *Teoría política del siglo XX: de la modernidad a la postmodernidad*. Madrid: Alianza Editorial, 1994.
- WAEVER, Ole, The rise and fall of the inter-paradigm debate. In: SMITH, Steve. ;BOOTH, Ken. ;ZALEWSKI, Marysia (Eds.). *International theory: positivism & beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- WALT, Stephen M. International relations: one world, many theories. *Foreign Policy*, Washington, n.110, p. 29-45, Spring, 1998.
- WALTZ, Kenneth, 1979, *Teoría de la política internacional*. Buenos Aires: Ed. Argentina GEL, 1992.
- WIGHT, Martin. Why is there no international theory? In: Herbert BUTTERFIELD, Herbert ; WIGHT, Martin (Eds.). *Diplomatic Investigations*. London: Allen and Unwin, 1966. p. 17-34.



FFC/Marília/Unesp

ISBN 978-85-60810-02-4



9 788560 810024